

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM EDUCAÇÃO:
HISTÓRIA, POLÍTICA, SOCIEDADE**

RENATA DUARTE SIMÕES

**INTEGRALISMO E AÇÃO CATÓLICA: SISTEMATIZANDO AS
PROPOSTAS POLÍTICAS E EDUCACIONAIS DE PLÍNIO
SALGADO, JACKSON DE FIGUEIREDO E ALCEU AMOROSO
LIMA NO PERÍODO DE 1921 A 1945**

**SÃO PAULO
2005**

RENATA DUARTE SIMÕES

**INTEGRALISMO E AÇÃO CATÓLICA: SISTEMATIZANDO AS
PROPOSTAS POLÍTICAS E EDUCACIONAIS DE PLÍNIO
SALGADO, JACKSON DE FIGUEIREDO E ALCEU AMOROSO
LIMA NO PERÍODO DE 1921 A 1945**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação: História, Política, Sociedade, sob a orientação do Prof., Doutor - Marcos Cezar de Freitas.

Biblioteca
Nadir Gouvêa Kloun
PUC/SP

Biblioteca MA-PUC/SP



100143935

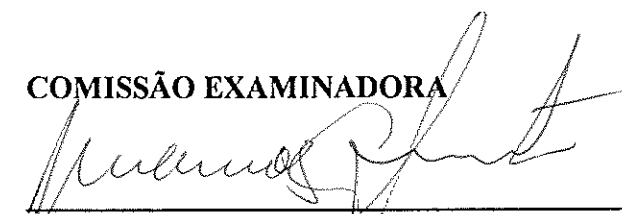
SÃO PAULO
2005

RENATA DUARTE SIMÕES

**INTEGRALISMO E AÇÃO CATÓLICA: SISTEMATIZANDO AS
PROPOSTAS POLÍTICAS E EDUCACIONAIS DE PLÍNIO
SALGADO, JACKSON DE FIGUEIREDO E ALCEU AMOROSO
LIMA NO PERÍODO DE 1921 A 1945**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação: História, Política, Sociedade, sob a orientação do Prof., Doutor - Marcos Cezar de Freitas.

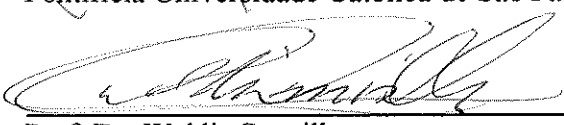
COMISSÃO EXAMINADORA



Prof. Dr. Marcos Cezar de Freitas
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Orientador



Profª. Drª. Marta Maria Chagas de Carvalho
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo



Prof. Dr. Waldir Cauvilla
Universidade de São Paulo

*À minha amada mãe, Marlene, por sua nobreza de
espírito, imensa bondade e incessante
dedicação aos filhos.*

Este trabalho não se concretizaria sem o auxílio de muitas pessoas
e instituições às quais sou profundamente grata:

A Deus pela vida.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) meus sinceros
agradecimentos pela concessão de bolsa de estudos com a qual pude realizar viagens ao Arquivo
Municipal de Rio Claro em São Paulo, possibilitando-me o acesso a documentos de grande relevância
para a realização deste estudo.

À Pontifícia Universidade Católica e ao quadro de professores do Programa de Estudos Pós-
Graduados em Educação: História, Política, Sociedade pelo apoio inestimável.
Ao meu orientador, Prof. Dr. Marcos Cezar de Freitas, que admiro cada dia mais e mais, minha eterna
gradidão por seu interesse, disponibilidade, dedicação e valiosas sugestões nos sempre agradáveis
encontros que mantivemos para discutir o encaminhamento do estudo.

Ao Prof. Dr. Waldir Cauvilla pela atenção a mim prestada durante a elaboração deste trabalho.

A Profª Drª Marta Maria Chagas de Carvalho pelas importantes contribuições no processo de
qualificação.

Ao Prof. Dr. Amarílio Ferreira Neto por fazer-me compreender o brio da perseverança na busca de
conhecimentos.

À minha amiga incondicional, Kalline Pereira Aroeira, pelo apoio amplo e irrestrito.
À minha mãe, Marlene Duarte Dias, que partilhou de minha luta, dispondo-se a me auxiliar de todas
as maneiras.

Ao meu pai, César Duarte Simões, pela paciência em me ouvir falar de meu trabalho quase que
exclusivamente.

A meu tio, João Aparecido Ribeiro, por enriquecer este trabalho com suas idéias sempre tão
oportunas.

Aos meus irmãos Rafael, Ricardo, Rosana e Ruan, e ao meu cunhado, Luiz Henrique, que suportaram
com tolerância e compreensão minhas alterações de humor nesses meses de estudo.

A meu avô, Cyrilino Simões que, pelas circunstâncias do destino, não se encontra mais entre nós, e à
minha avó, Maria José, pela torcida constante.

A Ana, Tarcísio, Eliana, Núbia, Andréia e Ana Cláudia minha gradidão pelo carinho e amizade que
confortaram meu coração nos momentos de dificuldades.

A Alina pela revisão do trabalho.

Aos companheiros de mestrado pela troca de idéias e pela ajuda na pesquisa.

Anular a capacidade de trabalho de um indivíduo é roubar-lhe a própria essência de viver. Eliminar as dificuldades e os problemas que lhe cercam a sobrevivência é privar seu raciocínio e inibir a sua criatividade, alienando-o ao comodismo e jogando-o no tédio. Pois somente se compreende a vida como uma luta constante, onde a esperança do amanhã e a vontade de participar e realizar estejam presentes em cada gesto e atitude. Porque é o desafio que nos difere das demais espécies: a capacidade de pensar, produzir, realizar, guiar nosso futuro pelas nossas mãos.

(Olavo Bilac)

RESUMO

Este trabalho constitui um exercício de sistematização do pensamento político e educacional dos autores Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima, representantes católicos de destaque no período de 1921 a 1945, e de Plínio Salgado, Chefe Nacional do movimento social de grande repercussão política que emerge no Brasil na década de 30: a Ação Integralista Brasileira (AIB). Leva em conta que a fase de transição compreendida entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundiais promove significativas transformações nos campos social, político, econômico e cultural brasileiro. Considera relevante investigar, buscar compreender e distinguir melhor as propostas desses pensadores, que dedicaram suas energias políticas e intelectuais à tentativa de estabelecer um modelo de crítica autoritária, por vezes fascista, à modernização em curso no País e, frequentemente, em seus escritos atribuíram um papel estratégico à educação na construção da sociedade que idealizavam. Investiga os escritos dos autores, principalmente aqueles nos quais o pensamento político está exposto em detalhes. Além disso, registra consultas em artigos da revista *A Ordem*, artigos de jornais integralistas, teses e dissertações relacionadas com a temática em questão, documentos que refletem os caminhos trilhados pelo Movimento Integralista e pela Ação Católica e livros concernentes a tais movimentos. O período a ser estudado, entre 1921 e 1945, tem como justificativa ser a data inicial da publicação da revista *A Ordem*, uma das fontes selecionadas para este estudo e que era lugar “oficial” de manifestação da militância laica católica, e também a data de início da Ação Católica no Brasil. Como justificativa para a data final, aponta que, ao término do Governo ditatorial de Getúlio Vargas, de certa forma, também termina, em termos de pensamento político, a “fase autoritária” de Alceu, crítico literário que assume a posição de líder do Laicato brasileiro após a morte de Jackson de Figueiredo, em 1928. Os resultados demonstram que Jackson de Figueiredo, Alceu Amoroso Lima e Plínio Salgado buscaram definir de forma bastante clara os preceitos e limites de seus respectivos pensamentos, distinguindo-se evidentemente dos demais por meio das doutrinas às quais dedicaram energia política. Figueiredo, Lima e Salgado são atores dessa trama e seus pensamentos, transcritos em suas obras e em documentos, são o objeto deste estudo.

Palavras-chave: Pensamento político; propostas educacionais.

ABSTRACT

This work constitutes an exercise of systemization of Jackson de Figueiredo and Alceu Amoroso Lima authors' political and education thought, catholic representatives of prominence in the period from 1921 to 1945, and of Plínio Salgado, National Boss of the social movement of great political repercussion that emerges in Brazil in the decade of 30: the Ação Integralista Brasileira (AIB). It takes into account that the transition period understood among the First and to Second World War it promotes significant transformations in the fields social, political, economical and cultural Brazilian. It considers relevant to investigate, to look for to understand and to distinguish better those thinkers' proposals, that dedicated their political and intellectual energies to the attempt of establishing a critic model to the modernization in course in the Country and, frequently, in their writings they attributed a strategic paper to the education in the construction of the society that it idealized. It investigates the authors' writings, mainly those us which the political thought is exposed in details. Besides, it registers consultations in articles of the magazine *A Ordem*, articles of newspapers integralistas, theories and dissertations related with the theme in subject, documents that reflect the roads trodden by the Movimento Integralista and for the Catholic Action and concerning books to such movements. The period to be studied, between 1921 and 1945, it has as justification to be the initial date of the publication of the magazine *A Ordem*, one of the sources selected for this study and that it was "official" place of manifestation of the militancy catholic laica, and also the date at the beginning of the Catholic Action in Brazil. As justification for the final date, appears that, at the end of Getúlio Vargas' dictatorial Government, in a certain way, it also finishes, in terms of political thought, the "authoritarian phase" of Alceu, critical literary that assumes the position of leader's of Brazilian Laicato after the death of Jackson de Figueiredo, in 1928. The results demonstrate that Jackson de Figueiredo, Alceu Amoroso Lima and Plínio Salgado looked for to define in a clear plenty way the precepts and limits of their respective thoughts, standing out evidently of the others through the doctrines to which dedicated political energy. Figueiredo, Lima and Salgado are actors of that plot and their thoughts, transcribed in their books and in documents, they are the object of this study.

Word-key: Political thought; proposed education.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Jackson de Figueiredo

Fotografia 2 – Alceu Amoroso Lima

Fotografia 3 – Alceu Amoroso Lima/Academia Brasileira de Letras

Fotografia 4 – Plínio Salgado, o Chefe Nacional

Fotografia 5 – Miguel Reale, Secretário Nacional de Doutrina e Estudos Fotografia

Fotografia 6 – Gustavo Barroso, Secretário Geral de Educação Moral, Cívica e Física

Fotografia 7 – Núcleo Integralista de Blumenau, SC

Fotografia 8 – Escola Integralista do Núcleo da Saudade, Sapucaí, RJ

Fotografia 9 – Integralistas e o povo, Joinville, SC

Fotografia 10 – Desfile na Capital Federal com Plínio Salgado - RJ

Fotografia 11 – Mulheres integralistas e crianças no município de Matão, interior de São Paulo

Fotografia 12 – Blusas-verdes

Fotografia 13 – Pequenos Plinianos

Fotografia 14 – Pequenos plinianos de Uberlândia, MG - 1937

LISTA DE SIGLAS

ACB – Ação Católica Brasileira

AIB – Ação Integralista Brasileira

ANL – Aliança Nacional Libertadora

JCB – Juventude Católica Brasileira

LEC – Liga Eleitoral Católica

PCB – Partido Comunista Brasileiro

SEP – Sociedade de Estudos Políticos

SNAFP – Regimento da Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e Plinianos

UDN – União Democrática Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I - INTEGRALISMO E CATOLICISMO NA HISTÓRIA POLÍTICA DO BRASIL REPUBLICANO (1921 – 1945)	
1 A transformação socioeconômica e a contestação do sistema político brasileiro: elementos contextuais necessários à compreensão do objeto de pesquisa	17
1.1 Transformações ideológicas no Brasil dos anos 20	28
2 Ação Integralista Brasileira – 1932 a 1937.....	39
3 Ação Católica Brasileira	45
CAPÍTULO II - PROPOSTAS POLÍTICAS DE JACKSON DE FIGUEIREDO, ALCEU AMOROSO LIMA E PLÍNIO SALGADO PARA UM BRASIL CONSIDERADO EM CRISE	
1 Reacionarismo e fascismo: diferenciação conceitual necessária para a compreensão da singularidade do pensamento político de cada autor	56
2 O ideário político/religioso jacksoniano, amorosiano e pliniano: por que insistir na diferença de conteúdo entre as falas?	68
CAPÍTULO III - PROPOSTAS EDUCACIONAIS DOS AUTORES	
1 A educação no decênio de 20: uma sucinta introdução ao capítulo III	95
2 Jackson de Figueiredo: propostas educacionais de um pensador assumidamente reacionário	96
3 Alceu Amoroso Lima: um pensador católico em frente a questões educacionais	98
4 Plínio Salgado: propostas educacionais para a formação da Nação.....	108
CONCLUSÃO	
Uma breve conclusão para uma futura retomada	124
REFERÊNCIAS	128

ANEXOS

ANEXO A – Documentos integralistas 137

ANEXO B – Periódicos integralistas 138

ANEXO C – Manifesto de Outubro de 1932 (doutrina integralista) 140

ANEXO D – Doze princípios da doutrina integralista 146

ANEXO E – Diretrizes integralistas 148

ANEXO F – Símbolos integralistas 152

ANEXO J – Fotos 153

INTRODUÇÃO

Este estudo elabora uma sistematização do pensamento político de Plínio Salgado,¹ como Chefe Nacional do movimento social, de grande repercussão política, que emerge no Brasil na década de 30: a Ação Integralista Brasileira (AIB).

Tal sistematização se completa com a proposta de distinguir o pensamento político pliniano do pensamento político de Jackson de Figueiredo² e de Alceu Amoroso Lima,³ representantes católicos de destaque no período, assim como distinguir as suas propostas políticas e educacionais para o Brasil, em fase de transição social, econômica, política e cultural, vivida no período entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundiais.

Plínio Salgado, Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima são atores dessa trama porque dedicaram suas energias políticas e intelectuais à tentativa de estabelecer um modelo de crítica à modernização em curso no País e, freqüentemente, em seus escritos, atribuíram um papel estratégico à educação na construção da sociedade que idealizavam.

Essa questão remete-nos a perguntar: por que não limitar o trabalho somente ao pensamento pliniano? Por que também sistematizar o pensamento jacksoniano e o amorosiano com a finalidade de distingui-los?

Salgado fundamenta seu pensamento na doutrina cristã ortodoxa, afirmando ser seu pensamento “[...] um pensamento que vem de Cristo e vai para o Cristo [...]”, pois, segundo ele, “[...] sua base está em Deus e sua inspiração nos Ensinamentos do Evangelho” (SALGADO, 1956, v. XVII, p. 320).

¹ Ver anexo J, foto 4, p. 154.

² Ver anexo J, foto 1, p. 153.

³ Ver anexo J, foto 2, p. 153.

A doutrina do Sigma⁴ parte de uma concepção totalizadora e cristã do mundo. Segundo Corbisier (1959, v. IX, p. 66), propagadora do integralismo, sobre

[...] os princípios imortais do Cristianismo, cheios de bom senso, de realismo, de profundo equilíbrio, [...] repousa o Movimento Integralista. Neles se inspira o sentido de plenitude e de Ordem, de unidade na variedade, simbolizando o Sigma.

O Integralismo apresenta-se como “[...] organismo preparatório, elaborador da grande pátria cristã [que] visa a reestruturação da sociedade brasileira sobre o alicerce dos princípios imortais do Cristianismo” (CORBISIER, 1959, v. IX, p. 63).

Assim, sentimos a necessidade de investigar e buscar melhor compreender e distinguir essa doutrina integralista que se diz cristã da doutrina católica que, muitas vezes, se contrapõe à doutrina integralista.

Delimitamos o período a ser estudado entre 1921 e 1945, tendo como justificativa para a data inicial ser ela o primeiro ano de publicação da revista *A Ordem*, uma das fontes selecionadas para este estudo e que era lugar “oficial” de manifestação da militância laica católica, e também a data de início da Ação Católica no Brasil. Como justificativa para a data final, lembramos que, ao término do Governo ditatorial de Getúlio Vargas, de certa forma, também termina, em termos de pensamento político, a “fase autoritária” de Alceu, crítico literário que assume a posição de líder do Laicato brasileiro após a morte de Jackson de Figueiredo, em 1928.

Investigamos os escritos dos autores, principalmente aqueles nos quais o pensamento político de cada qual está exposto em detalhes. Além disso, consultamos artigos da revista *A Ordem*, artigos de jornais integralistas, teses e dissertações relacionadas com a temática em questão, documentos que

⁴ O Sigma era o símbolo do movimento integralista e devia estar presente em todas as cerimônias, uniformes e bandeiras. A escolha da letra grega que corresponde ao “S” (maiúsculo) ocorreu pela assimilação do significado a “soma dos infinitamente pequenos” e também por ser a letra com que os primeiros cristãos da Grécia indicavam a palavra Deus, além de representar o nome da estrela Polar do Hemisfério Sul. Seu uso era regulamentado nos protocolos e rituais da AIB (Ver o regulamento publicado no *Monitor Integralista*, nº 18, edição do núcleo Municipal de Niterói (1937, p. 7-8), que se encontra no Arquivo Municipal de Rio Claro).

refletem os caminhos trilhados pelo Movimento Integralista e pela Ação Católica e livros concernentes a tais movimentos.

Desse modo, recenseamos a bibliografia que aborda o Movimento Integralista e a Ação Católica e pudemos verificar que poucos estudos dedicaram esforços no sentido de distinguir o pensamento político de Salgado dos pensamentos políticos de Figueiredo e Lima, principalmente no que tange às expectativas que nutriam sobre a educação brasileira. Destarte, esta investigação visa a contribuir para o preenchimento de lacunas presentes em estudos de comparação e sistematização dos pensamentos políticos e educacionais dos atores dessa trama.

Nessa direção, o Capítulo I do estudo que aqui se configura objetiva apresentar o contexto nacional em que nossos atores, Jackson de Figueiredo, Alceu Amoroso Lima e Plínio Salgado, elaboram seus pensamentos políticos, principalmente com referência ao processo de modernização do País que estava em curso.

No Capítulo II, procuramos empreender uma sistematização dos escritos dos autores e de outros pensadores integralistas e/ou católicos do período, sobre a transição em voga no Brasil. Tal sistematização tem como subproduto um trabalho de diferenciação conceitual entre reacionarismo e fascismo, essencial para a compreensão da singularidade dos escritos de cada intelectual.

O movimento de depuração conceitual faz-se necessário para que conteúdos relacionados com as acepções de ação política manifestas nas fontes selecionadas possam ser investigados.

Aqui, com a finalidade de penetrar no processo de reconstrução da história da Ação Integralista Brasileira, utilizamos um procedimento semelhante ao de quem “escava”, inspirado no procedimento de Benjamim (1987, p. 239) exposto em “Escavando e Recordando”:

Quem pretende se aproximar do próprio passado soterrado deve agir como um homem que escava. Antes de tudo, não deve temer voltar sempre ao mesmo fato, espalhá-lo como se espalha a terra, revolvê-lo como se revolve o solo. Pois 'fatos', nada são além de camadas que apenas à exploração mais cuidadosa entregam aquilo que recompensa a escavação. Ou seja, as imagens que, desprendidas de toda as conexões mais primitivas, ficam como preciosidades nos sóbrios aposentos de nosso entendimento tardio,

igual a torsos na galeria do colecionador. E certamente é útil avançar em escavações segundo planos. Mas é igualmente indispensável a enxada cautelosa e tateante na terra escura. E se ilude, privando-se do melhor, quem só faz o inventário dos achados e não sabe assinalar no terreno de hoje o lugar no qual é conservado o velho.

No Capítulo III, buscamos sistematizar e distinguir as propostas educacionais daqueles pensadores para o Brasil de então.

Estabelecendo tais estratégias de ação e sistematização, partiremos do pressuposto de que “[...] a mutação porque passa a sociedade brasileira na década de 20 é crucial para a compreensão do itinerário político-ideológico do chefe integralista e das transformações que precedem a Revolução de 30, em cujo contexto nascerá a Ação Integralista Brasileira (AIB)” (TRINDADE, 1979, p. 7). Essa percepção também é crucial para que se compreenda a multiplicidade de forma e conteúdo presente nas ações e propostas dos intelectuais católicos, interessados em dar ao quadro social uma moldura própria.

CAPÍTULO I

INTEGRALISMO E CATOLICISMO NA HISTÓRIA POLÍTICA DO BRASIL REPUBLICANO (1921 – 1945)

1 A transformação socioeconômica e a contestação do sistema político brasileiro: elementos contextuais necessários à compreensão do objeto de pesquisa

A fase de transição compreendida entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundiais promove significativas transformações nos campos social, político, econômico e cultural. Nesse período, pode-se observar o incremento da indústria, a incorporação de novas camadas urbanas às lutas sociais, uma mutação ideológica que se opera entre as elites intelectuais e a colocação em questão da legitimidade do sistema político dominado pelo grupo agrário exportador.

Após a Primeira Grande Guerra, situam-se nos planos econômico e social os dois efeitos mais imediatos sobre a transformação da sociedade brasileira, manifestando-se o primeiro na aceleração do processo de industrialização e o segundo na eclosão tensa da luta social.

A partir de 1915, o processo de industrialização, já abortado em outras ocasiões, entra em nova fase de desenvolvimento gerada pelas condições inerentes à produção cafeeira: a acumulação ou concentração de renda, fruto da economia desse produto é um dos elementos fundamentais para dar à industrialização condições de desenvolvimento; a desvalorização cambial, durante a Primeira Grande Guerra; e a dificuldade de importação de mercadorias devido ao encarecimento dos preços, circunstâncias estimuladoras ou aceleradoras do processo.

A estrutura industrial que se desenvolve nesse período de crescimento é caracterizada pelas indústrias leves: têxteis, vestuários, calçados e alimentos, que representam mais de 57% da produção industrial em 1907. Nos anos imediatamente anteriores à Primeira Guerra Mundial, a indústria brasileira inicia um significativo processo de diversificação da sua estrutura, incorporando alguns ramos característicos da “Segunda Revolução Industrial”, tais como: produção de cimento, aço, máquinas e equipamentos, produtos químicos etc.

No campo social, torna-se relevante apontar as greves deflagradas em São Paulo e no Rio, durante os anos de 1917 e 1919, provocando os primeiros sinais do desenvolvimento de uma consciência proletária.

Organizações de trabalhadores, em grande parte imigrantes de origem européia, existem desde 1870, sob a forma de Ligas e Uniões, mas somente em 1906 realizam o Primeiro Congresso de Trabalhadores Brasileiros, procurando unificar o conjunto das organizações operárias, afirmando-se, por ocasião desse evento, duas tendências: uma socialista e outra anarquista.

Na década de 20, inicia-se o processo de eclosão da luta social e de unificação do proletariado em organizações sindicais ou partidos socialistas, mas tais esforços não repercutem de modo a obter reconhecimento pelo sistema político e, com isso, a participação do movimento operário ocorrerá de maneira enfraquecida na transformação política do Brasil em 1930.⁵

A luta social e política, desde as greves do após-guerra e da fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 1922, até a criação da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e a revolta comunista, em 1935, são elementos cuja repulsa influenciará a formação ideológica de Plínio Salgado e, posteriormente, o desenvolvimento da Ação Integralista, reunindo outros engajados no combate a tais tendências.

Com a revolução de 5 de julho de 1922, inicia-se um esforço para a redefinição do papel do Exército, do mesmo modo que a sistematização das linhas básicas de sua função. Estabelece-se o princípio de que o Exército não aceita a posição de submissão e passividade em que o regime tenta enclausurá-lo, como também não aceita que o povo sofra sob o despotismo e a prepotência

⁵ A organização do Partido Comunista não modifica a situação, porque a subestimação do poder e do papel da burguesia nacional, como um elemento de transformação e uma interpretação errônea do sentimento nacionalista, presentes nas aplicações desses princípios para a América Latina, provocará várias dificuldades táticas e crises internas no desenvolvimento dos partidos comunistas latino-americanos. O PCB não fugirá dessa tendência geral.

dos governantes. Os tenentes, já em 1922, atuam dentro da perspectiva militarista de que a sociedade brasileira precisa ser tutelada pelos seus militares para encontrar o “bom caminho”.

Quanto à tomada de consciência política da classe média urbana, ela se revolta e se insurge contra o sistema político existente, manifestando o desejo de renovação dos costumes políticos. Essa contestação contra o regime se incorpora ao Movimento Tenentista. No entanto, isso não quer dizer que os militares, por serem recrutados na classe média ou nas menos favorecidas, ou mesmo por receberem o apoio dessas classes, ajam como representantes dessas.

O que há de comum nas rebeliões da classe média urbana e nas rebeliões tenentistas, assim como em outras dos anos 20, é a intenção de provocar, por meio de um golpe de Estado, mudanças no seio do Estado, sem criar condições para que as massas populares intervenham no processo de mudança política.

É nesse contexto conturbado, marcado por disputas econômicas e políticas, que se dá a transição da sociedade brasileira dos anos 20. Nessa fase se elaboram a formação intelectual e a aprendizagem política do chefe integralista. Nela ocorre a mutação ideológica de Salgado influenciada pela mutação, em curso, da sociedade brasileira; nela Plínio Salgado elabora o pensamento autoritário que lhe marcará vida e obra.

Pensamento esse que não deve ser confundido com outros discursos autoritários que nascem no Brasil nos anos 10 e sobrevivem com muita força até os anos 60 do séc. XX, a saber: a ideologia autoritária de Alberto Torres, a de Francisco José de Oliveira Vianna e a de Antonio Jose Azevedo Amaral.

Esses três analistas da crise brasileira, “[...] em nome da inadequação entre os modelos institucionais e a realidade social, propõem uma forma de organização do sistema social e político em que sobressai o papel primordial de um Estado forte e centralizado na implementação dos interesses coletivos” (CERQUEIRA; SOARES, 1971, p. 87). Além disso, os três autores

produzem interpretações essenciais à ideologia autoritária e possuem uma concepção muito própria sobre progresso e modernização.

Nos escritos de Alberto Torres, a idéia de ordem marca profundamente sua noção de progresso, levando-o a abordar constantemente o tema da organização nacional com base na reforma da nacionalidade com tom antiimperialista.

Tal posição assumida pelo intelectual apresenta-se como tentativa de influenciar os homens de seu tempo a pensarem o Brasil como “berço de uma nova civilização”, ou seja, a pensarem o Brasil como um país cujo processo de crescimento seja autônomo em relação ao capitalismo estrangeiro, um país cujo modelo civilizatório seja elaborado a partir das próprias raízes.

Para Alberto Torres, tal nacionalidade deve ser forjada pelas “grandes mentes” responsáveis por afastar do povo brasileiro seus inimigos⁶ e por guiar os passos populares na construção da nação. Nesse sentido, propõe como salvação para o País, diante do perigo que a expansão imperialista configura, um Estado nacional ultracentralizado, autonomizado e fortalecido em relação ao contexto internacional.

O Brasil tem de ser uma república social por força de seu destino, e da fatalidade de seu surto na era da questão social; e tem de ser, intuitivamente, uma república agrícola. É preciso que seja, porém, uma república social, prudente e conservadora, para que o povo não sinta um dia a necessidade de arrancar à força o que os governos podem lhes dar dentro da ordem (TORRES, 1938, p. 168-169).

Um dos alvos de críticas mais severas na obra de Torres é a civilização urbano-industrial. O posicionamento político-teórico do autor, em frente ao nacional ruralismo, tema que, num

⁶ Para Alberto Torres, os maiores inimigos do povo brasileiro eram: o liberalismo, portador do individualismo corrosivo; o coletivismo, cuja verdadeira face seria opressiva; e a democracia, considerada inapropriada ao Brasil (Cf. FREITAS, 1999).

futuro próximo, terá o apreço de Plínio Salgado, apresenta o deslocamento das populações das zonas rurais para a cidade como responsável pelos problemas pelos quais o País passa. Sobre esse assunto, diagnostica:

O desequilíbrio das sociedades modernas resulta, principalmente, da deslocação constante das populações das zonas rurais para as indústrias, do esforço produtivo para manufaturas e para o comércio. O Brasil tem por destino evidente ser um país agrícola: toda a ação que tenda a desviá-lo desse destino é um crime contra sua natureza e contra os interesses humanos (TORRES, 1938, p. 214).

Segundo Torres, o Brasil deve permanecer em sua natural vocação agrária, pois assim se manterá afastado do perigo revolucionário que o levará, por desestabilização da ordem, ao caos.

A partir da década de 1920, mais acentuadamente da “Revolução de 1930”, abordando os mesmos problemas, Francisco José Oliveira Vianna direciona sua pregação às classes dirigentes apontando-lhes mecanismos para que se tornem também dominantes em relação às frações que disputam a direção na reforma do Estado. Propõe uma “técnica autoritária” (VIANNA, 1982, p. 685). Segundo Vieira (1981, p. 16), como consequência de tal técnica, Vianna propaga a implantação de “[...] um Estado pedagogo, edificador da nação e inspirador do civismo, que se destina a organizar uma sociedade vista quase em estado de natureza”.

Desse modo, concebe a sociedade organizada a partir de corporações profissionais, idealiza a ação mediadora do Estado e contribui decisivamente, por meio de seus postulados, para a construção de uma técnica autoritária no Brasil dos anos 30. Considera, ao contemplar o comportamento político brasileiro, que afirma ser imaturo, inapropriada a implantação da liberal democracia no País, devendo a sociedade brasileira submeter-se necessariamente à ação de um Estado forte diante da incapacidade “natural” da sociedade brasileira em face às instituições

democráticas. A seu ver, reconhecer essa incapacidade da sociedade brasileira de lidar com o sistema político democrático é assumir o que realmente somos:

[...] não há razão para nos envergonharmos de nossos clãs, da nossa politicagem e dos seus complexos políticos. Somos assim porque não podemos deixar de ser assim; e só sendo assim é que poderemos ser como nós somos (VIANNA, 1982, p. 713).

Como compreende Vianna, a solução dos problemas nacionais será apresentada por um Estado corporativo. Sua pregação prescreve as corporações em oposição às instituições liberais e seus ataques esforçam-se em evidenciar a impraticabilidade da democracia nos moldes do liberalismo. Logo, os argumentos que utiliza desmoralizam o sufrágio universal e, conseqüentemente, o Parlamento como um todo.

Desse modo, Vianna (1982, p. 633) considera necessário substituir

[...] o sufrágio universal pelo sufrágio corporativo. Ou os partidos políticos pelos grupos profissionais. Ou que reduzissem o primado do Poder Legislativo, assegurando-lhe apenas uma competência limitada. Ou que ampliassem as funções do Poder Executivo dando-lhe atribuições julgadas até então privativas daquele. Ou que delegassem funções legislativas, administrativas ou judiciárias a corporações ou instituições privadas ou parastatais. Ou que rompessem com o princípio da separação dos poderes. Ou mesmo, que suprimissem o voto individual. Sem que nada disso, entretanto, deixe de manter fidelidade aos ideais da democracia.

Acreditando na impossibilidade de implantação de um sistema democrático no Brasil, Vianna propõe uma democracia de Estado instaurada e administrada pela autoridade. Tal Estado deve assumir uma postura reformista, ou seja, deve buscar reformar constantemente a administração e as instituições com a finalidade de evitar que a massa chegue ao “motim” ou, o que é pior, à revolução de classes contra classes.

Oliveira Vianna prega a manutenção permanente do Estado de desmobilização das forças sociais por meio de normas jurídico-administrativas que venham a estabelecer a ordem, possibilitando assim a construção da nação. Esse é o principal sentido de proeminência de sua obra, especialmente no que diz respeito ao corporativismo. Sendo um entre tantos a elogiar as ditaduras, diz que,

[...] colocando como postulado a obediência ao interesse da nação ou, o que quer dizer o mesmo, a corporação como meio e a nação como fim, a moral da corporação autoriza a ser uma fonte de recrutamento e de formação de estadista (VIANNA, apud VIEIRA, 1981, p. 37).

O intelectual ainda dá continuidade ao ruralismo de Alberto Torres e caracteriza o socialismo como processo de proletarização generalizada da sociedade. Por isso, prescreve:

Dar a cada um sua terra ou a sua casa – eis a primeira face do problema. Difusão, portanto, da pequena propriedade; principalmente da pequena propriedade rural. Principalmente, a rural; porque somos ainda um povo agrário, com uma população campestre, compreendendo cerca de 80% da população total do país. Não há lugar aqui para se adotar a solução de desespero das massas empobrecidas e famintas do velho mundo, isto é, a proletarização geral da sociedade. O Brasil, pela sua constituição geográfica e demográfica, está em condições de poder dar ao seu problema social uma solução inteiramente oposta à do problema social do velho mundo; quero dizer – a da desproletarização das suas classes proletárias pela ampliação, numa extensão que só a nós é permitida – da classe dos pequenos proprietários. E tudo isto conseguido sem modificar a estrutura de nossas instituições tradicionais (VIANNA, 1982, p. 122).

Para Vianna, assim como para muitos pensadores do período, a substituição da liberdade pela organização apresenta-se como único caminho a seguir para a construção da unidade moral da Nação. Destarte, como compreende Vieira (1981, p. 124), quando se pensa em reforma do Estado, da administração e do quadro institucional, ou seja, em uma “Reforma por cima”, a partir de Oliveira Vianna, deve-se ter em mente que

[...] a organização corporativa transforma a mentalidade operária, desintegrando-lhe o espírito antipatronal e o sentimento de inferioridade, colocando no mesmo pé de igualdade patrão e empregado.

De modo semelhante pensa Azevedo Amaral que apresenta em sua obra a idéia de uma “via autoritária” para o Brasil, representado um ponto de continuidade ao pensamento de Alberto Torres e Oliveira Vianna.

Nos ensaios de Azevedo Amaral, o autoritarismo é assumido como quesito fundamental à emancipação brasileira, dedicando-se à elaboração de uma ideologia de Estado que consubstancie uma “via autoritária” como a mais apropriada ao País. Azevedo Amaral encontra, na ação pedagógica do Estado e em seu fortalecimento, o referencial para construir uma teoria da autoridade a serviço do País.

Nesse sentido, por pertencer publicamente a uma intelectualidade de filiação autoritária, atribui a si o significado de intelectual condutor da regeneração da Nação. Isso origina em seu pensamento o elogio ao Estado Novo como melhor sistema político para o crescimento do País, porque nele se encontram a ordem, a autoridade e a manutenção do capitalismo, de onde emana o aspecto civilizatório do capital.

Ao analisar a situação nacional nos anos 30, Azevedo Amaral utiliza-se do centralismo para atacar sucessivamente o liberalismo, o socialismo e, de modo geral, as inúmeras correntes que não compactuam com a centralização, chegando mesmo a considerar a autoridade como limitadora de tais forças, o que coincide com aspectos da doutrina política tanto de alguns líderes católicos quanto de alguns entusiastas do integralismo.

A frase seguinte de Amaral (1938, p. 107) poderia ter sido pronunciada por vários integralistas:

[...] o papel do estadista, em tais circunstâncias, é refrear os entusiasmos, moderar a exaltação renovadora e fazer com que o trabalho reconstrutor se realize sem perda completa de contato com as bases históricas integradas na tradição nacional [...]. Benedito Mussolini exprimiu uma vez, de modo lapidar, essa missão do estadista revolucionário, dizendo que não bastava ter coragem para reformar, mas era preciso também coragem de conservar.

Para o pensador, somente a ordem e a hierarquia são capazes de fazer de um povo uma nação, tornando-se a autoridade a força coordenadora e orientadora dos elementos que se justapõem na sociedade.

O Estado autoritário, a seu ver, baseia-se na demarcação entre aquilo que ao indivíduo é imposto pelo Estado e o que forma a esfera intangível do ser humano. Nesse sentido, procura sempre diferenciar sua pregação autoritária do fascismo, pois enxerga no autoritarismo o sentido do ser no projeto de realizar “por cima” a redenção das individualidades, alinhando assim a noção de autoridade como base da democracia.⁷

Segundo ele

O conceito de democracia envolve a organização hierárquica da sociedade, fora da qual, aliás, não se pode conceber a existência coletiva [...]. Supor que a democracia se baseie na unidade real e prática das unidades componentes do corpo social é uma idéia não somente ilusória em contradição com a realidade objetiva, mas também irreconciliável com o conceito de uma organização nacional concretizada na existência do Estado (AMARAL, 1938, p. 173).

Nessa direção, não há lugar para o partido, muito menos para o partido único.

⁷ Cf. AMARAL, 1938, p. 150 e ss.

A autoridade é a expressão dinâmica da vontade coletiva compelindo as forças da iniciativa individual a manterem-se dentro dos limites compatíveis com a segurança estrutural do sistema (AMARAL, 1938, p. 277).

A doutrina autoritária de Azevedo Amaral, mantendo relevantes contatos com a obra de Alberto Torres e Oliveira Vianna, coloca-o à frente do pensamento autoritário brasileiro que ganha forças na década de 1930.

Nesse período, a publicação de uma série de livros, analisando a situação política brasileira numa perspectiva antiliberal, bem como o aparecimento de várias revistas e movimentos ideológicos de orientação política fascista, monarquista ou corporativista, comprovam a receptividade das idéias autoritárias.

Portanto, a fundação da AIB, em 1932, não é um fato isolado, mas resulta da cristalização das idéias radicais de direita no Brasil nos anos 30 e da convergência dos movimentos precursores que Salgado busca integrar.

A idéia de Estado inserida no Manifesto Integralista de Outubro de 1932, primeiro documento ideológico oficial redigido por Plínio Salgado, é a de um organismo autoritário, coroando a concepção espiritual-nacionalista contida em seu discurso ideológico.

A concepção estatal de Salgado busca raízes na realidade adaptada, segundo ele, às necessidades do homem brasileiro. O Chefe Nacional procura compatibilizar seu modelo “familiar-corporativo”⁸ com o nacionalismo: “Pretendemos tomar como base o homem de nossa terra, na sua realidade histórica, geográfica e econômica”. A partir desse dado-base, ele infere seu sonho nacionalista:

Desse elemento biológico e psicológico, deduziremos as relações sociais, com normas seguras de direito, de pedagogia, de política

⁸ Cf. TRINDADE, 1979, p. 218.

econômica, de fundamentos jurídicos. Como cúpula desse edifício, realizaremos a idéia absoluta, a síntese de nossa civilização: na filosofia, na metafísica, na literatura, na pintura, na escultura, na arquitetura, na música, como conclusão suprema do sentido do espírito nacional e humano (SALGADO, 1955, v. IX, p. 110).

No modelo de Estado pensado por Salgado, definido por Trindade (1979) como familiar-corporativo, a família cria as virtudes que consolidam o Estado. A liberdade moral da família é o sustentáculo da liberdade e da força do Estado. Assim, o Estado deve ser forte para manter o homem íntegro e a sua família.

Para o Chefe Nacional, a legitimidade do Estado provém de sua natureza familiar: “Com este caráter é que ele tem autoridade para traçar rumos à Nação. Baseado no direito da família é que o Estado tem o dever de realizar a justiça social, representando as classes produtoras” (SALGADO, 1955, v. IX, p. 107).

No Manifesto, a estrutura e o funcionamento do Estado integral estão descritos de maneira vaga, mas fica clara a característica autoritária e hierárquica que lhe é conferida:

A nação tem necessidade de se organizar em classes profissionais [...]. Cada Brasileiro se inscreverá na sua classe. Estas classes elegem, cada um por si, seus representantes nas Câmaras Municipais, nos Congressos Provinciais e nos Congressos Gerais [...]. Esses representantes todos devem ser de absoluta confiança de cada classe, vindo seus nomes indicados pelos Conselhos Municipais, Provinciais e Nacionais, saídos também do Partido único que é a concretização de todas as classes profissionais [...]. Pretendemos realizar o Estado Integralista, livre de todo e qualquer princípio de divisão: partidos políticos; estadualismo em luta pela hegemonia; luta de classes [...]. Pretendemos criar a Suprema autoridade da nação (SALGADO, 1955, v. IX, p. 94-111).

Tais preceitos são amplamente difundidos pelo movimento integralista com o intuito de “salvar o povo brasileiro e a nação” de possíveis derrocadas promovidas por seus inimigos: o

liberalismo, o socialismo, o capitalismo internacional e as sociedades secretas vinculadas ao judaísmo e à maçonaria.

A ideologia integralista se elabora num período de crise na evolução político-econômica e cultural da sociedade brasileira, período de disputas que se acentuam no após-guerra, engendrando novas contradições entre as classes sociais, período em que a consciência nacionalista, sob diversas formas, radicaliza-se, período em que a evolução modernista rompe com os valores estéticos tradicionais e a renovação católica mobiliza amplos setores intelectuais para a ação social e política. Logo, a AIB não é obra de um só homem, mas nasce do processo de convergência das idéias autoritárias de direita, mesmo que repletas de peculiaridades, numa sociedade em transição, sob o impacto da nova situação internacional marcada pela revolução soviética e pela contra-revolução fascista.

1.1 Transformações ideológicas no Brasil dos anos 20

O temor diante dos rumos que a modernização do Brasil toma está no centro da problemática política de Plínio Salgado e esse clima de receio impulsiona o integralismo a buscar raízes nacionais para a elaboração de seus fundamentos políticos. Logo, torna-se indispensável penetrar no sentido da mutação das idéias na década de 20 para se compreender o conteúdo ideológico do integralismo.⁹

Vale recuperar um pouco de um “clássico” para lembrar que, em relação ao plano das idéias, assiste-se, desde o final do século XIX, “[...] a um movimento de integração da inteligência, da cultura, das artes e das letras na realidade brasileira [...]” (COSTA, 1956, p. 389), começando a esboçar-se, já na década de 1920, uma mutação ideológica caracterizando a efervescência intelectual do após-guerra. O que mais chama a atenção é a tentativa de criar um

⁹ Cf. TRINDADE, 1979.

pensamento nacional autônomo para solucionar os problemas brasileiros, sem recorrer aos modelos estrangeiros.

Alceu Amoroso Lima, sob o pseudônimo de Tristão de Athayde, traça um retrospecto do movimento literário brasileiro e, embora não se refira, especificamente, ao modernismo, mostra convicção de que um movimento idealista anima as letras e os que delas se ocupam. Para ele, esse movimento é o de uma convicção crescente da personalidade nacional e, portanto, literária, dos perigos do cosmopolitismo, do contato com a realidade e da necessidade de uma conciliação dos caracteres locais e universais, individuais e humanos, para alcançar a verdadeira personalidade literária (ATHAYDE, 1929d).

Um dos traços dos processos ideológicos que despontam no Brasil é o nacionalismo. Luta-se contra “o aspecto sentimental e piegas” da literatura (romantismo); contra as “monstruosidades do cientificismo” e os “retalhistas de açougue” (realismo), por fim, contra o “extremo cuidado da forma”, começando pela crítica à métrica e ao soneto (parnasianismo) (BRITO, 1964, p. 156-157).

Juntamente com a crítica, surgem as primeiras tentativas de formulação de novos princípios estéticos, pois, segundo os “novos”,

[...] a arte, sendo uma manifestação da vida, não pode furtar-se às leis da vida. As filosofias variam; as ciências variam; a moralidade varia; o costume varia; o Universo vive em constante transformação; os seres variam, os minérios endurecidos variam. Por que a arte há de ser mumificada, há de se estancar diante da muralha chinesa? [...] A arte será, como sempre foi, o espelho de uma época [...]. Ela é inspiração e não imitação; a arte é sentimento livre e não servilismo. Como impor à ultra-sensibilidade moderna, o passado calmo, diverso, para nós, quase incompreensível? A arte tem algo de Proteu. E encarar a arte é encarar Proteu (BRITO, 1964, p. 168-187).

O movimento modernista torna-se forte fonte de inspiração para autores brasileiros, trazendo consigo a revolução estética e “[...] optando pelo rumo nacionalista contra o

cosmopolitismo, primitivo contra o artifício, sociológico contra o gratuito” (MARTINS, 1969, p. 92).

O modernismo brasileiro vai tomar das vanguardas européias sua concepção de arte e as bases de sua linguagem: “[...] a deformação do natural como fator construtivo, o popular e o grotesco como contrapeso ao falso refinamento academista, a cotidianidade como recusa à idealização do real, o fluxo da consciência como processo desmascarador da linguagem tradicional” (LAFETÁ, 2000, p. 22).

Desse modo, dois são os projetos do modernismo que se articulam e se completam, a saber: o de ordem artística (a natureza intrínseca da linguagem modernista solicitando a incorporação do popular e do primitivo) e o de ordem ideológica (a burguesia apoiando-se em sua origem e revalorizando, por meio da transmutação estética modernizante, hábitos e tradições do Brasil arcaico).¹⁰

A fase modernista é marcada por dois períodos: a primeira compreendida nos anos 20, cujo projeto ideológico correspondia à necessidade de atualização das estruturas, propostas por frações das classes dominantes; e a segunda nos anos 30, quando o projeto transborda os quadros da burguesia, principalmente em direção às concepções esquerdizantes (denúncia dos males sociais, descrição do operário e do camponês), mas também das posições conservadoras e de direita (literatura espiritualista, essencialista, metafísica e ainda definições políticas e tradicionalistas, como as de Gilberto Freyre).

Nesse âmbito, vários intelectuais, políticos e jornalistas debatem a idéia de “personalidade da nação”, conferindo-lhe o significado de procura por um nacionalismo que motive a “regeneração” do País, dado que apresenta toda espécie de carência. Discutem, também, a descoberta da sua “vocação econômica” e a valorização dos chamados “valores autênticos da

¹⁰ Cf. LAFETÁ, 2000.

nossa brasilidade” (FREITAS, 1998, p. 25). Esse movimento de exaltação pelo retorno às origens do povo tornará o nacionalismo cívico e econômico, na década de 1930, ainda mais radical.

A década de 20 traz consigo movimentos políticos e culturais e cria o cenário onde surgirá o integralismo, podendo ser observado claramente, no mesmo período, o paralelismo entre a evolução do modernismo e a do chefe integralista, ambos deixando-se impregnar pela política.

Na realidade,

[...] o Verdeamarelismo e a Antropofagia, como alguns anos mais tarde o Pau-Brasil, são inicialmente, manifestações estéticas, que tornar-se-ão políticas e ideológicas. O modernismo evolui a um tipo de arte em que as preocupações políticas acabam por dominar: a estética define a orientação modernista até por volta de 1926; ao passo que entre 1928 e 1939, a política domina sobre a estética (MARTINS, 1969, p. 137-138).

No modernismo, movimento configurado como de renovação cultural e estética, intelectuais reclamam uma nova modernidade para o Brasil, exigem uma nova forma de se produzir literatura, poesia, pintura, música etc. Aspiram ao fim das amarras, à extinção das teorias literárias consideradas ultrapassadas, na arte e na expressão, e ao cessar da utilização de modelos estrangeiros. Alguns autores ainda defendem a vocação agrária do Brasil e sonham com uma república agrícola na qual a difusão da pequena propriedade possibilite a resolução das questões sociais. Em 1922, realiza-se em São Paulo o acontecimento de maior destaque, sem dúvida, relacionado com idéias modernistas: a Semana de Arte Moderna, desencadeando simbolicamente o processo de transformação estética modernista.

A participação de Plínio Salgado na Semana de Arte Moderna se dá de maneira discreta, mas, já em 1926, com a publicação de “O Estrangeiro”, transforma-se num dos autores mais famosos do movimento. O livro, um dos primeiros romances modernistas, recebe excelente acolhida, esgotando-se a primeira edição em cerca de vinte dias. Além disso, ainda em 1926,

Salgado passa a integrar a “tendência nacionalista” do modernismo, ligando-se primeiro ao grupo Verde Amarelo e, mais tarde, ao da Anta.¹¹

Na década de 20, o debate acerca da história nacional já se mostra presente, mas é na década de 30 que se acirra e traz à tona questões sobre a situação de vida do povo no campo e na cidade, o drama das secas etc. O real conhecimento do País faz-se sentir como uma necessidade urgente e os artistas são bastante sensibilizados por essa exigência.

Lafetá (2000), em seu estudo sobre o modernismo, diz concordar com a opinião unânime de estudiosos dessa temática de forma que tenha sido a década de 30 a fase áurea de maturidade e equilíbrio do modernismo, superando os “modismos” e os “cacoetes” dos anos vinte, abandonando o que era pura contingência ou necessidade do período de combate estético.

Nessa direção, tanto Alceu quanto Plínio apresentam um quadro vasto de obras, ambos recusando em parte e aceitando em parte a doutrina modernista. Lima (2000, p. 145) revela ter apoiado a Semana de Arte Moderna, porque coincidira com suas inquietações. No modernismo, confessaria que o que buscava era sua “dimensão mística”. Já Figueiredo (1924c, p. 11-12) apoiava a arte desde que essa estivesse mergulhada na moral católica:

Em relação à Arte, procurei sempre defender, desde que me entreguei na fé catholica, esta concepção pura e simples, que é afinal a dos mais autorizados doutrinarios da Igreja em taes assumptos: a arte, para ser realmente Arte, tem que ser moral, tem que ser catholica. [...] o que há de mais alto, o que há de mais singular na realidade humana é a actvidade moral, o amor do bem e o horror ao mal. Logo, a Arte para ser realmente humana, para corresponder totalmente ao homem, tem que reflectir essa vida moral, de onde só ser affirmativa, engrandecedora, quando põe em relevo a belleza que há no que chamamos vida moral.

Desde o final do século XIX, inicia-se um período de reorganização eclesiástica e depois, já nos anos 1920, esse processo terá atuação mais significativa no contexto da vida do País

¹¹ Cf. TRINDADE, 1979.

incentivando, no âmbito do pensamento católico, novamente a idéia de criar uma ordem política e social fundamentada nos princípios cristãos.

O movimento dos bispos reformadores, iniciado em meados do século XIX, tem como marca registrada a espiritualidade ultramontana,¹² difundida sobretudo pelos padres lazaristas¹³ franceses. Uma parte significativa dos bispos brasileiros desse período recebe sua formação nos seminários dirigidos por esses religiosos.

Azzi (2001, p. 13) aponta que, no “[...] esforço de exaltar o sacerdócio e o episcopado, os promotores dessa orientação espiritual apregoam uma atitude de retraimento diante do mundo e da vida social [...]”, denunciada pelo próprio Papa Pio IX que, a partir de 1870, considera-se um “prisioneiro do Vaticano” ao desaconselhar os católicos a participarem das lutas políticas.

Somente a partir dos anos 20, com o Papa Pio XI, a Santa Sé começa a propagar a necessidade de maior aproximação da Igreja com o Poder Político e de maior participação dos católicos na vida da sociedade.

Todavia, essa Restauração Católica¹⁴ não significa uma ruptura com o movimento iniciado pelos bispos reformadores na época imperial, sendo apenas uma evolução da mesma concepção da Igreja. Conforme Azzi (2001), dois são os novos aspectos que servem para caracterizar essa Restauração no Brasil: primeiramente a consciência da necessidade de uma presença efetiva maior no âmbito da sociedade brasileira e, como consequência, a consciência da necessidade de uma aproximação e colaboração maiores entre Igreja e Estado.

¹² Doutrina que apóia a autoridade e o poder absoluto do Papa e que defende a posição tradicional da Igreja católica italiana de sustentar a tese da infalibilidade do Papa.

¹³ Padre da ordem religiosa de São Lázaro, fundada em Paris, em 1625, por São Vicente de Paulo, para evangelização de camponeses pobres.

¹⁴ Movimento, do período anterior, no qual as três idéias fundamentais são: a necessidade de maior formação do clero e instrução religiosa do povo; atitude apologética com relação à maçonaria, ao protestantismo e ao espiritismo; e mentalidade conservadora no que diz respeito aos problemas políticos e sociais (AZZI, 2001).

A presença mais efetiva da Igreja visa a criar uma sociedade que respeite os valores tradicionais do catolicismo, encontrando sua inspiração numa mentalidade conservadora, em que predominem os valores da ordem e autoridade. A hierarquia eclesiástica sonha com uma sociedade sacral, na qual compete ao Estado católico definir normas de comportamento social, havendo pouco lugar nessa concepção para idéias marcadamente liberais, positivistas, democráticas e socializantes, características da modernidade política e social dos Estados.

Com a finalidade de concretizar de fato essas idéias de neocristandade, objetivando restaurar os valores espirituais na poesia, na prosa e na filosofia, o maior esforço eclesiástico do período é direcionado para as esferas da família e da escola, procurando manter, na área da família, a indissolubilidade do matrimônio e o caráter religioso desse vínculo e, na escola, reivindicando os direitos de ensino da religião católica e, por conseguinte, verbas para o ensino particular ministrado nos colégios católicos.

Nesse âmbito, a Igreja não pretende uma volta ao passado ou às instituições monárquicas. A atitude do episcopado não é reacionária, mas simplesmente conservadora. Os bispos desejam colaborar com a República de então, mas procurando infundir-lhe o espírito cristão, não interessando tanto a forma de Governo, mas sim a legalidade do Poder Político (AZZI, 2001).

Embora de forma lenta, a Igreja também inicia o processo de renovação de suas antigas estruturas, sendo o exercício do culto e o apostolado social os dois setores mais atingidos por essa renovação.

A maior dificuldade para aceitação dessa nova perspectiva é o fato de colocar em xeque a hegemonia clerical, conquistada a duras penas ao longo de todo o movimento em prol da romanização da Igreja, pois, com a maior participação da Igreja na vida social, são conquistados espaços para que leigos possam atuar no cerne da instituição eclesial, por meio das celebrações rituais, como na sua própria expansão missionária, no âmbito da vida política e social.

A atuação da Igreja, nesse período, não oferece, no âmbito social brasileiro, destaque à instituição e a grande prova do seu relativo insucesso está no seu declínio em matéria de direção intelectual. “A Igreja é tão acomodaticia que não faz ouvir a sua palavra na direção do país; integra-se no processo como as outras forças, equilibrando-se na troca de apoios e favores [...]” (AZZI, 2001, p. 131). Assim, desempenha um papel que não tem força bastante para marcar a sociedade e “a fé é quase frouxa”, não configura a vida com os traços cristãos, satisfazendo-se em exterioridades e convenções, sem a vivência do conteúdo.

O número de escritores católicos no País é mínimo e, desses, são poucos os que têm real expressão, não havendo quem esteja identificado com a Igreja a ponto de conhecer-lhe a fundo a doutrina e exprimir seu pensamento filosófico, o que gera um desgosto com a monotonia literária e com o acanhamento da criação artística, justificando a busca de novas formas e experiência de outros caminhos. Essa inquietação literária ganha corpo na Semana de Arte Moderna. Partindo de São Paulo, o modernismo ganha adeptos em outros pontos (IGLESIAS, 1971).

Para o estabelecimento do início efetivo do movimento espiritualista no Brasil, os anos de 1921 e 1922 são considerados anos-chave em virtude da fundação, no Rio, do Centro D. Vital e da revista *A Ordem* e em virtude da publicação de duas obras fundamentais: “A Igreja, a Reforma e a Civilização”, do padre Leonel Edgar Silveira Franca, e “Pascal e a Inquietação Moderna”, de Jackson de Figueiredo.¹⁵ A revista *A Ordem*, caracterizada por um tom nacionalista, e o Centro D. Vital, cujo objetivo era defender as reivindicações católicas na constituição, passam a ser ponto de encontro e de projeção da nova intelectualidade católica.

Jackson de Figueiredo, elemento dinâmico na renovação espiritual e referência obrigatória para a história do catolicismo no Brasil, atua de maneira aberta e intensa na política do País, de

¹⁵ Figueiredo nasceu em Sergipe no ano de 1891 e mudou-se para o Rio de Janeiro em março de 1914. O pensador foi um apaixonado por livros e pelo conhecimento. Autodidata, seu pensamento, durante longo tempo, esteve contra a Igreja, mostrando-se como um materialista ateu.

modo a marcar posições, transformando o catolicismo em força militante pela convocação dos correligionários e pelo proselitismo.

Contudo, é importante ressaltar que a influência da obra de Figueiredo não se restringe aos setores da Igreja, mas atinge outras camadas intelectuais, além das católicas. Sua pregação, identificando-se essa pregação com o combate ao liberalismo, ao socialismo e à revolução, enfim, incentiva os adeptos ao trabalho da ação Católica e leva-os, sobretudo, à política.

A obra de Figueiredo é “[...] o ponto inicial, com objetividade e coerência, da pregação anti-revolucionária ou reacionária, direitista, fascista ou parafascista [...]”. Por meio de sua obra, divulga “[...] os nomes e as idéias dos teóricos da contra-revolução, lançando sementes que outros vão desenvolver, em sentido e de maneira que ele talvez recusasse [...]” (IGLESIAS, 1971, p. 110).

Vivendo “plenamente os problemas do Brasil”, sobretudo em seus últimos anos, que são os da movimentada década de 20, Figueiredo insurge-se contra as correntes políticas assumindo uma posição em defesa da ordem e da tradição. A ele, assim como aos demais tradicionalistas ou restauradores¹⁶ citados em sua obra, apesar de diferenças de enfoque ou temperamento, de época

¹⁶ Para Iglésias (1971, p. 112-114), o tradicionalista ou restaurador ignora ou quer negar que há um processo que leva à permanente mudança. Nega-se a aceitar ou, não reconhecendo o movimento, “[...] pensa em termos de uma filosofia que supõe eterna, livre do tempo ou do ambiente. Como a realidade que lhe é dado viver não é a que idealizou, condena-a como erro, desvio da verdade, loucura dos homens e passa a combatê-la, a fim de restaurar o que lhe parece certo. Para ele, é absurdo [sic.] a pretensão de igualdade, uma vez que os homens são naturalmente desiguais; existe então uma hierarquia, com diferentes atribuições a cada um, em sociedade em que há os que mandam e os que obedecem. Os movimentos pela liberdade parecem-lhe não só perigosos, como falsos, frutos de ótica viciada, vistos antes como libertários, libertinos ou liberticidas” Para o tradicionalista ou reacionário, houve períodos em que o mundo esteve mais ajustado e é para essas épocas que ele se volta: “O período que é geralmente visto como ideal é a Idade Média, em que os valores de apego à terra, hierarquia, respeito às autoridades, cavalheirismo, nobreza, heroísmo, tudo aparecia como não se encontra em período posterior”. A ideologia da tradição apegase quase sempre à Igreja, aos valores religiosos, sendo ela o sustentáculo da ordem ao fortalecer a sociedade com suas firmes noções de hierarquia. Desse modo, “[...] Lutero, Descartes, Rousseau, Kant, para citar os expoentes; a Reforma Protestante e a Revolução Francesa, para referir os limites [...]”, são considerados danosos, por essa ideologia, ao terem quebrado a harmonia do mundo. Para esses autores tradicionalistas, a grande consequência da dessacralização da cultura e do naturalismo seria o abandono da fé, a pretensão de reforma social com nova estruturação de classes, uma consciência reivindicante que leva à luta pelo poder parte de ampla camada da população antes excluída.

para época, de país para país, desagrada as idéias em voga, desagrada a tendência que chamam de revolucionária.

Assim, impulsionado pelo tradicionalismo ou pelo reacionarismo, integrado à Igreja Católica, Figueiredo inicia o apostolado que lhe marcará a vida e a obra, extremando seu espírito polêmico em conferências e artigos de jornal. O catolicismo, para ele, não se resume à fé ou à doutrina, mas é uma atitude diante de tudo. Insurgindo-se contra o que lhe parece errado, combate a apatia do ambiente expressa no diletantismo intelectual ou nas práticas políticas viciadas, como também o pensamento inimigo da Igreja, como o positivismo ou o evolucionismo.

Jackson se identifica de maneira tão profunda com a Igreja Católica, que ansiava por uma renovação política do País lastreada, permeada pela moral cristã-católica ortodoxa. Por isso apoiou Bernardes na campanha eleitoral de 1922, pois esse encarnava, naquele momento, em sua visão, o homem providencial que governaria o País dentro da citada ortodoxia. Artur Bernardes foi idealizado por Jackson como o incorruptível, o justo, o defensor dos poderes constitucionais, o defensor da ordem e da hierarquia em todos os segmentos institucionais. Enfim, seria o exemplo do Brasil.

A vinculação de Figueiredo com a política não tinha caráter pessoal, não era por amizades ou interesses que lutava, mas por um conceito superior de ordem e hierarquia. Sua morte teve enorme repercussão pela expressiva admiração que provocava, mesmo entre os adversários. O jornalista morreu jovem, aos 37 anos.

Foi homem de posições extremadas,

[...] com intolerância, paixão pela fé, pela Igreja, pela autoridade; aproximando Igreja e ordem, confundindo a Igreja com uma certa ordem, influenciado pelos tradicionalistas que tinham horror à liberdade e aos princípios democráticos que vinham da Revolução Francesa, tornou-se autoritário, antiliberal exaltado, seduzido pelas experiências da direita e do fascismo (IGLÉSIAS, 1971, p. 140).

Em sua obra, realiza um trabalho semelhante ao dos doutrinadores europeus, notadamente franceses, sendo um dos autores que mais tende à direita nos anos 20. A inquietação e a busca de caminhos que marcam o pensamento direitista europeu no período entre as duas guerras, refletem-se no Brasil, sobretudo em Jackson de Figueiredo.

Dominado pela fé, o autor insiste na defesa do catolicismo e aborda-o como tema central em sua obra, assim como a contra-revolução, a ordem, a autoridade, o nacionalismo e o moralismo. Figueiredo (1922c, p. 9) orgulha-se de ser “[...] um católico, na mais rigorosa significação do nobilíssimo termo, um homem que, conscientemente, abdicou do seu individualismo intelectual nas mãos amantíssimas da Igreja Católica”.

Denuncia, ainda, uma série de equívocos que culminam com a Revolução, iniciando-se com a ruptura no cristianismo operada na Reforma: depois do “[...] trabalho desagregador de Lutero, assiste-se a novo passo de abandono da fé com o racionalismo de Descartes [...]” (FIGUEIREDO, 1922c, p. 10), representando ruptura na harmonia do sistema tomista.¹⁷

Outra constante em suas preocupações é o princípio da autoridade que, quando enfraquecido, conduz à anarquia, ao caos. Para Figueiredo, a ordem intelectual, como a social e a política, deve ser configurada pela moral. Quando essa não é respeitada, verificam-se os desvios condenáveis, pois todas as atividades humanas são decorrência da ética.

Iglesias (1971) afirma que Figueiredo não vê o todo, não vê o processo, não sente a mudança, pois só pensa no homem em termos estáticos, perdendo-se em uma pessoa abstrata por ele idealizada, o que o impede de penetrar o processo histórico e a realidade de seu país.

Após a morte prematura de Figueiredo, o crítico literário Tristão de Athayde, igualmente convertido, desponta entre os jovens intelectuais do Centro Dom Vital e assume a sua direção, em

¹⁷ Conjunto das doutrinas teológicas e filosóficas do pensador italiano São Tomás de Aquino (1225-1274), consideradas o ponto culminante do pensamento escolástico, e nas quais se destaca a busca de uma harmonia entre o racionalismo aristotélico e a tradição revelada do cristianismo.

1928. Tem início sua projeção como líder laico do catolicismo brasileiro, ainda que essa liderança não tenha sido exercida de maneira uniforme. Alceu Amoroso Lima, sob a influência inicial do catolicismo contra-revolucionário e autoritário de Figueiredo,¹⁸ conduzirá progressivamente o pensamento católico, no período após a Segunda Guerra, a assumir uma posição mais liberal, tolerante, aberta aos problemas sociais e ao mundo moderno.

As obras de Alceu, assim como seus artigos e entrevistas publicados em revistas e jornais, completam o quadro de investigação deste estudo, pois trazem importantes contribuições no que diz respeito ao movimento político de corte cristão que se estabelece no Brasil, a partir dos anos 20, e sua relação com o movimento integralista da década de 30, revelando pontos de divergência e pontos de convergência entre eles.

2 Ação Integralista Brasileira – 1932 a 1937

A fase “pré-integralista” inicia-se quando Plínio Salgado incorpora à ação política os temas nacionalistas vinculados à sua experiência modernista (TRINDADE, 1979). Nas viagens à Europa e ao Oriente, de abril a outubro de 1930, Salgado medita sobre a política brasileira à luz da experiência européia, definindo os contornos da ideologia que estava a elaborar.

Desiludido com a política e com os homens da política brasileira, Salgado relata ter sido a ele revelado, no período que vai de 1927 a 1930, a impossibilidade de fazer algo novo dentro dos velhos quadros partidários e sociais do País.

No ano de 1930, por ocasião de sua partida ao exterior, Salgado (1935a, p. 15) expõe a seus amigos sua intenção de realizar uma revolução tão logo retornasse ao Brasil: “Voltarei para fazer nossa revolução”. Contudo, a Revolução entendida por Plínio Salgado não se confunde com

¹⁸ Por intermédio de Afrânio Peixoto, Alceu Amoroso Lima conhece Jackson de Figueiredo, passando a manter uma correspondência contínua com ele a partir de 1920. A correspondência é trocada até 1928, ano de falecimento de Figueiredo, tendo como tônica principal a apologética e a metafísica, além das simples notícias enviadas, dos comentários críticos sobre pessoas conhecidas e troca de uma bibliografia variada.

a substituição de um grupo político no poder. Revolução, segundo ele, é, em última análise, um processo de transformações cumulativas que surge de maneira quase mecânica, quando certas condições prévias se articulam, considerando-se, pela experiência histórica das revoluções universais, que elas se elaboram exatamente nos períodos de conjunção, de transição, de deslocamento de centros de equilíbrio (SALGADO, 1932e).

O fato que marca essa viagem é a influência que o fascismo exerce sobre ele: “Contando eu a Mussolini o que tenho feito, ele achou admirável o meu processo, dada a situação diferente de nosso país. Também como eu, ele pensa que antes da organização de um partido é necessário um movimento de idéias” (SALGADO, 1936, p. 19).

Nesse período, após diagnosticar a situação brasileira, em que se conjugam o antiliberalismo, o anticomunismo e o nacionalismo, Salgado (1936, p. 19) expõe, em uma de suas cartas endereçadas a um amigo, ser necessário “[...] agirmos com tempo de salvarmos o Brasil [...]” e sugere não exatamente o fascismo ao País, mas algo bem semelhante. As diversas experiências vivenciadas durante suas viagens ao exterior serviram para lhe confirmar “a morte de uma civilização e o advento de uma nova etapa humana” (SALGADO, 1936, p. 19).

De volta ao Brasil, em 1930, sua primeira atitude é condenar a Revolução, denunciando-a como luta em nome de “defunto”, ou seja, do liberalismo já morto. Todavia, sua atitude logo se altera, pois a Revolução havia poupado “[...] o trabalho de derrubar uma velha fachada que escondia os dramas sociais do país [e de] haver ofertado um leito [onde ocorrem e afluem] as angústias confusas do complexo nacional” (SALGADO, 1935a, p. 17).

Essas mudanças de atitude permitem compreender sua ligação temporária com a Legião Revolucionária e, sobretudo, o significado político de sua atividade editorialista em *A Razão*, jornal do qual se torna redator principal e no qual começa a preparar terreno para uma ação ideológica mais ampla por meio da ativação da consciência dos meios políticos e intelectuais, o

que conduzirá um grupo, posteriormente, em 1932, a fundar, sob sua inspiração, a Sociedade de Estudos Políticos (SEP), antecâmara do integralismo.

Após a Revolução de 1930, a situação política começa a se tornar ambígua pela ausência de uma definição ideológica por parte do Governo Provisório, o que provoca um vácuo político, conduzindo os grupos políticos a se organizarem a fim de influenciar o novo Governo.

Dessa forma, Salgado passa a colaborar com o Governo Provisório, defendendo a permanência de Getúlio Vargas no poder e, pelo Manifesto da Legião Revolucionária, base do Manifesto Integralista, oferece à vanguarda revolucionária a fundamentação ideológica que reclamava a ela faltar.

Em 1931, escreve uma série de artigos intitulados “Diretrizes à Ditadura” revelando seu apoio a Vargas. Essa série de publicações tenta oferecer fundamentos ideológicos à ação do Governo Provisório insistindo que é na ditadura, e não mais na Revolução, que “[...] nosso povo bom, trabalhador, dócil, corajoso, confia” (SALGADO, 1932c). Vargas, entretanto, responde à sua pregação com indiferença.

Assim, depois de alguns meses de apoio, Salgado (1931a) retoma uma atitude de hostilidade ao Governo de Vargas, restando-lhe lançar um apelo à juventude:

A geração nova que contempla do alto do seu idealismo fundado na realidade a planície imensa, onde tudo se confunde na paisagem da macega da política nacional, - essa é que deve assumir a direção dos negócios da Pátria [...] Essa é que deve falar, que deve agir, que deve governar.

A partir de julho de 1931, Plínio Salgado redige uma “nota política” diária, publicada no jornal *A Razão*, em que fixa as bases políticas de sua ação futura, com autonomia em face aos revolucionários no poder, e estabelece, dessa forma, seus fundamentos ideológicos. Após abril de 1932, não mais dirige suas “notas políticas” ao Governo Provisório, como faz na série de artigos

publicados em fevereiro, sob o título “Diretrizes à Ditadura”, apresentando, agora, num novo conjunto de artigos intitulado “Construção Nacional”, sua disposição de organizar um movimento político independente.

Nesses artigos, que começam a ser publicados em meados de abril de 1932, Salgado defende a tese da necessidade de uma *revolução na Revolução*, ao afirmar que, se a mudança política de 30 significa retorno ao passado, então ela não alcançou êxito. Divulga estar uma revolução nascendo, sendo esta inevitável, de maneira a se realizar mais cedo ou mais tarde.

Salgado passa a descrever o homem real para o qual se destina sua mensagem, um homem desprezado pelos dirigentes, perdido no meio físico que exigia e continua a exigir decifradores, sendo esse homem a representação do espírito nacional.

Convém lembrar que sua visão de mundo se organiza a partir de um humanismo espiritualista, isto é, do “[...] princípio que considera o ser humano e os seus aglomerados sociais [...], segundo uma finalidade superior, espiritualista e moral [...]” (SALGADO, 1932d). A partir desse conceito, deriva a sua concepção de Estado.

Salgado propõe um Estado Integralista livre de todo e qualquer princípio de divisão, em que os poderes clássicos (Legislativo, Executivo e Judiciário) funcionem com base nas suas Classes Produtoras, no Município e na Família, de acordo os “[...] impositivos da Nação Organizada” (SALGADO, 1955, v. IX, p. 109), devendo moldar-se à realidade mundial e nacional. Para isso, é criada a suprema autoridade da Nação, agindo profissionais de diferentes áreas, cada um em sua esfera, para realizar a grandeza da Nação Brasileira.

Destarte, assentadas as bases do Estado, cabe ao Chefe Integralista indicar suas principais finalidades: ele é a

[...] força suprema interveniente nos rumos e finalidades sociais [...]; Estado que, garantindo a propriedade e a iniciativa privada, saiba demarcar os limites do exercício das liberdades individuais, segundo os interesses gerais e nacionais; Estado em que as classes se representem em corpos legislativos [...]; Estado que absorva todas as energias da Nação e que as exprima num todo individual (SALGADO, 1955, v. IX, p. 109-111).

Nesse âmbito, sustenta-se a proposição de que a estrutura do Estado deva ser corporativa e formada por um único partido, tornando-se o quadro no qual as diversas categorias profissionais se fazem representar, sendo sua base “[...] a sindicalização de todas as profissões e a representação de cada uma delas, quer nas Câmaras Municipais, quer nas Legislativas Estaduais, quer no Congresso Federal” (SALGADO, 1931e).

Em quase todos os artigos e obras de Salgado, uma atitude nacionalista pode ser notada, seja por meio de denúncias quanto à “[...] ausência de um sentimento coletivo de interesse nacional [ou pela afirmação de que sua postura se inspira no] nacionalismo integral” (SALGADO, 1932a).

Refere-se à conjuntura política, em 1931, revelando uma constante preocupação com a “instabilidade do equilíbrio da Unidade Nacional”, por conta da grande autonomia atribuída a cada unidade sob o controle dos partidos únicos regionais.

Outra de suas preocupações faz menção à ausência da consciência nacional e ao cosmopolitismo provocado pela imitação dos modelos políticos estrangeiros. Conforme Salgado (1932f), a influência cosmopolita destrói a consciência nacional pela rejeição de nossas tradições e “[...] nenhum país mais do que o Brasil precisa neste momento de fortes injeções de nacionalismo”.

Nos anos 30, a receptividade das idéias autoritárias se constata pelos livros e revistas que abordam o fascismo italiano e antiliberalistas que circulam e se fazem presentes em grande quantidade nas livrarias.

Os autores nacionais que têm grande influência sobre a geração de 30 são Alberto Torres, Oliveira Viana e Azevedo Amaral, cujos livros defendem a revolução do sistema político em termos antiliberais e “[...] propõem uma forma de organização do sistema social e político em que sobressai o papel primordial de um Estado forte e centralizado na implementação dos interesses coletivos” (CERQUEIRA; LIMA, 1971, p. 87).

A ascensão da direita, na década de 1930, caracteriza-se também pela organização de vários movimentos de inspiração fascista: a Ação Social Brasileira (Partido Nacional Fascista); a Legião Cearense do Trabalho; o Partido Nacional Sindicalista e o movimento monarquista/Ação Imperial Patrionovista.¹⁹

Esses acontecimentos esparsos se integram por meio da ação jornalística de Salgado em *A Razão* e por meio da organização da SEP, da qual vai nascer, em 1932, o Manifesto Integralista²⁰ e a Ação Integralista Brasileira (TRINDADE, 1979).

A primeira Reunião para a formação da SEP ocorre em 24 de fevereiro de 1932, por iniciativa de Salgado, em São Paulo, mas essa associação só é fundada no dia 12 de março. Em seu discurso, ele define o papel da associação:

Senhores, por toda a parte ouço a palavra revolução; de todos os lados nos chegam os ecos de indigentes reclamos que, em meio à confusão dominante no país desde outubro de 1930, apelam para o 'espírito revolucionário'. Na verdade, tudo indica que o Brasil quer renovar-se, quer tomar posse de si mesmo, quer marchar resolutamente na História. Clama-se pela justiça social e por mais humana distribuição dos bens; exige-se do Estado que intervenha, com poderes mais amplos, tendentes a moderar os excessos do individualismo e a atender os interesses da

¹⁹ Cf. TRINDADE, 1979.

²⁰ Ver anexo C, p. 140.

coletividade. Neste momento, congrego-vos para estudarmos os problemas nacionais e traçarmos em consequência destes estudos os rumos definitivos de uma política salvadora (SALGADO, 1958, p. 144).

Em maio de 1932, na terceira sessão da SEP, Salgado propõe, com apoio da tendência majoritária, a criação de uma “[...] nova comissão técnica denominada Ação Integralista Brasileira [cujo objetivo é] transmitir ao povo, em uma linguagem simples, os resultados dos estudos e as bases doutrinárias da SEP” (SALGADO, 1958, p. 17).

A última etapa do processo de formação do Movimento do Sigma é a redação do Manifesto, em maio de 1932, para divulgar publicamente a AIB, mas a fundação do movimento é adiada por Salgado em detrimento da eminência do desencadeamento da Revolução Constitucionalista. Desse modo, o integralismo passa a existir somente cinco meses mais tarde, no dia 7 de outubro de 1932, quando o documento é publicado.

No dia 3 de outubro, o Manifesto é distribuído em São Paulo e remetido a todos os Estados e, no dia 7 de outubro, com sua leitura em reunião solene no Teatro Municipal de São Paulo, é criada a Ação Integralista Brasileira, principal partido de extrema direita, cuja doutrina está fundamentada, conforme o pensamento pliniano, na “[...] razão reta e na tradição crista” (SALGADO, 1956, v. XVII, p. 320), partido que “[...] propaga as lições do ‘Divino Mestre [...]’” (SALGADO, 1935a, p. 354) e que se proclama explicitamente fiel aos princípios católicos disseminados no período pela Ação Católica Brasileira.

3 Ação Católica Brasileira

Em 19 de março de 1890, os bispos do Brasil iniciam um combate acirrado e sistemático à filosofia de secularização instaurada pela República, publicando a primeira Pastoral Coletiva da República, na qual condenam os seguintes dispositivos da nova legislação: a) a obrigatoriedade

do ato civil antes do casamento religioso; b) a plena laicização dos cemitérios; c) a inelegibilidade dos clérigos; d) o impedimento de os religiosos votarem nas eleições; e) a proibição do ensino religioso nas escolas públicas; f) a conservação das leis referentes aos bens de “mão morta”.

Gradativamente, a Igreja aceita a política que a separou do Estado e aprende a tirar proveito do novo regime que lhe permite reestruturar com mais liberdade os quadros e estreitar suas ligações com Roma.

Ao mesmo tempo em que busca iniciar o incremento de “romanização do clero”, estabelece uma estratégia de “reforma pelo alto”, voltando-se prioritariamente para a formação das elites e dos filhos das classes dominantes.

A partir de Leão XIII, a Igreja começa a ver a necessidade de se engajar no mundo e não se manter afastada dele pela condenação de seus erros. No Brasil, a fundação da Ação Católica, em 1935, é consequência dessa tomada de consciência. Tal estratégia de ação é adotada em todo o País pelos setenta bispos e, em 1937, já ultrapassa todos os movimentos leigos.²¹

Pe. Júlio Maria²² é a primeira voz católica que se levanta com grande repercussão no Brasil para proclamar a necessidade de a Igreja se unir ao povo. Seu intuito é catolicizar pela evangelização e sua pregação se opõe a uma Igreja ligada às elites aristocráticas, defendendo um catolicismo democrático, engajado na luta pelas reformas sociais que começaram com a Ação Católica.

Em 1916, D. Sebastião Leme emite uma Carta Pastoral convocando os católicos a uma prática religiosa mais autêntica, mais fiel à doutrina da Igreja, convocando-os a uma presença

²¹ Cf. MARIA, 1950, p. 11.

²² A principal obra do Pe. Júlio Maria, “A Memória Histórica (do catolicismo)”, publicada no Livro “Centenário de 1900”, foi reeditada em 1950, pela Livraria Agir, sob o título “O Catolicismo no Brasil”, com prefácio de Alceu Amoroso Lima.

mais ativa na sociedade e no plano político. Para o arcebispo de Olinda, a situação de pouca influência dos princípios católicos na vida social e política do País, não só constituía uma “humilhação” para a Igreja, mas também era responsável pela crise moral em que vivia o Brasil. De acordo com D. Leme (1916), tal crise, era resultante da profunda decadência religiosa das classes dirigentes da Nação e da ignorância religiosa tanto dos intelectuais quanto dos simples, só podendo ser resolvida por uma “reação católica” que se engajasse numa luta contra o ensino leigo, reivindicando a reintrodução do ensino religioso nas escolas oficiais “não como um privilégio”, mas como um direito que cabia à maioria católica do País.

No ano de 1921, Dom Leme é transferido da sede episcopal de Olinda para o Rio de Janeiro e torna-se arcebispo coadjutor do cardeal Joaquim Arcoverde, acontecimento considerado como marco inicial da nova etapa da vida católica no Brasil, conhecida como “Restauração Católica”.

Dom Leme reúne, no Rio, um grupo de intelectuais católicos ao seu redor, sob a liderança de Jackson de Figueiredo, promovendo o lançamento da revista *A Ordem* (1921) e a criação do Centro Dom Vital (1922). O arcebispo foi de fato o maior animador para que a idéia do Centro se efetivasse.

A criação do Centro, para Jackson, viria a aumentar o alcance da voz cristã, implementando *A Ordem* na sua ação cultural. Seria de leigos a administração do Centro, como era a da revista.

No mês de maio de 1922, no editorial de *A Ordem*, comunica-se ao público a inauguração do Centro Dom Vital, ocorrida no mês anterior, na sede provisória na Rua Rodrigo Silva, nº 35. Nesse comunicado, encontra-se a escolha, por unânime deliberação dos sócios fundadores, do Dr. Jackson de Figueiredo para diretor do Centro, com o título perpétuo de presidente, sendo os

demaís membros da diretoria: Dr. Hamilton Nogueira, vice-presidente; Perillo Gomes, secretário-geral; José Vicente de Souza, tesoureiro; e Durval de Moraes, bibliotecário.

A finalidade do Centro, disposta nesse informativo, é única e exclusivamente ajudar o Episcopado brasileiro na obra de “recatolização” da intelectualidade brasileira, facilitando o conhecimento das doutrinas da Igreja e dos seus ideais na prática social daquele momento. Para a realização de tal empreendimento, é criada uma biblioteca católica com serviço de informações bibliográficas e com a edição de uma coleção de livros de apologética em geral, assim como, de todo gênero de literatura que pudesse servir aos interesses da Igreja e da Pátria brasileira.

Jackson mostra-se um dinâmico empreendedor ao abraçar as idéias de publicação da revista *A Ordem*, de fundação do Centro e da biblioteca católica, dedicando seus esforços ao combate do que nomeou de “males do tempo”. Para ele, a Ação Católica deveria estender-se a todos os domínios, precisando extinguir-se o “[...] preconceito de que a religião é um recanto fechado, impermeável a muitas faces da vida cuja acção se limita por sua própria natureza” (FIGUEIREDO, 1929, p. 7-8).

Na imprensa, Jackson exerce as atividades de redator e articulista nos jornais: *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro (1915-1927); de artigos avulsos em *A Notícia*, Rio; *A União*, Rio; *A Cruz*, Rio; *Minas Gerais*, Belo Horizonte; *A República*, Natal. Participa, ainda, das revistas: *Braziléa*, Rio; *Revista do Brasil*, São Paulo; *Revista Americana*, Rio; *América Latina*; *Revista de Ciências, Letras e Artes de Campinas*, São Paulo; *La República*, Buenos Aires; *Sociedade Nativista*; *Boletim de Ariel*, Rio; e *A Ordem* da qual foi editor, redator e revisor até 1927, quando sai da direção, mas continua participando ativamente. Vários de seus artigos são transcritos em jornais de Sergipe, São Paulo e nas cidades de Belo Horizonte, Muzambinha (Recife), Salvador e Maceió.

Os temas principais dos escritos políticos de Jackson de Figueiredo são o catolicismo, a contra-revolução, a ordem, a autoridade, o nacionalismo e o moralismo.

Francisco Iglesias (1971, p. 109-110) afirma em seu “Estudo sobre o Pensamento Reacionário: Jackson de Figueiredo”, que

[...] se sua obra não é rica em colocações originais ou profundas, se lhe falta a densidade de pensamento ou beleza de expressão, impõe-se pela audácia e pelo tom exaltado em meio morno como o brasileiro, pela capacidade de acudir os adeptos da causa que abraçou, de irritar pela provocação ao adversário. O importante nessa obra é o seu lado de engajamento na sociedade, a participação e o incentivo à participação: ela dá algum vigor à corrente ponderável da vida nacional, corrente que marca passo, apesar da expressão numérica. Pode-se fazer a história do catolicismo no Brasil antes e depois de Jackson de Figueiredo, pois ele é o ponto de referência obrigatório.

O ano de 1921 é marcado por inúmeras lutas travadas por Figueiredo em prol do catolicismo, conseguindo fundar a revista *A Ordem*, cujo primeiro número é publicado em agosto.

A Ordem é editada de 1921 a 1987. Desde seu início, com diferentes tônicas, procura acompanhar analiticamente a ação da Igreja no Brasil e no mundo. Comenta fatos políticos mais importantes, nacionais e internacionais, e a repercussão na sociedade, por meio dos artigos de elementos do clero e do laicato. Muitos são os nomes ilustres que figuraram na revista e nela Alceu já escreve desde 1925, mas ainda não se considera um católico.

Alceu nasceu no Rio de Janeiro, em 11 de dezembro de 1893, e formou-se em Direito em 1913, exercendo a profissão de advogado por cerca de seis anos, em um escritório, considerando, no entanto, essa sua atividade como frustrante (LIMA, 2000). Em 1918, acumula as funções de advogado e de empresário, quando assume a diretoria da Companhia Cometa e, a partir de 1919,

torna-se crítico literário, subscrevendo a coluna de crítica literária em *O Jornal*, sob o pseudônimo de Tristão de Athayde.

Nos anos vinte, Alceu assinala o lançamento efetivo de renovação católica, com Jackson e o padre Leonel Franca, inspirados por Dom Sebastião Leme.

De 1925 a 1928, ele passa de crítico literário a crítico ideológico, da “crítica estética à crítica filosófica”, da “razão sem fé à fé de base racional”, movido pela “necessidade de ir aos fins”, de “procurar raízes” (LIMA, 2000, p. 95-96).

Sua conversão ao catolicismo militante se dá em 1928 sob a influência da personalidade e do pensamento de Jackson de Figueiredo, representando um decisivo e verdadeiro divisor de águas em sua vida, pois, a partir de então, passou a atuar na vida política brasileira. Quanto aos motivos de sua conversão, posteriormente Alceu revelará que: “O problema de minha conversão estava basicamente ligado ao seguinte: a tomada de consciência de um espírito que não tinha uma causa pela qual viver e que procurava uma” (ATHAYDE; MOTA, 1983, p. 32).

Os textos de Amoroso Lima sobre Jackson revelam uma profunda admiração, senão mesmo exaltada veneração e fidelidade do primeiro para o segundo. Aponta Figueiredo como iniciador efetivo da “revolução espiritual” no Brasil e descreve-o como autoritário, um antimodernista, um “[...] conservador, tradicionalista, antiliberal, nacionalista jacobino e antiplutocrata [...]”, rotulando-o ainda de “católico de direita” (LIMA, 2000, p. 118-120).

Após a morte de Jackson, Alceu infletiu noutra direção. Com o lançamento da obra “Adeus à disponibilidade” (1928), verdadeiro marco ideológico em sua trajetória, passa a enxergar seu passado anterior como “[...] vinte anos de amadorismo, de diletantismo, de indefinição [que se] encerrava para sempre” (LIMA, 2000, p. 36). Com a morte de seu amigo “reacionário” e a sua substituição na direção do Centro Dom Vital, o comprometimento político de Alceu se torna mais evidente: “[...] a partir daí caminhei numa outra direção, passando do

liberalismo anterior para uma posição ortodoxamente autoritária, baseada no sentimento da disciplina e da ordem. Fui tomado da convicção de que o catolicismo era uma posição de direita. Esta crença ficou em mim durante anos” (LIMA, 2000, p. 120).

Lembrando o final dos anos 20, diz: “[...] começou então minha marcha no sentido do ser, do dinâmico para o estático; do vir-a-ser para o ser, do móvel para o imóvel, do tempo para a eternidade. Era como um nadador que procurava sair do curso do rio para atingir a margem” (LIMA, 2000, p. 35-36).

Alceu ocupa os postos de presidente do Centro Dom Vital (1928 a 1966), de secretário-geral da Liga Eleitoral Católica – LEC (1933 a 1945), de presidente da Ação Católica Brasileira (1934 a 1945), presidente da Junta Arquidiocesana e das diretorias Nacionais e Arquidiocesanas da ACB e da JCB, consolidando, desse modo, sua posição de líder nacional do laicato brasileiro.

Entre 1930 e 1934, aspirando ao magistério, Lima estuda Economia e Sociologia, preparando-se para três concursos, um do Instituto de Educação do Rio de Janeiro, que não chegou a acontecer, e os outros dois, nos quais não foi bem-sucedido, da Faculdade de Direito. Em 1935, é nomeado membro do Conselho Nacional de Educação, cargo em que permanece por 35 anos, e é eleito para Academia Brasileira de Letras.²³ Em 1938, passa a ocupar o cargo de reitor, por um curto período, da Universidade do Distrito Federal e tem seu nome indicado por Francisco Campos para o cargo de Ministro do Trabalho. No ano de 1941, torna-se professor catedrático de Literatura Brasileira na Faculdade Nacional de Filosofia e também na Faculdade Católica do Rio de Janeiro que, em 1946, com três unidades (Escola de Serviço Social, Faculdade de Filosofia e Faculdade de Direito) se transforma na Universidade Católica e, em 1947, por

²³ Ver anexo J, foto 3, p. 154.

decreto da Santa Sé, em Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Nesses cargos, Alceu permanecerá até a aposentadoria, em 1963.²⁴

A partir dos anos 40,²⁵ Alceu inicia um processo de revisão de seu comportamento e de idéias em face dos problemas sociais e do destino do homem, admitindo que desde então passa a acreditar na “liberdade” acima da “autoridade”, na “democracia” acima das “oligarquias”, na “liberdade de pensamento” acima do “dirigismo intelectual”, assumindo a “defesa da liberdade, da justiça e a defesa, inclusive, da evolução da sociedade num sentido socializante” (LIMA, 2000, p. 234).

Em 1944, apoiado financeiramente por Guilherme Guinle, funda a Livraria Agir Editora e, em 1945, abandona os cargos na ACB e na LEC. Nesse mesmo ano, apóia a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes, pela União Democrática Nacional (UDN), à Presidência da República, sendo convidado, pelo mesmo partido, a se candidatar ao senado, convite que recusou.

Com o fim do Estado Novo, Alceu passa a assumir publicamente suas idéias democráticas, participando de conferências, como a de “Igreja e a Democracia”, em dezembro de 1946, na série promovida pelo Instituto Interaliado de Alta Cultura no Itamarati; participando da fundação do movimento democrático-cristão, no dia 1º de maio de 1949; assinando, juntamente com Dardo Regules, Manuel Ordoñez e Eduardo Frei, o Manifesto de Montevidéu, que criou a Democracia Cristã na América Latina, e também publicando estudos como “O problema do Trabalho”.

²⁴ Cf. CAUVILLA, 2000.

²⁵ Notamos que estudiosos da trajetória de Alceu expressam diferentes opiniões sobre a data de início da “transição” desse pensador de uma posição autoritária para uma democrática. O professor Waldir Cauvillla optou por não definir uma data exata para tal acontecimento, atitude que também assumimos, e relata em seus estudos que essa etapa de “transição” estende-se dos anos 1936 a 1947, período em que Alceu revê seu posicionamento político, afastando-se gradativamente do autoritarismo e aproximando-se de uma posição democrática.

Anos mais tarde, com o decorrer da década de 60 e 70, Alceu vai sendo visto como um homem simpático às chamadas posições de “esquerda” ou “progressistas”, levando certos setores a rotulá-lo como socialista ou até mesmo comunista.

Sobre Alceu, Cauvilla (1997 e 2000) desenvolveu dois importantes estudos: “O pensamento político de Alceu Amoroso Lima (Tristão de Athayde) na década de 30”; e “Alceu Amoroso Lima e a democracia: em busca da proporção”. O primeiro na tentativa de elaborar uma sistematização do pensamento político de Alceu Amoroso Lima, na década de 30, objetivando captar a sua especificidade; e o segundo, no qual realiza um estudo detalhado buscando configurar as “transições” pelas quais Alceu e suas obras passam no decorrer de sua trajetória de vida, ou seja, o que mudou e o que proporcionou a mudança na obra amorosiana, analisando a questão da passagem de Alceu de um posicionamento político autoritário para um outro compreendido como democrático.²⁶

²⁶ Outros trabalhos também dedicaram especial atenção ao pensador Lima, entre eles: “[...] a tese de doutoramento do professor Regis de Moraes, primeiro trabalho realmente de fôlego sobre Alceu, centrado num aspecto educacional da ação amorosiana; o de Fernando Soares Moreira (1980), em sua tese de mestrado, cuja análise abrange a permanência ou alterações de certos conceitos políticos na obra de Alceu; a dissertação de Silvio Bez Biolo que aponta para a ‘evolução’ do pensamento político social de Alceu; a tese de doutoramento da irmã Aucilla O’Neil (1939) cujos esforços são direcionados a tentativa de sistematização do pensamento político, econômico e social de Tristão de Athayde, além de uma caracterização do movimento social católico no Brasil; a obra de Jarbas Medeiros (1978) que, mesmo não tratando apenas de Alceu, abarca o pensamento autoritário dele e de outros quatro autores: Plínio Salgado, Oliveira Vianna, Francisco Campos e Azevedo Amaral; a obra de Luiz Lafetá (1974) sobre a crítica literária e o modernismo na década de 30; e outras obras em que Alceu aparece apenas como referência ou como ilustração dentro de um tema mais amplo: o estudo de Carlos Jamil Cury (1978) sobre a ideologia e educação brasileira onde o autor vale-se da obra de Alceu, durante os anos 1928-1934, para caracterizar a ideologia católica, confrontada com a ideologia liberal dos chamados ‘pioneiros da escola nova’; estudo de Antônio Carlos Vilaça (1975) sobre o pensamento católico no Brasil; o de Maria Tereza Aina Sadek (1978) sobre Otávio de Faria; o de Werneck Vianna (1978) sobre o Liberalismo e Sindicato no Brasil; o de Paulo José Kruschke sobre a ‘crise do Estado Oligárquico e a reforma da Igreja’ e a ‘Ação Católica e o radicalismo político nos anos 30’ e o de Américo de Paula e Silva sobre a LEC (1980). Alceu ainda é citado em outros trabalhos mesmo que com menor destaque, tais como o de Guilherme Mota (1977) sobre a ideologia da cultura brasileira; no ensaio de Iglesias sobre o pensamento reacionário de Jackson, no trabalho de Sérgio Miceli (1979) sobre os intelectuais e classe dirigente no Brasil de 1920 a 1945; na obra de J. Chasin, sobre o integralismo; na de Héglio Trindade (1974) também sobre o integralismo, na análise de Gilberto de Vasconcelos (1979) sobre o discurso integralista; na tese de Danilo Lima (1978) sobre a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases; na obra de João Camilo de Oliveira Torres (1968) sobre a história das idéias religiosas no Brasil; no estudo de Evaldo Vieira (1981) sobre autoritarismo e corporativismo no Brasil [...]”; e outros que não nos cabe aqui citar por não estarem relacionados com a temática em questão (CAUVILLA, 1997, p. 12-23).

No Capítulo II, com auxílio dos estudos de Cauvilla, Iglesias, Trindade, Azzi, Lafetá, entre outros, passaremos ao exercício de sistematização do pensamento político de Figueiredo, Lima e Salgado.

CAPÍTULO II

PROPOSTAS POLÍTICAS DE JACKSON DE FIGUEIREDO, ALCEU
AMOROSO LIMA E PLÍNIO SALGADO PARA UM BRASIL CONSIDERADO
EM CRISE

1 Reacionarismo e fascismo: diferenciação conceitual necessária para a compreensão da singularidade do pensamento político de cada autor

Oficialmente, a Ação Integralista Brasileira, fundada por Plínio Salgado, no dia 7 de outubro de 1932, em São Paulo, sob forte sentimento nacionalista, apresenta-se como movimento cultural destinado a criar uma nova mentalidade no País e coordenar os estudos da nova idéia, nascendo por meio da renovação estética e espiritual.

Para Barroso (1936, p. 13),²⁷ esse movimento, como outros fascistas, desabrocha como reação ao materialismo e ao internacionalismo dissolvente, baseando-se em “idéias que inspiram uma mística nacionalista”. Variando em cada país, de acordo com cada realidade, esses movimentos ligam-se na base por princípios comuns. O primeiro a triunfar é o fascismo italiano, chefiado por Mussolini. Daí se ter dado o nome de fascismo a todos os movimentos idênticos, análogos ou semelhantes.

Contudo, o autor argumenta que, de todos os movimentos fascistas, “[...] assim denominados por falta de expressão mais apropriada para sua generalidade [...]” (BARROSO, 1936, 15), o integralismo brasileiro é o que contém

[...] maior dose de espiritualidade e um corpo de doutrina mais perfeito, indo desde a concepção de mundo e do homem à formação dos grupos naturais e a solução dos grandes problemas materiais. Surgindo depois de Mussolini e Hitler, ele afirma mais fortemente o primado do espírito e mais alto se eleva doutrinariamente, para as verdades eternas, que cintilam na aurora dos novos tempos (BARROSO, 1936, p. 15-16).

²⁷ Gustavo Barroso aderiu à AIB em 1933, tornando-se uma importante liderança no movimento. Foi um dos responsáveis pelas “bandeiras” formadas por grupos de intelectuais que percorriam o País de norte a sul para divulgar a doutrina e fomentar a formação de núcleos. Era o comandante-geral das milícias integralistas e responsável pela Secretaria Nacional de Educação Moral e Cívica, além de membro do Conselho Supremo. Por defender idéias anti-semitas, foi várias vezes boicotado por Plínio Salgado, ao tentar publicar nos principais jornais integralistas. Concorreu ao plebiscito interno da AIB de maio de 1937 para a escolha do candidato integralista às eleições presidenciais de 1938, obtendo 13.397 votos, e Plínio Salgado 846.544. Após o golpe de 1937, reassumiu suas funções na direção do Museu Histórico Nacional (Ver anexo J, foto 6, p 155).

No terreno espiritual, o autor assinala que tanto o integralismo, quanto o fascismo italiano e o nazismo alemão, “[...] são reações de espiritualismo contra o materialismo, do nacionalismo contra o internacionalismo, do idealismo cristão contra o naturalismo judaico-puritano”. No terreno econômico, “[...] são reações da produção contra a especulação, da propriedade contra o capitalismo absorvente”. No terreno social, “[...] são reações contra as doutrinas unilaterais dos séculos XVIII e XIX, liberalismo e comunismo”. No terreno moral, “[...] são reações do nobre sentido do trabalho honesto e sacrifício do cristianismo contra o sentido de gozo material e utilitarismo sem honra da burguesia judaizada e paganizante” (BARROSO, 1936, p. 16).

Os três condenam, segundo ele, “[...] as forças ocultas que dominam o estado”, almejam o Corporativismo,²⁸ “[...] mantêm o direito de propriedade, afirmam a soberania econômica, adotam a economia de plano, defendem a pátria, garantem a família, detestam a usura e organizam a hierarquia” (BARROSO, 1936, p. 17).

Todavia, Barroso afirma que, apesar de possuírem aspectos doutrinários semelhantes, diferenças profundas os separam, enraizando-se o fascismo, na “gloriosa tradição do Império Romano”, sendo sua “concepção de Estado Cesariana”, anti-cristã. O Estado Nazista é também pagão e baseia-se na pureza da raça ariana, no “exclusivismo racial”, perseguindo e combatendo os judeus. Em contraposição, o Estado Integralista se diz profundamente cristão, Estado forte, não cesarianamente, mas “[...] cristãmente, pela autoridade moral de que está revestido e porque é composto de homens fortes. Alicerça-se na tradição da unidade da pátria e do espírito de brasilidade” (BARROSO, 1936, p. 17). Combate o judaísmo afirmando cinicamente dispor de uma modalidade de racismo não violenta e, numa inversão clara de sinais, acaba proclamando seu anti-semitismo porque considera o judaísmo uma expressão de racismo.

²⁸ Doutrina que considera os agrupamentos profissionais como uma estrutura fundamental da organização política, econômica e social e preconiza a concentração das classes produtoras em forma de corporações tuteladas pelo Estado.

Na concepção do pensador, o Estado Corporativo Brasileiro é uma “[...] verdadeira democracia orgânica, pois resulta dos sufrágios dos sindicatos, federações e corporações” (BARROSO, 1936, p. 17). A organização, segundo ele, vem de baixo para cima, nasce do próprio povo, pois a base do Estado reside na família, e das famílias nasce o município, organizando-se nesses os sindicatos. De outro modo, no Estado Corporativo Italiano, o impulso parte de cima, dado que é o Governo quem tudo organiza até o âmbito familiar, de onde o movimento organizador volta novamente ao Estado como um reflexo. Algo semelhante se dá mais ou menos no Estado Corporativo Nazista. “As Corporações na Itália e na Alemanha refletem o Estado; no Brasil, produzem o Estado” (BARROSO, 1936, p. 17).

Aqui temos um exemplar do entendimento integralista sobre as vantagens do Estado corporativo e podemos notar um esforço de Barroso para distinguir a doutrina integralista das demais. Segundo ele (1936, p. 18), ao se estudar as três doutrinas, verificar-se-á que “[...] o Integralismo está num ponto em que se não pode aproximar do Fascismo e do Nazismo sem perda de expressão; mas em que ambos podem evoluir até ele”.

Ao abordar tal temática, o militante integralista Hélio Rocha (1950, p. 10),²⁹ no livro intitulado “Integralismo é Totalitarismo?”, assume uma posição mais radical afirmando serem “filosofias inconciliáveis”. Revela considerar ser a doutrina integral “[...] a forma mais espiritual da democracia orgânica, o conjunto harmônico de todas as teses do Nacionalismo-Cristão [...]”, excluindo, assim, “[...] racionalmente, qualquer tentativa de aproximação real entre a filosofia integral e as doutrinas totalitárias” (ROCHA, 1950, p. 10).

O autor argumenta ser o integralismo a

[...] antítese insofismável de qualquer totalitarismo (esquerda ou direita) os quais, por coerência aos seus postulados estatelistas, hão de violentar

²⁹ Helio Rocha foi considerado um dos mais dinâmicos elementos da nova geração integralista, entregando-se à pesquisa e revisão da vasta bibliografia integralista.

e absorver a personalidade Humana, bem como ferir os Direitos do Homem, por meio do estribilho constante das decantadas Razões do Estado. Vê-se pois que seria empresa de insensato alguém pretender aproximar o Integralismo dos vários Totalitarismos [...]. Afinal como conciliar o Totalitarismo cujo fundamento é anti-cristão com o Integralismo que é, por essência, de inspiração Evangélica? (ROCHA, 1950, p. 10).

Alega, ainda, que Plínio Salgado foi o primeiro jornalista sul-americano que rompeu fogo contra o nazismo e que nenhum outro escritor brasileiro criticou o nazismo com mais violência. Sobre o fascismo, Rocha destaca trechos de documentos, escritos e cartas redigidos por Salgado para mostrar como esse sistema era reprovado para o Brasil pelo chefe integralista:

1930 – Tenho estudado muito o fascismo: não é esse o regime de que precisamos [...]. Aliás, a minha orientação não tem nenhuma influência fascista.

1933 – O Integralismo é pela organização Corporativa, não à maneira do Fascismo porém, exprimindo a Democracia Orgânica.

1934 – O Nacionalista Fascista tem um laivo de jacobinismo bem alarmante.

1938 – Democracia Orgânica como o tínhamos sonhado em nada se parece com os regimes do tipo Fascistas (SALGADO, apud ROCHA, 1950, p. 10).

Chasin (1999), na obra “O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio”, também busca caracterizar a especificidade do movimento, negando, assim, sua semelhança com o fascismo europeu. Para o autor, “[...] ontológica e teologicamente, fascismo e integralismo se põem como objetivações distintas” (CHASIN, 1999, p. 596).

Partindo do pressuposto de que a “[...] crítica do integralismo tem sucumbido à explicação mimética [...]” (CHASIN, 1999, p. 34), mais do que isso, que o mimetismo “[...] tem sido o pressuposto mesmo das análises até hoje realizadas, e não o seu produto analítico” (p. 34), Chasin busca oferecer uma “explicação alternativa” (p. 37) para o fenômeno e critica estudos em que o mimetismo não ultrapassa “o plano da pura arbitrariedade” (p. 41).

O autor afirma, após exaustiva análise do material coletado por meio do exame da produção teórica de Plínio Salgado, ou seja, dos livros, inclusive os de natureza literária, além dos documentos oficiais e artigos de jornal, que a AIB não seria um tipo de fascismo como supõe grande parte dos estudos a respeito do assunto, mas, pelo contrário, seria uma ideologia reacionária e utópica, isto é, uma forma de regressão que ocorre em uma fase do capitalismo brasileiro designada por ele como “hiper-tardio”.

Assim, de acordo com esse autor (1999, p. 591),

[...] o fascismo é uma ideologia de mobilização nacional para a guerra imperialista, que se põe nas formações de capitalismo tardio, quando estas emergem na condição de elos débeis da cadeia imperialista, e o integralismo uma manifestação de regressividade nas formações de capitalismo hiper-tardio, uma proposta de frenagem no desenvolvimento das forças produtivas, com um apelo ruralista, no preciso momento em que estas principiam a objetivar o 'capitalismo verdadeiro'; ou ainda, numa palavra, [...] o fascismo é um fenômeno de expansão, da fase superior do capitalismo, e o integralismo se põe como fenômeno do capitalismo imaturo ou nascente, a traduzir uma proposta de regressão, em país de extração colonial que emerge como formação hiper-tardia do 'capitalismo verdadeiro' [...].

Contudo, Chasin acaba realizando mais uma crítica de natureza exegética percorrendo “internamente” os textos de Plínio Salgado, dissociando-os, com isso, do intenso movimento social bastante à direita no espectro político de então que respaldava o autor. Ou seja, com a intenção de comprovar a fecundidade do conceito de “capitalismo hiper-tardio”, o autor realiza aquilo que critica. Se os estudos sobre o integralismo são acusados de utilizar mimeticamente o conceito de fascismo, para comprovar esse mimetismo, o autor “mimetiza” a idéia de regressividade no chamado capitalismo de periferia.

Com relação à natureza do movimento, Chauí (1978, p. 116) ressalta, no ensaio “Apontamentos para uma Crítica da Ação Integralista Brasileira” que se torna

[...] de menor importância saber se houve importação dos fascismos europeus, pois o que interessa compreender é que importando ou não idéias que não poderiam espelhar a situação brasileira, as formulações integralistas exprimiram, na forma da construção pura, a verdade do nacionalismo como política autoritária, mesmo quando os militantes aderiram à AIB pelo medo do comunismo ou pelo anti-liberalismo [...].

A autora (1978, p. 116) advoga que, quando o discurso integralista recorre à

[...] autoridade de pensadores e líderes europeus [...] apenas funciona como todo pensamento autoritário, que sempre pede garantias para pensar e agir. Nacionalismo e estatismo, antes de serem cópias grotescas de modelos europeus [...] são representações fantasmas que exprimem uma situação real tal como é apreendida imediatamente pelos dirigentes e militantes: não são reflexos, nem são mentiras, não são cópias nem simulacros, mas pilares para a elaboração de uma história imaginária que justifique a política integralista e permita o seu reconhecimento pela classe a que se dirige.

Nesse âmbito, corrobora a tese de que o pensar autoritário tem a peculiaridade de precisar recorrer a certezas decretadas antes do pensamento e fora dele para que possa entrar em atividade, pois, segundo ela, seria ilusório supor que o pensamento autoritário desemboque numa exigência de obediência, pois esta é seu próprio ponto de partida: “[...] precisa de certezas prévias para poder efetuar-se e vai buscá-las tanto em ‘fatos’ quanto em ‘teorias’” (CHAUÍ, 1978, p. 38).

Assim,

[...] o pensamento autoritário livra-se da exigência perturbadora de defrontar-se com o que ainda não foi pensado (o real posto aqui e agora) e de compreender o trabalho de uma teoria onde forma e conteúdo não se separam, pois trata-se nela de tornar inteligível a opacidade de uma experiência nova e ainda conceituada [...]. Apóia-se no já visto (o fato exemplar), no já pensado (a teoria prévia), no já enunciado (o discurso autorizado); teme o novo e inédito e esforça-se para retratá-lo até as fronteiras do já sabido (CHAUÍ, 1978, p. 38).

Chauí (1978) coloca que, se admitirmos ser constitutiva à lógica do pensamento autoritário a necessidade de encontrar um “saber” já realizado sobre o qual possa se apoiar,

evitando o risco da elaboração do conhecimento e manipulando fatos nos quais possa exemplificar-se, torna-se clara a debilidade teórica e a exigência de importar idéias já consagradas.

Quanto à ideologia integralista, também nesse estudo, Chauí elabora uma importante análise na qual levanta questões acerca da debilidade teórica do movimento que se contrapõe incrivelmente à sua eficácia teórica e argumenta que “[...] o autoritarismo no Brasil torna-se compreensível na medida em que são esclarecidas tanto a gênese histórica de sua eficácia quanto a natureza de suas manifestações conjunturais mais flagrantes” (CHAUÍ, 1978, p. 38).

Desse modo, Chauí (1978, p. 34) assinala outro enigma do autoritarismo brasileiro, a saber: “[...] como se entrelaçam debilidade teórica e prática? – e relata que forte impulso leva intérpretes a desqualificar o discurso autoritário”.

Acrescenta, ainda, que o discurso integralista opera sobre imagens em lugar de trabalhar com conceitos, o que se dá de três formas: a) por simples justaposição de imagens; b) por transformação de um conceito em uma imagem; c) e por associações livres de imagens, encontrando sua razão de ser na situação do povo brasileiro, “[...] monstro inconsciente e estúpido” (SALGADO, 1935a, p. 49). O uso de imagens permite uma ordenação do real sem transformar as aparências, evita o trabalho de reflexão que solaparia as evidências imediatas, conta com o apoio confirmado dos fatos e outorga identidade ao destinatário. Portanto, as imagens veiculadas pelo discurso passam a ter força persuasiva e até mesmo constrangedora (CHAUÍ, 1978).

Destarte, compreendemos com Freitas (1999) que o discurso autoritário, especialmente no Brasil, não pode ser chamado o tempo todo de conservador e muito menos confundido com o pensamento reacionário, pois se, para o pensamento conservador, a tradição deve sempre prevalecer sobre a mudança e se, para o reacionário, houve épocas em que o mundo esteve mais

ajustado e é para essas que ele se volta, para a ideologia autoritária, as mudanças sob controle de um Estado fortalecido e centralizador compõem seus parâmetros de análise e assim a mudança social é entendida como uma necessidade para que a tradição não se desvirtue em desordem.

O autoritarismo não pode ser confundido com o conservadorismo *stricto sensu* e nem com o reacionarismo. O autoritarismo tem sua própria historicidade, distinta do apego ao passado, e está relacionado com os momentos de modernização da sociedade capitalista justamente quando se faz necessário que a mudança prevaleça sobre a tradição.³⁰

Nessa direção, Plínio Salgado aponta distâncias que, em seu entender, afastam visivelmente autoritarismo e totalitarismo, além de elaborar propostas que, segundo ele, são revolucionárias e por isso em nada se aproximam do pensamento reacionário e conservador.

Salgado, em seus escritos, sempre de forma oportunista, tece um número bastante significativo de críticas ao totalitarismo. Seu intuito é diferenciar o integralismo do nazismo de Hitler e do fascismo de Mussolini. Para distinguir-se, nega categoricamente a aproximação com tais doutrinas porque, em seu entender, elas “[...] ameaçam os direitos fundamentais do homem e dos grupos [...]” e porque “[...] colocam em primeiro lugar um conceito qualquer e em segundo lugar o homem [...]” (SALGADO, 1955, v. V, p. 308), apagando com declarações desse feitio os momentos nos quais demonstrou encantamento com a experiência italiana.

De acordo com o Chefe Nacional, em face do Estado totalitário, o homem perde suas prerrogativas de pessoa humana, sendo encarada a coletividade nacional como “[...] um conjunto de agentes biológicos e culturais da produção” (SALGADO, 1955, v. VI, p. 144). Conseqüentemente, as normas que regem o Estado totalitário não são pautadas no respeito à pessoa, mas no oportunismo político e nas conveniências do Estado, ainda que estejam

³⁰ Cf. FREITAS, 1999, p. 72.

postergados os legítimos direitos humanos. Daí o triunfo da força sobre o direito, das transigências sobre os princípios, da vontade onipotente dos ditadores sobre a lei (SALGADO, 1955, v. VI). Assim, Salgado (1955, v. VI, p. 147) constata: “O predomínio dos fisicamente mais fortes é realidade pragmática dos nossos dias”. Plínio Salgado, em suas ambigüidades, defende uma concepção totalitária de Estado e sociedade para negar seu apreço ao totalitarismo europeu.

Na concepção de Salgado (1955),

O Integralismo não quer construir o Estado Totalitário, pois quer construir o Estado Integral, o Estado Harmonioso, o Estado Imutável na sua essência e mudável na marcha revolucionária que lhe impõe os deveres do Espírito, que nele se reflete (v. V, p. 109).

[...] o Estado, para os integralistas, não é o fetiche aterrador do socialismo absorvente. Ele não destrói o indivíduo e as suas projeções morais: a Família, a Propriedade, a Pátria, a Religião (v. IX, p. 329).

O Integralismo é contrário ao Estado de caráter totalitário seja nazista, seja comunista ou qualquer outro (v. IX, p. 329).

O Estado Revolucionário pregado pelo Integralismo não será certamente o Estado Totalitário de um absolutismo absorvente, mas o Estado Integral, índice ele próprio das relações dos movimentos sociais. Nele a ‘revolução’ deixa de ser a desordem individualista, classista ou partidária, para ser o direito do espírito de intervir no desenvolvimento das forças materiais da sociedade, recompondo equilíbrios segundo um pensamento de justiça (v. V, p. 78).

O Integralismo não é anti-democrático [...] não é a doutrina ou a apologia da ditadura. O Estado Integral será um Estado Forte, não para comprimir a liberdades legítimas e naturais, porém para garanti-las contra o abuso dos poderosos, preservando a Soberania Nacional, o bem-estar e a dignidade de cada brasileiro (v. IX, p. 154-155).

Para Salgado, o Estado Integral não é totalitário porque, tendo uma concepção total do universo e do homem, considera, por isso mesmo, o Estado como parte, e não como um todo a que deva sacrificar-se o homem e os grupos naturais. Demais, o Estado não é um fim, mas um meio, instrumento de que se utiliza a pessoa humana para atingir seu pleno desenvolvimento (SALGADO, 1955, v. V). Com isso, Plínio Salgado (1955), quando quer sustentar a hipótese de

que não defende um Estado totalitário, demonstra paradoxalmente o quanto uma certa dicção totalitária o encanta.

A nossa concepção totalitária do Universo e do Homem repele a idéia do Estado Totalitário [...] (v. V, p. 104).

Só são totalitários os Estados que têm uma visão unilateral do Universo e do Homem. O Estado Integralista, tendo uma concepção total dessas realidades, é, por isso mesmo, antitotalitário (v. X, p. 416).

O Estado Totalitário não é a mesma coisa que o Estado Integral? – Não. O Estado Totalitário tem uma finalidade em si próprio; absorve todas as expressões nacionais e sociais, econômicas, culturais e religiosas; subordina a Pessoa Humana e os Grupos Naturais ao seu império. O Estado Integral, ao contrário, não tem uma finalidade em si próprio; não absorve as expressões nacionais e sociais, econômicas, culturais e religiosas, não subordina as Pessoas Humanas e os Grupos Naturais ao seu Império; o que ele objetiva é a harmonia entre todas essas expressões, a intangibilidade da Pessoa Humana. Por que motivo os integralistas não querem o Estado Totalitário? – Os integralistas não querem o Estado Totalitário porque os integralistas adotam uma filosofia totalista, isto é, têm do mundo uma concepção totalitária (v. VII, p. 443-444).

Sobre o tema “Revolução”, destacamos que, ao abordá-lo, o Chefe Nacional tenta assumir uma posição de neutralidade afirmando que nem a louva e nem a condena, mas aceita-a “[...] considerando uma necessidade tão permanente nos povos como todos os movimentos da natureza” (SALGADO, 1935b, p. 13).

Conforme o pensamento pliniano, “[...] é preciso visionar a Humanidade em conjunto, nos lineamentos gerais de suas expressões, para se verificar que todos os movimentos revolucionários foram úteis e parece terem obedecido a leis imprescritíveis [...]” (SALGADO, 1935b, p. 15).

Nesse sentido, Salgado (1935b, p. 24) define a revolução como “[...] procura de um equilíbrio, como tendência de harmonização de dois mundos”. Ao modo de ver do autor, “[...] tudo tende ao equilíbrio porque o equilíbrio é a integridade, é a forma do repouso do movimento” (p. 24). Como contraponto, o “[...] homem é essencialmente modificador e o âmbito de sua ação abrange não só o mundo exterior, mas o seu próprio mundo interior” (p. 25). Logo, “[...] o

homem que é autônomo e criador, capaz de interferir e modificar aspectos da natureza e da Sociedade [...]” (p. 25), busca, por meio do desequilíbrio que acarreta a revolução, alcançar seus objetivos.

Salgado (1935b, p. 26) argumenta que “[...] todas as revoluções são atos ideais, porque toda alteração da marcha social pressupõe a autonomia da idéia, o seu valor intrínseco, a sua prevalência sobre as forças desencadeadas pelo determinismo dos fatos”.

Assim, evoca os quadros do integralismo para realização da Revolução Integralista e destaca a sua importância no processo de restauração do prestígio da inteligência, no processo de restauração da ordem e da disciplina, na tarefa de construção da Nação.

Precisamos realizar a nossa Revolução. Juntar todos os elementos esparsos do imenso laboratório que o foi o século passado. Mobilizar as forças intelectuais e morais da Nacionalidade. E dar unidade ao Pensamento. Só então poderemos impor unidade moral, unidade econômica e unidade política, a esta triste sociedade do nosso país, que sofre os mesmos males das sociedades de todos os países fatigados da ciência [...]. Temos de restaurar o prestígio da inteligência e o primado do Espírito. Sem realizar essa revolução, nada conseguiremos, pois iremos cair na desagregação, na indisciplina e em maiores inquietações [...]. A ordem – equilíbrio das forças, harmonia de movimentos – nós só conseguiremos pondo ordem, antes de tudo, no pensamento nacional. Segundo um conceito de finalidade e tendo em vista a realidade dos movimentos sociais, criar o Estado finalista, de plasticidade revolucionária, totalizador dos movimentos sociais. Traçar um rumo político nitidamente definido. Em vez de reformar, transformar. Essa é a Revolução Integralista (SALGADO, 1935b, p. 186-187).

Tal idéia de realização da revolução, idéia de modernização apresentada pelo pensamento autoritário, como argumenta Mercadante (1980), revela incompatibilidade com o “pensamento estático” difundido pela linhagem conservadora:

[...] o pensamento conservador norteia-se pela experiência do passado; partindo do princípio de que tudo o que existe possui um valor nominal e positivo em razão de sua existência lenta e gradual. Trata-se sempre de um aproveitamento do passado para uma experiência real, isto é, como se o passado se oferecesse como presente virtual. Seus pontos de

consideração emanam de uma mentalidade rígida, que apenas levanta sistemas de pensamento estáticos (MERCADANTE, 1980, p. 228).

Distinguindo mais ainda, é necessário lembrar que o reacionarismo, como aposta explícita no passado, regula-se a partir de um saudosismo medieval propondo utopias regressivas como válvula de escape. Ou seja, é necessário ter em mente que esse repertório conceitual, que inclui fascismo, autoritarismo, conservadorismo, reacionarismo etc., não é um conjunto de sinônimos, ainda que os enfrentamentos políticos desmanchem os conceitos em composições e alinhamentos estratégicos conforme a ocasião.

Como apontou Iglesias (1971), o reacionarismo nutriu-se da hipótese de que a humanidade possuía um “ponto ótimo de equilíbrio” e que esse ponto ficara no passado, mais especificamente na Idade Média.

A ideologia reacionária, que vem do século XIX pelas mãos de De Maistre e Louis Veuillot, chega aos anos 30 do século XX pela difusão das idéias de Henri Massis, Auguste Viatte, Charles Maurras, da Action Française e do Integralismo Lusitano (IGLESIAS, 1971).

Jackson de Figueiredo e os adeptos da revista *A Ordem* e do Centro Dom Vital tornaram-se aplicados propagadores desse pensamento regressivo e restaurador, cujo discurso contrarrevolucionário lançava ataques às tentativas de equiparar o Brasil às democracias liberais européias. Difundia-se assim a idéia de revitalização católica, de recristianização do País, a idéia da contra-revolução espiritual.

Vistos de perto, naquele cenário, reagindo à mesma modernização em curso, temos, então, católicos e católicos. Se as aproximações são conjunturais, as diferenciações por vezes são significativas, estruturando visões de mundo diferenciadas, ainda que fazendo circular repertórios semelhantes de imagens sobre a religiosidade e a política. Essa diferenciação será tratada a seguir.

2 O ideário político/religioso jacksoniano, amorosiano e pliniano: por que insistir na diferença de conteúdo entre as falas?

Na obra jacksoniana, contradições em relação à temática “revolução”, assim como sua discussão conceitual, fazem-se freqüentemente presentes. Por momentos, nosso personagem condena radical e absolutamente toda revolução, “por ser má em si mesma” e por momentos traz a afirmação da neutralidade da revolução em si mesma. A essas contradições somam-se outras. Jackson declarou “morte à revolução” e, contraditoriamente, apoiava uma “revolução do Executivo”, aconselhando até mesmo os católicos a fazerem a revolução. Aumentando ainda mais as dificuldades de compreensão, pode-se encontrar farta adjetivação para revolução como: “branca”, “satânica”, “legislante”, “armada”, “deliberante”, com “r” maiúsculo, com “r” minúsculo, “ampla”, “restrita”, “espiritual”, “violenta”.³¹

Nesse âmbito, Cordi (1980) realizou um instigante estudo que nos remete a pensar sobre o discurso jacksoniano e suas contradições, evidenciando a impossibilidade de apontar uma noção unívoca de revolução e, por conseguinte, apresentando a necessidade de construir um modelo interpretativo que possa ordenar as variantes da noção de revolução jacksoniana.

Assim, o autor propõe solucionar a problemática interpretativa com a criação de um modelo que viesse, ao mesmo tempo, incorporar os termos relevantes do pensamento de Jackson sobre a revolução e ordenar em um conjunto harmônico todas as categorias apresentadas na noção de revolução.

³¹ Cf. CORDI, 1980.

Inicialmente o autor constrói uma análise do que seja “revolução-do-menos” e “revolução-do mais”³² de acordo com o discurso do pensador sergipano. A “revolução-do-menos” é aí apontada como revolução negativa, sendo examinada em seus fundamentos teórico-culturais e em suas implicações na dimensão política, na qual assume características de movimento armado, em potência ou ato, bem como de uma forma de Governo. A “revolução-do-menos”, para Jackson, atingiria o homem em sua globalidade, marcando todas as suas dimensões, com a possibilidade de criar uma orientação de revolta contra a lei divina e a lei da natureza.

Em seguida, o autor busca abordar o significado jacksoniano de “revolução-do-mais” e analisa-a como a revolução nos seus aspectos positivos, em suas relações com a Igreja Católica e na caracterização de sua ação.

Finalmente, o estudo expõe a leitura jacksoniana da realidade brasileira que, para o autor, explicita a funcionalidade do modelo interpretativo proposto, ou seja, da revolução sob a concepção do mais e do menos.

Um ponto a ser observado na obra jacksoniana, que compreendemos ser de suma importância, é a definição de “ordem” pois, nessa, um governo cuja estrutura não estivesse em consonância com a ordem divina cristã, católica, estaria destinado à falência. Parece-nos que o termo “ordem” tem, na linguagem jacksoniana, algo de cooperação e, ao mesmo tempo, de informação; algo de colaboração, mas que, levado às últimas conseqüências, implicaria uma superação de todo governo fruto da revolução-do-menos. É observável, também, que Jackson não

³² Os termos “revolução-do-mais” e “revolução-do-menos” encontram-se em um texto-chave de Jackson de Figueiredo, “Do Nacionalismo na hora presente” (1921) e representam o binômio revolução voltada para o bem e revolução voltada para o mal. Essas duas categorias fundamentais, segundo Cordi (1980), regem todas as demais designações.

foi um adorador da ordem, isto é, não via na ordem um fim em si mesma, mas apenas uma força de “depuração social”.³³

Para Jackson (1924a), a grande ameaça à ordem social seria a democracia, pois, sendo essa um “governo de número”, basear-se-ia na idéia de que a maioria de votos poderia resolver questões de interesse geral. Princípio esse que iria frontalmente contra o caráter elitista do pensamento jacksoniano, no qual a solução dos problemas sociais só pode advir de uma elite competente e ser fundamentada num estudo aprofundado da questão.

Nada se poderia esperar de bom, segundo Jackson (1924a), do sistema democrático, por ser ele fruto do individualismo protestante e revolucionário, da concepção rousseauiana do homem, que ele vê ligada intimamente a tudo aquilo que representaria marcos na destruição do ideal cristão.

Jackson ainda tece críticas à democracia no que se refere ao princípio de serem todos os homens iguais. Para ele, isso representaria um verdadeiro absurdo, dado que a própria organização social suporia a desigualdade dos homens (FIGUEIREDO, 1924a, p. 281).

Na visão jacksoniana, a democracia seria então a encarnação de uma “revolução-domenos”, pois a ordem política por ela defendida ou implantada estaria vinculada radicalmente a uma desordem desencadeada pela corrente de pensamento diretamente culpada: o liberalismo em sua forma errônea de conceber a liberdade.

Para Jackson, a errônea forma de conceber a liberdade tinha origens na Reforma Protestante que teria dado margem à negação dos direitos de Deus e de sua Igreja³⁴ na regulamentação da vida humana, em todos os níveis. Desse modo, se o critério último reside na

³³ Cf. CORDI, 1980.

³⁴ A Igreja Católica Romana.

consciência, isso faz com que essa se eleja como superior a qualquer outro critério, negando a imagem divina na autoridade, tornando a obediência resultado apenas do medo ou do interesse.

Em outros termos, o liberalismo seria a própria destruição da liberdade (FIGUEIREDO, 1924a), pois onde não houvesse autoridade ter-se-ia também, segundo Jackson, a negação da liberdade devido à conseqüente desorganização da sociedade e ao império da anarquia e do caos (FIGUEIREDO, 1922a). Representaria, ainda, a seu modo de ver, a consumação da indefinição, da intolerância, da fraqueza, tornando-se impotente tanto para o bem como para o mal, deixando aberta a possibilidade da sua própria destruição (FIGUEIREDO, 1925a).

Em última instância, Jackson afirmava que, para superar a situação tão lastimável criada pelas paixões desordenadas engendradas pelo orgulho humano no seu projeto de auto-salvação, uma “revolução-do-mais”,³⁵ ou seja, mais forte e positiva, de adesão a Deus e à ordem divina, fazia-se necessária (FIGUEIREDO, 1925a).

Na ordem concreta, a “revolução-do-mais” significaria a união dos homens em torno da Igreja e a defesa das verdades de que ela seria depositária (FIGUEIREDO, 1932). Para Jackson, essa Igreja significaria a presença de Deus vivo no mundo, sendo sua herdeira legítima e mediadora no processo de reconciliação do homem com Deus (FIGUEIREDO, 1944).

No pensamento jacksoniano, não seria possível separar a civilização e a Igreja, implicando o próprio conceito de civilização o de cristianização, pois a civilização, por significar o aperfeiçoamento do homem, seria o próprio retorno a Deus. Assim, se existe uma civilização, é porque existiria a “marca” do catolicismo e da atuação da Igreja no mundo Ocidental. A Igreja assume, para ele, o papel de mantenedora e vivificadora da civilização cristã, sendo a “alma imortal do mundo Ocidental” (FIGUEIREDO, 1924a). Ela representaria a escola do respeito à

³⁵ Os termos “revolução ampla”, “revolução com ‘r’ minúsculo”, “contra-revolução”, “reação” que aparecem em diversas passagens do discurso jacksoniano referem-se todos à revolução-do-mais.

autoridade e do amor à ordem (FIGUEIREDO, 1922a), não precisando temer, a respeito do futuro, o povo que assentasse sua vida sobre os princípios da fé (FIGUEIREDO, 1922a).

Sendo a depositária da verdade integral, a Igreja abrangeria todos os domínios da vida humana, política, social, histórica (FIGUEIREDO, 1922d) e, uma vez que Jackson aceita a infalibilidade do magistério da Igreja também em questões sociais, a Igreja não seria vista apenas como depositária de revelações de caráter puramente religioso.

Segundo Jackson, somente na Igreja encontra-se a verdade e, fora dela, apenas o erro (FIGUEIREDO, 1925a), sendo, portanto, o ponto nuclear de uma “revolução-do-mais”, por ser ela própria representante de Deus e, conseqüentemente, possuidora da verdade, a única força capaz de opor-se à “revolução-do-menos” e, justificando-a, ter-se-ia a própria justificação da subordinação do homem ao seu criador, fundamento único realmente válido para o existir humano (FIGUEIREDO, 1924c).

Ao assumir ensinamentos que definem o católico, o membro da Igreja estaria de posse da “Verdade Integral” e sua ação seria ordenada por princípios e regras verdadeiras. Tal posse implicaria uma ação e não só determinaria as suas regras. A ação combativa torna-se, desse modo, um dos elementos caracterizadores do católico, sendo inconcebível, para Jackson, a neutralidade, que significaria a não resistência ao mal. O católico não poderia abster-se do ataque aos princípios revolucionários do menos e deveria representar um soldado da Igreja. É assim que Jackson se define em várias passagens, como um soldado da Igreja (FIGUEIREDO, 1921d).

Jackson advoga o desenvolvimento do ideário que se opusesse ao “credo revolucionário-do-menos” que teria sido, em sua concepção, desenvolvido pela Reforma. Tal “idealismo” significaria a revalorização da ordem, da disciplina, da autoridade (FIGUEIREDO, 1922e), princípios esses fundamentais na edificação de uma civilização (FIGUEIREDO, 1925a).

Outro traço característico da “revolução-do-mais” é o elitismo marcado pela elaboração de um ideário que viveria em forma consciente apenas numa elite e em forma de afirmação dogmática e expressão de sentimento na multidão.

Quanto ao poder exercido pelo Estado, Jackson possuía uma visão otimista e benéfica, pois confiava no poder como meio de controlar e cercear as inclinações negativas do ser humano oriundas do pecado original. Em sua concepção, a política e o Estado assumiriam uma função corretiva³⁶ e desempenhariam bem essa função se seguissem um modelo de característica essencialmente elitista, anticosmopolita, ruralista, de paternalismo estatal, sem, contudo, absolutizar o Estado.

Para Jackson, a soberania não é do povo e sim da autoridade e esta não admitiria nenhum outro poder que a contrabalançasse. Depositando grande confiança no poder, critica os democratas por desconfiarem dele. A autoridade sempre representaria uma ação benéfica em relação à sociedade. Assume, assim, a existência de uma autoridade forte e absoluta como um caráter de necessidade da organização social, pensamento também compartilhado por Plínio Salgado.

O exercício do poder soberano deveria ser centralizado, unificado, encarnado em um indivíduo determinado, num soberano, galgado com o apoio de uma elite esclarecida e formada nos ideais positivos e não pela mobilização do povo.

Toda ação política deveria vir de “cima para baixo”, isto é, das elites e do Governo imbuídos do espírito de fé, agindo sobre o povo, e nunca o inverso. O povo, para Jackson, assim como para Plínio Salgado, seria incapaz de se autogovernar.

³⁶ Segundo testemunho de Olegário Silva (1929), Jackson teria sempre mantido um certo desprezo pelo povo em geral, pela “generalidade”.

Jackson perseguia um modelo de sociedade política em suas polêmicas. Para ele o Estado, sem ser absoluto, e a autoridade, usada apenas como meio, assumiriam grande controle social, dominando a sociedade em todos os níveis, mas sempre numa ambiência de respeito e obediência aos princípios e ensinamentos da Igreja Católica, o que garantiria a legitimidade e a justiça do exercício do poder (FIGUEIREDO, 1944).

Com efeito, a autoridade só seria aceita se fosse envolvida por uma religiosidade, especificamente subordinada à Igreja Católica. Assim, compreendendo que todo poder vem de Deus (FIGUEIREDO, 1925a), o Estado seria um instrumento divino para o bem do homem e, para que a Igreja reconhecesse legitimamente a soberania do Estado, este teria que permitir a ação cristianizadora de seus órgãos (FIGUEIREDO, 1924a). Contrariamente, Plínio Salgado acreditava na necessidade de um Estado absoluto, soberano e corporativista, um Estado que jamais se subordinasse a qualquer instituição. Tal questão demonstra descontinuidades entre a ideologia pliniana e a jacksoniana, porque, enquanto Jackson defendia uma subordinação, mesmo indireta, do Estado à Igreja, Plínio posicionava-se contrariamente a essa subordinação.

Jackson partia do princípio de que se fosse criado um ambiente moral sadio, pela ação mobilizadora das classes cultas, mesmo “[...] os governos menos inteligentes poderiam ser úteis ao país” (FIGUEIREDO, 1925a, p. 44). Ele acreditava que o destino de uma nação está sempre nas mãos das elites, precisando-se implantar, gradualmente, mudanças em sua mentalidade, com o objetivo de galgar o poder nos moldes do catolicismo impositivo e do Governo soberano.

Nesse âmbito, pensando em promover um renascimento dos católicos e em preservar os poucos valores tradicionais e católicos existentes, Jackson nortearia toda a sua ação política no sentido de uma reforma pacífica e de apoio à ordem instituída, sendo inadmissível qualquer forma de Governo fundado sobre o povo, por ser incapaz de compreender a importância e a vantagem de agir bem. Toda mudança deveria vir de “cima para baixo” de forma impositiva,

substituindo decisivamente “o governo-do-menos-deliberante” por um Governo que não poupasse nenhum meio para salvar a sociedade, impondo a verdade e o bem.

Apesar de Jackson não ser simpatizante da violência como método de Governo, admitia que, em casos excepcionais, de grande crise de um povo, essa seria imprescindível. Nesse caso, a violência se justificaria pela própria deficiência do homem devido ao pecado original, em razão do qual o homem não conseguiria mais compreender o sentido do bem, passando, esse, a ser imposto de forma dogmática e contundente (PINTO, 1944).

Contudo, o “golpe-do-menos”³⁷ dado por um Governo também apresentaria, aos olhos de Figueiredo (1924c), um certo valor, como corretivo pagão para a degeneração das democracias.³⁸

A fim de extirpar do meio social o liberalismo, o protestantismo, a liberdade de imprensa, os imperialismos econômicos, e colocar o exército dentro de sua função específica e, enfim, para facilitar a formação de estruturas tais que encaminhassem naturalmente os indivíduos para a verdade, o catolicismo, concebido tradicionalmente, era apontado por Jackson e o integralismo apontado por Salgado.

Embora se dissesse soldado da Igreja, o pensador sergipano declarou, na obra “Dolorosas Interrogações”, sua decepção em relação a essa instituição, criticando-a severamente por não apoiar seus intentos golpistas e por ocupar uma posição de neutralidade em frente a responsabilidades políticas.³⁹

Após a morte de Jackson, Alceu Amoroso Lima assume, como já foi dito, a posição de líder do laicato brasileiro, dando continuidade ao Movimento Litúrgico que, segundo Azzi

³⁷ Para Jackson, o golpe-do-menos seria a possibilidade de alcançar a verdade por meio dos erros, seria como “túneis entre o desejo de acertar e o acerto”, ou seja, seria um golpe de legitimidade restrita, pois seria dado por meio da violência e não permitiria aproximação aos valores cristãos (FIGUEIREDO, 1944).

³⁸ Jackson reconheceria certas afinidades entre o seu projeto e os projetos fascistas, riveristas e integralistas (FIGUEIREDO, 1924c).

³⁹ Jackson defendia uma guerra em defesa de “Santos” interesses, inata à revolução dos católicos, com fins espirituais.

(2001), constituiu-se em um dos projetos mais importantes e de conseqüências mais renovadoras do período, afirmando, assim, a presença do laicato dentro da instituição católica.

Durante os nove anos anteriores à sua conversão ao catolicismo, de 1919 a 1928, Lima praticou, sob o pseudônimo de Tristão de Athayde, a crítica literária. Foi o crítico do modernismo (LAFETÁ, 2000) e divulgador de pequenas pesquisas literárias da vanguarda de então. Era conhecido como o crítico lúcido, inteligente e imparcial. Logo, sua influência no desenvolvimento da literatura do decênio de 20 foi muito grande.

No entanto, sua conversão ao catolicismo, em 1928, subtraiu-lhe a marca de imparcialidade e a qualidade que antes lhe era reconhecida, passando, a partir desse momento, a lhe ser negada. A imagem criada durante os anos de atividade crítica, anteriores à sua conversão, modifica-se e a influência, exercida por suas opiniões e juízos, é reduzida consideravelmente, pois se acredita que suas idéias estão “viciadas” pela ideologia assumida ao abraçar o catolicismo (LAFETÁ, 2000).

Alceu atribuiu ao impacto da Primeira Grande Guerra a mudança em seu modo de pensar e a efervescência intelectual e de busca de caminhos que não seriam só seus, mas de toda a sua geração. Segundo ele,

[...] fomos todos, sobretudo a partir de 1918, levados a rever as nossas idéias e tudo aquilo que para nós passou a representar a configuração do que hoje chamamos de belle époque [...]. Achávamos-nos de repente em presença de um mundo diferente, em que os valores anteriores pareciam nada mais nos dizer [...]. Acabara para mim, como para tantos outros companheiros, a fase da disponibilidade, do absenteísmo, da indiferença, do ceticismo e do intelectualismo puro. Começou então um período duro, difícil, grave para todos nós, e em que as opções tinham que ser feitas. Tratava-se então de descobrir caminhos que nos levassem a emprestar à vida um sentido de elevação, de dignidade, de grandeza, que ignorávamos [...]. Começava a vida dura, a opção, a obrigação de escolher entre os extremos, entre o pecado e o dogma (LIMA, 1928a, p. 49-62).

O comprometimento político de Alceu ganha contornos mais nítidos quando assume a direção do Centro Dom Vital (1928), o que confirma sua chegada à política por meio da religiosidade:

Durante muitos anos continuei fiel à minha tradição pessoal de grande desinteresse pela vida pública. Mas dela terminei me aproximando através da conversão religiosa [...]. Foi precisamente depois de meu encontro com a Igreja [...] que passei a me preocupar pelos problemas políticos. A minha participação nos acontecimentos, o meu juízo dos acontecimentos, está mais ligado à ação católica do que à ação política ou à ação social. Tudo aquilo que interessa ao desenvolvimento da cristianização da sociedade brasileira passou a figurar como centro de minhas cogitações (LIMA, 1928a, p. 218).

A partir desse momento, passa a se considerar um contra-revolucionário por influência de Jackson: “Esta era realmente a minha posição à época, uma posição de direita antiliberal, ortodoxamente autoritária. Viria depois a reconhecer o equívoco” (LIMA, 2000, p. 121).

Nesse contexto, assinala a sua tolerância e simpatia pelo integralismo, estabelecendo a relação entre o movimento antidemocrata cristão e o movimento integralista. Diz ainda que, embora haja contradições entre eles no que diz respeito a alguns dos seus ideais e métodos, os movimentos tem raízes ideológicas embebidas na mesma reação espiritualista, mesmo com resultados opostos, e ambos têm inimigos e amigos em comum (LIMA, 1934).

Sobre a posição dos católicos em frente ao integralismo, Lima (1934, p. 406) ressalta ser necessário distinguir duas modalidades: “[...] a psicológica, que implica a opinião demonstrada em face do movimento [e] a social, que indica as relações reais, e não apenas ideais, a manter com o mesmo”.

Principiando pela atitude psicológica, o autor diz serem três as posturas a rejeitar: “[...] a condenação, a exaltação e a expectativa”. A condenação, partindo de pessoas que, consciente ou inconscientemente, fazem uma ligação do partido liberal democrático com a Igreja, tanto na

ordem política como na econômica, o que diminui o papel da Igreja, pois, ao ligá-la a uma determinada era social, solidarizando-a com regimes sociais em franca decomposição, desvirtua o sentido sobrenatural da fé cristã, podendo arrastar o catolicismo aos piores naufrágios (LIMA, 1934).

Há ainda que se mencionar duas outras espécies de condenação: “[...] a dos que a fazem por simples divergências pessoais e a dos que, sinceramente, apontam para certas divergências doutrinárias, como a *hipertrofia do estado*; metodológicas, como o *emprego da violência*; morais, como o *juramento ao Chefe nacional* [...]” (LIMA, 1934, p. 406), sendo necessário dedicar atenção a esses últimos por induzirem a grandes divergências de ordem prática. É o que pode ser observado nos países onde a “[...] reação do autoritarismo está levando a um paganismo político renascente, pela onipotência do Estado e pela negação das liberdades imprescindíveis da Igreja e da sua ação na sociedade e particularmente na educação” (LIMA, 1934, p. 406). No próprio fascismo, há uma rivalidade latente com a Igreja nos domínios da educação infantil, sendo a militarização educativa da infância e das mulheres pelo Estado, condenada por todo o espírito da educação cristã que a Igreja promove (LIMA, 1934).

A segunda atitude é a de exaltação. Os “católicos-sociais” do século XX — diferentemente dos “católicos liberais” do século XIX que acentuavam, na doutrina e na atuação da Igreja, a necessidade de defender a *Liberdade*, a *Justiça*, a *Fraternidade*, a *Cordura*, os *Direitos Naturais* do homem, a *Paz* nacional e internacional — “[...] procuram na doutrina da Igreja o que ela diz em favor da autoridade, da hierarquia, da Ordem, da Força, dos Deveres, da própria Guerra justa e com isso exaltam esses movimentos modernos que invocam largamente esses princípios” (LIMA, 1934, p. 408). No fundo, o erro é o mesmo. “É o espírito de ligar a Igreja a uma determinada forma de civilização, a um estado de espírito, a uma época, a uma classe” (LIMA, 1934, p. 408).

A terceira atitude, posta por Lima (1934) como digna de condenação, é do oportunismo ou da indiferença, ou seja, fecham-se

[...] os olhos, enquanto o partido, ou a pessoa, ou a nação, ou o movimento de idéias se encontram na fase militante, em que a aproximação implica um risco [...]. Mas abrem-se os braços na hora da vitória. É o oportunismo. Ou então, deixa-se viver, no tanto- faz [sic.] da displicência e do acaso, pois o que tem de ser será e não vale a pena preocupar-se com coisas remotas que não tocam ao nosso euzinho confortável e medroso. É a indiferença (LIMA, 1934, p. 409).

Mas, então, como julgar o integralismo, como se comportar diante dele psicologicamente de modo a evitar a condenação, a exaltação ou a expectativa? Lima revela que é por meio da compreensão ou pela participação. Por meio da compreensão já que, segundo ele, trata-se de uma reação contra males idênticos aos que a Igreja vinha combatendo, dado que o integralismo possui, no campo social, em grande parte, os mesmos amigos e adversários que a Igreja (LIMA, 1934).

Pela participação, tanto no sentido ideal, considerando-se membro doutrinário do integralismo, aceitando sua posição, no terreno social, e concordando com suas soluções para os vários aspectos do problema político ou econômico do Brasil; quanto no sentido real, ingressando nas fileiras integralistas para participar efetivamente de seus destinos (LIMA, 1934).

Ambas as participações são vistas pelo autor como perfeitamente compatíveis não só com a doutrina social católica, mas com a prática efetiva do catolicismo.

No entanto, Lima (1934, p. 412) destaca ainda haver problemas bastante difíceis e obscuros de discutir, como

[...] o hegelianismo latente de certas páginas dos livros de Plínio Salgado, o estatismo exagerado do senhor Miguel Reale, ou o emprego da violência, método de ação segundo a teoria soreliana e maurrasiana,⁴⁰ que tão bem pegou no solo revolvido do mundo moderno. Haverá também dificuldades a resolver praticamente, como seja esse

⁴⁰ Próprio do escritor e político francês Charles Maurras (1868-1952), cuja concepção de nacionalismo foi precursora de algumas idéias do fascismo.

misterioso juramento de fidelidade incondicional ao Chefe Nacional, que evidentemente nenhum católico consciente poderá fazer, pois só a Deus podemos jurar fidelidade sem condições. Mas, sinceramente, não vejo em nenhum desses pontos [...] dificuldade fundamental que justifique o temor de ingressar nas fileiras integralistas e muito menos o ataque ao movimento.

Na ideologia amorosiana, um dos traços principais encontrado na obra desse pensador é a constante crítica ao materialismo que, por chocar-se com os postulados espiritualistas e finalistas do catolicismo, será apontado como o erro essencial do mundo contemporâneo, como fonte e origem de todos os males que afligem os homens. Materialismo esse que Plínio Salgado também critica rispidamente em seus artigos e obras.

Alceu assume uma posição crítica em frente a tudo que diverge da doutrina católica. Assim, “[...] defendendo o caráter científico da metafísica e da teologia, faz dessa posição o ponto central de seus debates contra todos os ‘naturalistas’ [...]” (LAFETÁ, 2000, p. 83), pois, segundo ele, enquanto os “naturalistas” aceitam somente as ciências como conhecimento dos fenômenos, os católicos as compreendem “[...] como conhecimento tanto dos *fenômenos* (ciências positivas), como das *substâncias* (ciência metafísica)” (LIMA, 1931c). Combatendo o “erro” naturalista é que tenta firmar a “verdade” católica.

Conseqüentemente, seus artigos raramente abordam princípios que não sejam de base cristã e apresentam a sua forte tendência a ir imediatamente à refutação dos postulados filosóficos do adversário, ou seja, de um pensamento oposto ao católico. Lima “[...] desenvolve-se em terreno doutrinário, no qual o articulista obedece à lógica do seu ponto de vista particular, tornando-se praticamente impossível o debate aos que não aceitam as premissas dogmáticas que lhe servem de ponto de partida” (AMARAL, 1931).

Azevedo Amaral, na polêmica mantida com o pensador, em 1930, explicita que o debate tornara-se inexequível, pois o que há não é uma discussão do materialismo, mas uma oposição de postulados a postulados. Para Lafetá (2000, p. 88), “[...] trata-se menos de convencer (converter...) que de delimitar os campos”.

Ao falar de revolução, Lima afirma que “[...] é sempre uma religião que erra de objetivo” (ATHAYDE, 1940b). Essa afirmação que é retomada mais uma vez em 1944: “Toda revolução verdadeira é uma religião que se ignora” (ATHAYDE, 1944). Isso o levará, como católico, a uma atitude de oposição a qualquer espécie de revolução, opondo-se até mesmo ao espírito revolucionário do clero brasileiro.⁴¹

Posteriormente, procurará justificar tais posições esclarecendo que se sentiu na obrigação de continuar a obra de Jackson, que precisou aceitar muitas daquelas idéias que lhe pareciam “detestáveis” e que “contrariavam” sua formação (LIMA, 1969a).

Em relação aos “males” do Brasil, argumenta que a solução viria não da revolução, mas da contra-revolução, da volta às raízes, da reposição da nacionalidade em sua estrutura fundamental, e para dizer tudo em uma palavra – de uma recristianização do Brasil (ATHAYDE, 1929a).

Outro alvo das inquietações e preocupações de Alceu é o problema da nacionalidade, abordado sempre de modo ligado à formação do povo brasileiro. Logo, percebe-se que seus artigos têm por finalidade arregimentar os católicos brasileiros para que venham a influir de maneira decisiva nos rumos do País por meio de um novo tipo de mentalidade religiosa, ativa e atuante. Plínio Salgado assume semelhante posição quando pronuncia seu discurso nacionalista ao povo com o intuito de convocá-lo para lutar pelas causas integralistas.

⁴¹ Lima considerava um entrave à “ação da Igreja na formação nacional” o liberalismo e o espírito revolucionário do clero brasileiro, sentenciando tais posições como erros conseqüentes da “terrível anarquia dos espíritos”, da traição cometida contra as origens, erros que levaram o País a uma situação de desequilíbrio.

Um dos motivos que leva Alceu a insistir tanto nesse assunto é a crença de que as raízes do Brasil estão plantadas sobre o catolicismo e de que o País só se regenerará com a volta a essas origens (LAFETÁ, 2000).

Desse modo, para que seja realizada a transformação nacional, Lima estabelece uma hierarquia de prioridades em que considera estar o problema de desenvolvimento das letras subordinado ao da criação da nacionalidade e essa subordinada ao problema religioso. Lima acredita que tudo ocorre de acordo com essa escala hierárquica em que o ponto mais alto é o da religião (LAFETÁ, 2000).

No tocante à discussão sobre o ensino religioso, nos anos que se seguem a 1931, ataca o laicismo bem como o monopólio da educação pelo Estado. Destarte, torna-se evidente a sua crença de que a ruptura da tradição católica e a aceitação oficial do laicismo constituem as fontes dos males nacionais, chegando a identificar nessa ruptura a causa principal do movimento revolucionário, o que o leva a desprezar todas as demais causas.

Alceu condena as revoluções comunistas por serem provocadas pela “vontade de uma minoria” e conclui daí que as teses do marxismo estão erradas em seu “determinismo inflexível” (ATHAYDE, 1929b/c). Logo assume, em se tratando de inimigos, a semelhança entre a doutrina católica e a integralista, mantendo, todavia, certa cautela ao apontar tais proximidades doutrinárias.

Preso ao tradicionalismo, enxerga o fascismo não como uma tentativa desesperada e extrema de salvar o que está morrendo, mas como um sintoma de vitalidade do passado, o que corrobora a sua insensibilidade em frente às mudanças sociais⁴² e o que o faz considerar a AIB um partido capacitado a assumir o Governo brasileiro.

⁴² Cf. LAFETÁ, 2000.

Crítica o liberalismo por representar um aspecto do material que tanto abomina: o afastamento de todos os valores espirituais que condena, segundo ele, a sociedade capitalista à destruição. Alceu argumenta que o capitalismo é errôneo porque parte das premissas materialistas e, por isso, só poderá conduzir à sua própria destruição.

No final dos anos 30, o pensador inicia um processo de “auto-revisão crítica”, o que o faz declarar o seu retorno ao que era antes da conversão: “A partir de 1938 fiz uma revisão dentro de mim mesmo e voltei politicamente ao que era antes da conversão, [isso é, ao] liberalismo reformador, [ao] espírito aberto [...]”, qualificando-se assim como um “liberal qualificativo” e não “substantivo” (LIMA, 2000, p. 151).

Assume, dessa maneira, que seu mais novo ideário era nada mais nada menos que

[...] uma volta à vocação de liberdade da mocidade, que se obscureceu durante algum tempo através de minha conversão ao catolicismo e da convicção de que a autoridade era superior à liberdade, como sustentava Jackson de Figueiredo [...]. Toda minha posição hoje em dia é contrária ao horror de admitir que o mundo está dividido numa praça de touros, entre o sol e a sombra, e que matamos o touro ou o touro nos mete os chifres, que é exatamente a figura do autoritarismo moderno (LIMA, 2000, p. 181).

E prossegue:

Após minha oscilação à direita, quando ingressei no catolicismo, era natural que viesse mais tarde a corrigi-la. Considero direita e esquerda posições unilaterais e temporárias, posições insuficientes, não ilegítimas, mas insuficientes [...]. Julgava, há vinte anos, que o liberalismo levava fatalmente ao socialismo e o socialismo ao comunismo [...] como considerava o comunismo contrário à liberdade humana, estava certo de que era preciso reagir ao liberalismo para que não se transformasse em socialismo e o socialismo em comunismo [...]. Hoje, ao contrário, estou convencido de que a humanidade caminha para uma síntese do capitalismo e do socialismo [...]. Estou por isto mesmo, convencido de que, se a humanidade quer atingir o bem comum, terá que procurar a conciliação entre as duas tendências, da qual deve resultar a aceitação do princípio da liberdade com justiça social [...] (LIMA, 2000, p. 234-236).

Na política, alguns pontos do pensamento pliniano assemelham-se ao amorosiano, pois ambos se contrapunham às idéias revolucionárias e liberais em voga nos anos 30 e buscavam as bases cristãs para a reestruturação da sociedade, o que tornou recíproco o apoio e simpatia entre eles.

Todavia, Lima manteve-se cauteloso em relação ao fascismo, jamais chegando a ingressar nas fileiras integralistas e impondo, como condição básica para que os católicos ingressassem no movimento, a preeminência da consciência católica sobre a consciência política:

Agora, se essa preeminência for julgada atentatória à unidade do movimento ou à disciplina de ação – será sinal que o termo integralismo é absolutismo político, de Estado totalitário e, portanto, de negação da liberdade da Igreja e da supremacia da ordem sobrenatural, - o que não pode um católico aceitar em qualquer classe, e em qualquer Revolução (LIMA, 1936a, p. 221).

É possível pensar, ainda que, com algum simplismo, há uma diferenciação básica a ser indicada separando Lima de Salgado, para além das outras que estão sendo demonstradas neste estudo. Para Salgado, literatura e religiosidade são meios para ajustar a sociedade aos seus propósitos. Para Lima, intelectual muito mais sofisticado que Salgado, qualquer ação que o motivasse a escrever, criticar ou posicionar-se politicamente representava um esforço pessoal no sentido de indicar a medida exata da relação entre liberdade e autoridade. Seus posicionamentos não objetivavam ajustar a sociedade aos seus propósitos pessoais, mas simplesmente ajustar a sociedade.

Plínio teve sua fase eminentemente literária que se estendeu de 1919 a 1930 e nela já se encontram esboçados, delineados e anunciados muitos dos principais temas ideológicos que dariam ensejo ao movimento integralista. Nessa fase, a evolução de Salgado se explica mais pela influência da revolução literária do que por sua experiência política em partidos tradicionais.

A partir dos anos 30 e no decorrer dos anos 40, os discursos literário e político passam a se entrecruzar, coexistindo, desse modo, nas obras de Salgado.

De 1930 a 1932, inicia-se uma nova fase em sua vida com a experiência européia, quando tomou contato pessoal com um contexto político de franca ascensão do nazifascismo e do salazarismo, assim como de outros movimentos de direita. A sua crença no sentido de missão das jovens gerações, seu espiritualismo religioso, seu antiliberalismo e seu nacionalismo nativista, indianista, anticosmopolita e romântico sofrem, desse modo, o impacto direto do fascismo e dos movimentos de direita europeus.

Após seu retorno ao País e suas tentativas frustradas de desenvolver seu projeto político com os tenentes, na ditadura provisória instalada, Plínio estrutura, por meio, sobretudo, de suas atividades jornalísticas, seu próprio movimento que vai encontrar o termo de sua definição com o Manifesto de Outubro de 1932.

No Manifesto, direcionado ao “operariado do país e aos sindicatos de classe”, “aos homens de cultura e pensamento”, “à mocidade das escolas e das trincheiras” e “às classes armadas”, Plínio faz inúmeras considerações acerca do que ele chama de “os rumos da marcha integralista”. Nesse documento, escreve sobre a “concepção do homem e do universo”, sobre a “Nação Brasileira”, sobre “o princípio de autoridade”, sobre “o nacionalismo”, “os partidos e o governo”, “as conspirações e politicagens de grupos e facções”, a “questão social”, “a família”, “o município” e sobre “o Estado Integralista”. Por meio desse documento, Salgado difunde pelo País seu pensamento autoritário, já apresentado, nos anos anteriores, em artigos que escrevia para *A Razão*.

O jornal *A Razão* é fundado em meados de 1931, constituindo-se num passo decisivo para a formação da Ação Integralista Brasileira. A sua orientação política é confiada a Plínio Salgado e Santiago Dantas. A partir de julho de 1931, Salgado redige uma “nota política” diária, na qual

fixa as bases políticas de sua ação futura. Um ano mais tarde, no dia 23 de maio de 1932, a sede do jornal é incendiada pelos adeptos da Revolução Paulista. Entretanto, o objetivo de Salgado já havia sido atingido pela publicação de mais de 300 artigos, estabelecendo as bases do integralismo, com autonomia em face aos revolucionários no poder.

Nessa coleção de “notas políticas”, encontra-se definida a posição de Salgado em frente à Revolução de 1930, posição essa que já havia evoluído de uma atitude crítica à sua inspiração liberal a uma atitude de aceitação do fato revolucionário, na medida em que a Revolução destruíra o sistema político da Velha República.

Salgado não vê a Revolução como substituição de um grupo no poder político e, ao referir-se à experiência histórica das revoluções universais, considera que elas

[...] se elaboram exatamente nos períodos de conjunção, de transição, de deslocamento de centros de equilíbrio. Nesses períodos tudo se mistura e na maior parte das vezes, o que aparece nos olhos do observador não é exatamente [...] o que está, em verdade, animando os movimentos na sociedade (SALGADO, 1932g).

Além do mais, para Salgado, o processo revolucionário possui ainda a capacidade de fazer emergir o líder carismático:

Uma revolução é uma força nacional que deflagra e arrasta em impulsões imprevisíveis as energias sociais, até que uma mentalidade forte, dispondo de elementos materiais suficientes, possa impor uma coordenação, uma disciplina segundo os impositivos de uma consciência nova que se criou. Suscitar o advento dessa consciência, eis a obra presente da Revolução (SALGADO, 1932g).

Nos anos 30, Plínio passa a encorajar os partidos tradicionais a pensar sobre as bases da futura organização política brasileira. Diante da indiferença dos partidos ao seu apelo, desencadeia uma campanha intensa contra a convocação da Assembléia Constituinte e, conseqüentemente, em favor da continuidade da “ditadura” até que as bases da nova organização

política fiquem bem estabelecidas. Não se trata mais de tolerar apenas a revolução, reconhecendo alguns aspectos políticos, mas de colaborar na sua implantação definitiva. Esse momento marca o início da fase de colaboração de Salgado com o Governo Provisório, traduzindo-se tal apoio em mensagens que exaltam Getúlio Vargas.

Contudo, essa atitude é limitada no tempo já que, após abril de 1932, quando constata que o Governo se mantém indiferente à sua pregação, não mais dirige suas “notas políticas” a Vargas. Retoma, então, uma atitude de hostilidade crescente ao Governo Provisório e uma nova linguagem passa a refletir sua disposição de organizar um movimento político independente, fazendo-o proclamar a necessidade de uma “Nova Revolução”.

No conjunto de artigos intitulado “Construção Nacional”, que começa a ser publicado em abril de 1932, Salgado estabelece as bases ideológicas da “Nova Revolução” e do movimento que engendraria.

Em quase todos os artigos desse pensador uma atitude nacionalista está presente. Já nos primeiros editoriais do jornal *A Razão*, ele denuncia os perigos do cosmopolitismo e diz considerar a influência estrangeira um mal de morte para o Nacionalismo Brasileiro.

As referências de Salgado acerca da conjuntura política, em 1931, revelam uma constante preocupação com a instabilidade do equilíbrio da “unidade nacional”. Ele considera responsável por essa situação a implantação do sistema federativo, na medida em que atribuiu uma grande autonomia a cada unidade sob o controle dos partidos únicos regionais.

Nesse sentido, critica a burguesia por viver a engrandecer tudo que é de fora:

Céticos, desiludidos, esgotados de prazeres, tudo o que falam esses poderosos ou esses grandes e pequenos burgueses, destila um veneno que corrói a alma da mocidade. Criaram preconceitos étnicos originários de países que nos querem dominar. Desprezaram todas as nossas tradições (SALGADO, 1955, v. IX, p. 99).

“O Estado” é outro tema constantemente abordado nos seus artigos. No artigo “Federação e Sufrágio”, publicado em 26 de janeiro de 1932, Plínio tece críticas às ditaduras que se “[...] apóiam num corpo de idéias mediante o qual são apreciados todos os problemas de ordem política e de ordem técnica” (SALGADO, 1932b). Para ele, o Estado não deve ser fruto de pura criação intelectual, mas moldar-se à realidade mundial e nacional.

Acrescenta, também, que “[...] o Estado Moderno, conveniente a todos os povos, é o que possa exercer a sua ação na maior órbita possível. É o que disciplina e orienta as forças vivas da nacionalidade” (SALGADO, 1932h).

Colocadas as bases do Estado, Plínio indica as suas principais finalidades, a saber: ele deve ser a

[...] força suprema interveniente nos rumos e finalidades sociais [...], Estado que garantindo a propriedade e a iniciativa privada, saiba demarcar os limites do exercício das liberdades individuais, segundo interesses nacionais; Estado em que as classes se representem em corpos legislativos [...]; Estado que absorva todas as energias da Nação e que as exprima num todo individual (SALGADO, 1931b).

Salgado defende um Estado de estrutura unipartidária e corporativa, tendo por base a “[...] sindicalização de todas as profissões e a representação de cada uma delas, quer nas Câmaras Municipais, quer nas Legislativas Estaduais, quer no Congresso Federal” (SALGADO, 1931b).

Na base do sistema, coloca o município de onde “[...] provém o espírito da organização nacional” (SALGADO, 1932e). A “unidade nacional” é, de acordo com o pensamento pliniano, o fundamento da organização do Estado e da nacionalidade, porque a Nação originou-se dos municípios. “A nacionalidade brasileira nasceu das atas das Câmaras” (SALGADO, 1932f).

Quanto à finalidade do homem na terra, é definida, nos artigos de Plínio, com o intuito de elucidar as pretensões integralistas. Ele considera que o papel do homem deve ser de respeito e

obediência à autoridade da nação. Segundo Plínio, o homem é um ser complexo, com aspirações na terra, como no corpo, e aspirações do Infinito, como centelha da Luz Eterna,

[...] um ente autônomo, com sua dignidade própria, sua personalidade de todo o ponto respeitável. Cumpre considerar o homem [...] como um ser capaz de compreender os impositivos da harmonia social para efetivação da felicidade de cada um, e, por consequência, uma personalidade, que aceita, com dignidade e por espontânea vontade, a disciplina e a hierarquia (SALGADO, 1955, v. IX, p. 25-27).

Compreendendo, assim, a finalidade do homem e da sociedade, o integralismo pretende realizar “o homem integral”, a “sociedade integral”, a “Nação Integral” e a “Humanidade Integral” (SALGADO, 1955, v. IX, p. 25).

Em relação ao liberalismo, Salgado (1955, v. IX, p. 30) condena os dois critérios sob os quais a luta econômica é encarada: “[...] o critério individualista, isto é, liberal democrático, baseado nos princípios da Revolução Francesa e [...] o critério coletivista, isto é, socialista, baseado no marxismo” (SALGADO, 1955, v. IX, p. 30). Para ele, o primeiro critério erra porque pretende iludir as massas trabalhadoras pela ostentação de um fundo moral, baseado na liberdade humana, na igualdade, na fraternidade, na possibilidade de cada um conseguir galgar por si as posições de conforto e de poder, sendo, em seu modo de compreender, um critério materialista porque permite que se processe a evolução das forças materiais da sociedade sem nenhuma orientação diretiva do Estado. E o segundo erra porque procura mostrar às massas trabalhadoras que tudo se baseia no determinismo materialista e que o mundo deve ser encarado segundo o ritmo das forças materiais, sendo um critério idealista que pretende, segundo o fanatismo de uma idéia, contrariar a natureza humana.⁴³

Tais posições, na visão pliniana, promoveram grandes conflitos e crises, criaram um Estado fora e acima das lutas de indivíduos e grupos de indivíduos, “[...] um Estado meramente

⁴³ Cf. SALGADO, 1955, v. IX.

expectador da batalha econômica”. Conseqüentemente, esse Estado “[...] se tornou cada vez mais fraco, sendo, dia a dia, corroído pelas forças em conflito, de modo que não pode influir no sentido de efetivar a justiça social e o equilíbrio da produção e do consumo” (SALGADO, 1955, v. IX, p. 30-31).

Nessa direção, Salgado propõe “fórmulas definitivas” de salvação nacional e humana que “exprimem realidades”: o “Estado orgânico”, a “organização corporativa da Nação”, a “economia orientada”, a “representação corporativa”, o “homem integral”, o “realismo político”, a “harmonia das forças sociais”, a “finalidade social”, o “princípio da autoridade das forças sociais”, o “princípio da autoridade”, o “primado do espírito” (SALGADO, 1955, v. IX, p. 37).

Propõe, ainda, uma “democracia de fins” e não uma de meios, que venha a salvar a liberdade humana da opressão do liberalismo, opressão que ele acredita se dar pelo sufrágio universal e aponta o integralismo como a única força capaz de implantar a disciplina e a democracia verdadeira (SALGADO, 1955, v. IX, p. 39).

Contrapondo-se a Jackson de Figueiredo, persegue uma democracia, mas que seja construída sob nova forma, uma “democracia” elitista e orgânica, sem partidos políticos e sem sufrágio universal, sendo o regime em que o Estado, nas mãos da elite cultural, cria condições necessárias ao livre desenvolvimento das capacidades individuais, ampliando, cada vez mais, o círculo da classe dirigente. Salgado rejeita a liberal-democracia e denuncia a hipocrisia do voto e o mito da soberania popular:

[...] a liberal-democracia, programando a liberdade humana de um modo quase absoluto, criou um Estado fora e acima das lutas de indivíduos e grupos [...]. O voto é a grande mentira que serve de instrumento à opressão das massas trabalhadoras iludidas na sua boa fé [...]. O sufrágio universal subordina todo um sistema de realidades sociais a uma pura abstração, isto é, ao conceito da soberania oriunda das fontes primárias da vontade geral (SALGADO, 1955, v. IX, p. 31-33).

O pensador faz também um alerta contra o socialismo e diz que se o liberalismo abandona o ser humano ao seu próprio destino, o socialismo agrava as crises por abandonar a parte moral do homem, curando-o tão somente de seu aspecto econômico. Logo,

o povo brasileiro deve [...] renegar a liberal-democracia e seu aliado o socialismo. Aquela, gera a oligarquia plutocrática e prepara o caminho ao comunismo. Este acelera a marcha da destruição da Pátria e da escravização do homem (SALGADO, 1955, v. IX, p. 52).

Desse modo, Salgado proclama ser o integralismo

[...] a única força revolucionária, porque pretende integrar no Estado, não só as expressões da economia, da sociedade e da moral, como sua dinâmica, transformando a luta desordenada que se fere fora dos ânimos do Estado, em harmonização de contrários, através do desenvolvimento contínuo dos fatores materiais do progresso e da marcha do aperfeiçoamento do Espírito (SALGADO, 1955, v. IX, p. 52).

Quanto ao marxismo, Salgado considera-o como um ideal anti-revolucionário, porque se baseia na evolução determinista, e condena-o como antidinâmico porque concebe, no futuro, uma sociedade estática e um homem definido segundo um ponto de vista unilateral (SALGADO, 1946, p. 84-90).

A atitude do Chefe Nacional com relação ao capitalismo está presente inicialmente em sua crítica ao maquinismo em suas “notas políticas”, nas quais relata ter constatado que “[...] o instinto da máquina vai avassalando tudo” (SALGADO, 1955, v. XI, p. 18-19). Ao perigo da máquina acresce a ameaça da concentração capitalista: “É o capital [...] que ensaia a sua tirania na forma dos grandes trustes, dos monopólios, dos grupos financeiros [...] e que se dirige para o capitalismo de Estado, numa velocidade cada vez mais enervadora” (SALGADO, 1931c).

Para Salgado (1931c), todo progresso aumenta sensivelmente a angústia humana sobretudo ao se realizar com uma rapidez sem precedente: “[...] o advento da máquina abriu uma

era que se precipitou tão violentamente que não deu tempo aos novos de criar um novo senso de direitos, uma nova consciência de vida”.

Compreendendo assim, argumenta que o progresso não existe senão nas suas formas materiais e acusa os banqueiros internacionais de tentar dar vida ao “[...] defunto no desespero de animar com sopro de vida o cadáver de uma civilização que fundou a sua finalidade no que há de mais frágil e efêmero na natureza humana: o materialismo dos costumes e o instinto mesquinho do lucro” (SALGADO, 1931c).

No plano nacional, e sempre contraditoriamente, Salgado propõe a “humanização” do capitalismo, de modo que seja conciliado com o homem, de vez que as nações “[...] poderão assumir o controle da economia universal, respeitando os princípios da propriedade e da família que a civilização capitalista tem afirmado em teoria e negado na prática” (SALGADO, 1931d).

Essas propostas são amplamente difundidas pela Ação Integralista Brasileira que, a partir de outubro de 1932, transforma-se no principal partido da extrema-direita dos anos trinta em busca de Poder Político.

Na fase que vai de 1937 a 1945, com a presença do Estado Novo, o integralismo apresenta-se já despojado de sua ação política efetiva. A tônica política da produção teórica de Plínio dá lugar à perspectiva católica que, na realidade, jamais deixará de estar presente em seu pensamento, ainda que subordinada ao seu entendimento peculiar do catolicismo. O doutrinador político cede, em parte, seu lugar ao doutrinador cristão, aderindo, expressamente, àquilo que ele chamava de “democracia cristã” fundamentada, segundo ele, na “sua” interpretação das encíclicas papais.

De 1945 a 1946, ocorre uma nova inserção do movimento na reconstitucionalização liberal-democrática do País. O integralismo, como doutrina, é declarado um “estado de espírito” e uma “mentalidade” permanente, enquanto sua práxis se amolda aos novos padrões políticos,

rearticulando-se sob a forma de partido, o Partido de Representação Popular, que virá a ser extinto pelo Ato Institucional nº 2, de outubro de 1965, como também os demais partidos.⁴⁴

Muitas foram as semelhanças, assim como muitas foram as divergências entre os fundamentos conceituais e políticos que deram vida aos discursos de Jackson de Figueiredo, Alceu Amoroso Lima e Plínio Salgado.

Resta, ainda, prosseguir nesse exercício de sistematização e indicar como esses autores, em seus escritos, elaboraram suas propostas direta ou indiretamente relacionadas com o campo educacional para o Brasil. É o que se fará a seguir.

⁴⁴ A reinserção é realizada por meio de uma reavaliação doutrinária do integralismo que se preocupa em evidenciar seu caráter “democrático”, compatibilizando-o adequadamente à nova realidade política emergente no País (MEDEIROS, 1978).

CAPÍTULO III

PROPOSTAS EDUCACIONAIS DOS AUTORES

1 A educação no decênio de 20: uma sucinta introdução ao Capítulo III

No decênio de 20, como um dos mais manifestos resultados das transformações sociais mencionadas no Capítulo I, abre-se um amplo espaço para as propostas de um movimento nacional em prol da educação. O que concede à educação, naqueles tempos, grande relevância política é a crença, por muitos compartilhada, “[...] em seu poder de moldar a sociedade a partir da formação das mentes e da abertura de novos espaços de mobilidade social e participação” (SCHWARTZMAN et al., 2000, p. 69).

Por um lado, acredita-se que, pela multiplicação das instituições escolares, da propagação da educação escolar, é possível incorporar grandes camadas da população na busca pelo progresso nacional e colocar o Brasil no caminho das grandes nações do mundo. Por outro lado, existe a crença de que determinadas formulações doutrinárias sobre a escolarização podem indicar a direção para a formação do novo homem brasileiro, cujo exemplo de maior repercussão no campo da educação brasileira será a projeção heterogênea, mas contínua, de múltiplas tendências defensoras do escolanovismo.

A questão educacional, naqueles anos, torna-se tema altamente politizado, atraindo os grandes talentos e provocando os maiores conflitos. Há os que preferem a educação humanística sobre a técnica; os que defendem o ensino universal contra os que preferem escolas distintas para cada setor da sociedade; os que se preocupam com o conteúdo ético e ideológico do ensino contra os que favorecem o ensino leigo e agnóstico. Há os defensores da escola pública e os guardiões da iniciativa privada; os que propõem toda ênfase na formação das elites e os que dão ênfase à educação popular. Contudo, a maior parcela concorda que optar por essa ou aquela forma de

organização, controle ou orientação pedagógica significa levar a sociedade para rumos totalmente distintos, de salvação ou tragédia nacional.⁴⁵

Jackson de Figueiredo, Alceu Amoroso Lima e Plínio Salgado, cada um de modo bastante singular, em menor ou maior grau e com objetivos por vezes discordantes e por vezes congruentes, elaboram propostas educacionais e indicam caminhos que deveriam ser trilhados pelo povo brasileiro e por seus representantes. É o que se verá a seguir.

2 Jackson de Figueiredo: propostas educacionais de um pensador assumidamente reacionário

Na esfera educacional, Jackson de Figueiredo elabora poucas propostas e, quando as faz, por meio do que denomina de “Pedagogia da Ação”, seus objetivos estão voltados para a convocação e mobilização das massas. O pensador, percebendo o processo de modernização que se alastra no campo cultural, econômico e social brasileiro, convoca o povo a pensar sobre os “perigos” do liberalismo e sobre a “ameaça” revolucionária. Em grande parte, seus apelos são direcionados à juventude, pois nela seu ideário encontra acolhida.

Figueiredo, após converter-se ao cristianismo, sente-se imbuído do espírito de missão e preocupa-se mais em afastar o País da desordem, por meio da modificação da conduta de seus representantes tendo em vista uma política de conteúdo moral, isto é “justa, honesta e sadia”, do que em escolarizar o povo brasileiro.

Nos editoriais da revista *A Ordem*, a preocupação partidária de Jackson de Figueiredo ganha forma e se faz presente. A revista, como destacado no Capítulo I, apresenta em suas páginas, no período em que Figueiredo permanece como diretor, artigos de cunho político, com vocação para a polêmica.

⁴⁵ Cf. SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000.

Corroborando essa tendência, mas propondo, ao mesmo tempo, uma inflexão, Alceu Amoroso Lima, ao aceitar a direção da revista, ressalta que ela assumirá feições diferentes, feições mais voltadas para a cultura geral, arrefecendo as reverberações partidárias de seu antecessor.

[...] A Ordem perderá naturalmente o caráter político, que em tempo possuiu, e que só a genealidade do nosso fundador conseguia manter, nesses horizontes atormentados e sombrios de nossos destinos. Nossa ambição é mais modesta, como mais fraca as nossas forças. A Ordem passa agora a ser uma revista catholica de cultura geral, visando mais a inteligência que os acontecimentos (LIMA, 1928b).

Contudo, Jackson não deixa de se manifestar, ainda que fragmentariamente, a respeito da educação escolar e, em seus escritos, deixa poucas indicações do que seria, a seu modo de ver, necessário para o desenvolvimento social e cultural do povo brasileiro do ponto de vista educacional.

Na sua concepção de processo de desenvolvimento social e cultural, Jackson aponta dois domínios privilegiados: o domínio das “letras” e o da educação, distinguindo a última da simples instrução, apregoando uma “educação social”, destacando nela a disciplina moral, a existência de princípios definidos, pelos quais se obteria a arregimentação das “[...] energias naturalmente dispersas” (FIGUEIREDO, 1919a, p. 12). Deveria ser ensinado o respeito, a valorização da autoridade, inclusive dando primazia sobre a liberdade (FIGUEIREDO, 1925a). Tal educação, de modo algum poderia ser laicizada, visto que isso significaria, em seu entender, um mal maior do que o ensino de princípios religiosos opostos à fé católica (FIGUEIREDO, 1922a). Por meio da educação do intelecto, como compreende Figueiredo, obtém-se a educação do caráter, que significa a adesão aos valores da ordem, da disciplina e da subordinação.

No momento em que desponta como liderança, o pensador prega a educação, e a educação religiosa, como medidas eficazes no ensino e na conduta moral; não acha a alfabetização, pura e

simples, medida eficaz para formar um cidadão para a prática do trabalho, para realizar opções conscientes e obter uma sobrevivência digna. Ele argumenta que é preciso muito mais com esforços conjuntos de Governo, Igreja, classe empresarial etc.

Figueiredo assimila a visão paternalista da época e atribui à elite pensante e governante a tarefa de encontrar meios práticos persuasivos de informar e educar o povo a fim de estabelecer e manter a ordem. Seu lema é informação e educação moral para formação de uma população civilizada em sua maioria, pois seria preciso evitar a revolução que, segundo ele, traz, em termos de Brasil, o caos.

No tocante às “letras”, Jackson confere ao termo a significação mais ampla possível, o que para ele significa incluir a totalidade do domínio das idéias objetivas sob a forma de escritos: literários, políticos, filosóficos e, mesmo, o jornalismo, sendo esse domínio a esperança de salvação do povo em decadência (FIGUEIREDO, 1944). A conjunção dessas formas ofereceria uma força propulsora capaz de desenvolver toda cultura como resultado de um esforço dirigido de espiritualização. Em seu pensamento político, tudo isso é anunciado como verdade integral, dádiva exclusiva da Igreja Católica. A escassez de argumentos diretamente relacionados com o tema da educação é compensada pela abundância de exemplos de reflexões sobre o tema nas obras de Lima e Salgado.

3 Alceu Amoroso Lima: um pensador católico em frente a questões educacionais

Alceu Amoroso Lima, além das funções que ocupa na LEC e na ACB nos anos 30, e parte dos anos 40, tendo uma ação política marcante, posiciona-se diante de questões educacionais de nosso país. Por isso, segundo Cauvilla (2000), costuma ser citado como educador.

Verificamos sua presença no campo da educação, particularmente nos anos 30, além de sua presença no Conselho Nacional de Educação e no Conselho Federal de Educação durante 35 anos (1935-1969).

No âmbito das possibilidades de atuar como educador, o pensador participa de três concursos para obtenção de cátedras no ensino superior. Em 1930, Alceu se dispõe a concorrer à Cátedra de Sociologia da Escola Normal do Rio de Janeiro, mas o concurso não se realiza devido à Revolução de Outubro. Todavia, a tese preparada para essa ocasião é publicada com o título de “Esboço de uma Introdução à Economia Moderna”, posteriormente simplificada para “Introdução à Economia Moderna”.

Em 1932, inscreve a tese “Economia Pré-Política” na Faculdade Nacional de Direito, mas é derrotado no concurso.

Em 1933, é derrotado, na mesma Faculdade, em concurso para Cátedra de Introdução à Ciência do Direito, concurso em que inscreve a tese “Introdução ao Direito Moderno”. Ambas as teses são publicadas posteriormente.

Em 1935, Alceu é eleito para a Academia Brasileira de Letras e passa, também no mesmo ano, a fazer parte do Conselho Nacional de Educação, no qual permanece até 1969.⁴⁶ Em 1937, é nomeado reitor da Universidade Federal, cargo que ocupa por alguns meses.

Lima chega a ser convidado para dirigir a Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (fundada em 1937 e funcionando a partir de 1939, tendo incorporado a então extinta Universidade do Distrito Federal, aparecendo como continuadora daquela que é considerada a primeira Universidade brasileira, a Universidade do Rio de Janeiro, criada em 1920). Recusa o convite, mas aceita ocupar a Cátedra de Literatura Brasileira nessa Universidade,

⁴⁶ Em 1962, o CNE passa a denominar-se Conselho Federal de Educação.

sendo nomeado catedrático interino em 1940. Em 1941 ocupa a mesma Cátedra na Faculdade Católica de Filosofia no Rio de Janeiro.

Com menor destaque, por não fazer parte do período delimitado para este estudo, mas não com menos importância, vale lembrar que, em 1947, Alceu torna-se, por concurso, catedrático efetivo das duas cadeiras que ocupa na Faculdade Nacional de Filosofia e na, já então, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Vale ainda recordar que Lima ocupa, em 1950, a direção do Departamento de Cultura da União Pan-Americana, em Washington; que é convidado, em 1954, pelo presidente da República, Café Filho, a ocupar o cargo de ministro da Educação, convite que recusa; em 1958 e 1959, leciona “Civilização Brasileira” na Universidade de Nova York; em 1959, juntamente com Villa-Lobos, recebe o título de Doutor Honoris Causa pela Universidade de Nova York; em 1963, recebe do presidente da República João Goulart a Ordem Nacional do Mérito e é eleito “Intelectual do Ano em 1964, recebendo o troféu “Juca Pato”, instituído pelo Jornal *Folha de São Paulo*.

Ao posicionar-se diante das questões educacionais, Alceu, em seus escritos, tece críticas à cultura intelectual brasileira e diz ser ela deficiente em qualquer grau ou ramo de ensino primário, secundário, superior ou profissional. O pensador afirma que, no Brasil, não há uma estrutura pedagógica formada e que o povo continua a sofrer do mal da preparação precipitada e superficial. Para ele, falta ao povo brasileiro “[...] uma tradição, uma disciplina, uma estrutura formadora e guia das admiráveis qualidades mentais inatas [...]” (LIMA, 1943, p. 133-134), decorrendo essa lacuna do fato de que

[...] ainda estamos resolvendo aqui problemas que há muitos já deveriam estar resolvidos, como os do ensino primário e secundário. E no entanto, ainda nos encontramos, mesmo nesse terreno, na fase dos planos parciais e das discussões, tantas vezes estéreis e bisantinas. O resultado é que a formação intelectual, tanto das classes dirigentes como das dirigidas, é positivamente incompleta e suprida pelo recurso do

auto-didatismo, escola de individualismo social e de anarquia mental
(LIMA, 1943, p. 134).

Lima, assim como Jackson de Figueiredo, mas com mais frequência, tece críticas severas ao ensino leigo que, segundo ele, “[...] cria e dissemina o pior dos venenos dissolventes das nacionalidades – a indiferença, o egoísmo, a vida sem finalidade superior. Em suma – o parasitismo social [pois,] em vez do homem servir a sociedade, passa a servir-se dela”. Como compreende o pensador, “[...] nenhuma nação sustenta essa inversão de valores [tendo-se como] [...] resultado sempre a decadência da raça e o declínio, quando não a morte, da civilização” (LIMA, 1943, p. 134).

Alceu revela compreender a educação como “formação integral” do indivíduo. Aquela que lhe possibilita, além de conhecer, vivenciar, incorporar valores morais, estéticos, religiosos; aquela que possibilita a passagem do indivíduo à pessoa; aquela cujo principal objetivo é tirar do ser humano todas as suas virtualidades, passando de mero animal intuitivo à personalidade racional e criadora; aquela que forma o homem segundo a sua forma perfeita, a sua “humanidade”, diferenciando-o das demais espécies (LIMA, 1943). Plínio Salgado, a seu modo, também defende a idéia de uma formação integral explicitada mais adiante, ainda neste capítulo.

Alceu aponta, no livro “Humanismo Pedagógico”, a “educação integral” como a função educativa que não deixa na sombra qualquer parcela da atividade humana, pois, segundo ele, parte do plano da técnica, passando pelo plano da ação, pelo da ciência e chegando ao da sabedoria.

Lima (1943, p. 78-80) argumenta que

[...] no plano da técnica, prepara-se o homem para dominar a natureza exterior [...]. É educação do trabalho e para o trabalho. É a arte de ensinar aos homens a dignidade da fabricação [...].

No Plano da ação, passa a primazia do fazer ao agir. Já não é a técnica que mede a tarefa educativa, e sim a atividade imanente do homem.

Educa-se o conhecimento, não mais para alterar fisicamente a natureza e sim para mover a vontade [...].

No plano da ciência, o que domina já não é mais a atividade prática e sim a doutrinária. Não se comunica aí o conhecimento para a ação e sim pelo próprio conhecimento. A escola, nesse plano, é um instrumento não mais de trabalho produtivo ou de ação moral e sim de saber [...].

A última, a mais alta de todas, a que representa a medida dos demais, pois tudo afinal a ela se reduz, é a tarefa que se passa no plano da sabedoria. Nesse plano supremo, a ciência se faz amor. A sabedoria é a inserção do divino no humano e a ascensão do homem a Deus [...]. Todo trabalho de análise das ciências experimentais, das ciências normativas e especulativas, tudo se resolve na unidade suprema de uma atitude religiosa de respeito perante a última fonte e o destino final de todas as coisas. E aí se coloca também a personalidade humana em sua plenitude e em sua unidade e não mais dividida em seus aspectos parciais, de operação, de ação e de saber. A educação termina aí a sua função de espiritualizadora do homem e da sociedade [...].

Assim, com intuito de formar o homem integral, ao indivíduo deveria ser dada a cultura geral, pois essa seria, segundo ele, quando fiel à sua natureza intrínseca, capaz de dar-lhe consciência de suas três dimensões, no sentido próximo, no sentido de si próprio e no sentido de Deus. Para Lima (1943), o homem não é apenas o que Deus e a natureza lhe deram, mas também o que fazem os outros e o que ele próprio faz de si.

Contudo, essa valorização da cultura geral não impede, de acordo com o autor, a valorização da cultura específica, pelo contrário, a valoriza, pois, como ele compreende, nenhuma cultura geral verdadeira é possível sem especialização (LIMA, 1943).

Lima considera que “[...] a preparação pedagógica de um povo, o seu ensinamento, o aperfeiçoamento e a informação de suas qualidades nativas – sejam de razão, sejam de vontade, sejam de temperamento, têm como finalidade a cultura de um povo” (LIMA, 1943, p. 143). Destarte, defende o tríptico desenvolvimento da cultura, ou seja, o desenvolvimento físico, intelectual e espiritual.

Em relação à cultura física, o pensador adverte que

[...] deve visar não a hipertrofia muscular, o culto do corpo ou uma eugenia materialista e unilateral e sim a formação biológica sadia e normal, como elemento de participação substancial com um espírito normal e sadio (LIMA, 1943, p. 143).

A cultura intelectual, ao modo de ver de Alceu (1943, p. 143), “[...] não pode ser encarada sob qualquer um de seus aspectos e sim sob todos e ao mesmo tempo [...]”, sendo

[...] quatro [...] os aspectos fundamentais da formação cultural intelectual de um povo – a formação da massa, pelo ensino primário; a formação das elites das massas, pelo ensino profissional; a formação das classes médias e em geral das massas evoluídas, pelo ensino secundário; a formação enfim das elites intelectuais pelo ensino superior, em suas variadas ramificações (LIMA, 1943, p. 143-144).

Ao abordar a relação entre elites e massas – preocupação observável em escritos dos três autores, cada qual com suas devidas peculiaridades – Alceu argumenta que a sabedoria, inata ou adquirida, é que faz a

[...] união essencial entre a cultura mais elevada e a ignorância mais inculta [...]. A sabedoria do simples de espírito e deficientes de saber adquirido é que faz, por exemplo, dos analfabetos, criaturas freqüentemente mais próximas dos homens verdadeiramente cultos, do que daqueles cuja meia-cultura é mais perniciosa do que a ignorância pura e simples [...] (LIMA, 1938).

No plano da cultura espiritual, o pensador ressalta que quatro grandes virtudes morais devem governar a vida dos homens – a prudência, a justiça, a temperança e a força – sendo elas também as responsáveis por dirigir a vida coletiva de um povo. Desse modo, ao se referir à cultura espiritual, não hesita em dizer:

À cultura moral e religiosa generalizada, não mutilada em sua atuação e reduzida a mendigar sua entrada nas escolas públicas, quase como clandestina, quando devia ser por toda parte a mestra, a guia e a medida de tudo mais, – a essa cultura é que compete a tarefa unificadora e vivificadora de tudo mais (LIMA, 1943, p. 146).

É também relevante notar que Alceu está consciente da relação entre a cultura individual e a cultura social.

[...] o que faz o homem passar da miséria à grandeza, dos abismos a que pode descer às altitudes a que pode aspirar [é] o arado da inteligência e do coração alheios, preparando o coração e a inteligência dele mesmo [...]. Há três elementos em toda formação humana – a natureza, a educação e a consciência. Isto é, a obra de Deus, a obra dos outros e a nossa própria obra. O homem é produto dessa tríplice colaboração. E no respeito à atuação proporcional de cada uma que está o segredo da verdadeira formação da personalidade e da civilização (LIMA, 1943, p. 292-293, grifo do autor).

Nesse sentido, visando ao tríplice desenvolvimento da cultura, quando questionado sobre os princípios que devem orientar a educação no Brasil, Lima aponta duas séries deles, sendo uma de ordem geral, incluindo aqueles que devem orientar toda tarefa pedagógica sem nenhuma consideração histórica ou mesológica, e a outra a que deve orientar a educação no Brasil, tendo em vista as condições particulares do País, de sua gente, de sua civilização.

Na palestra realizada no Salão da Escola Nacional de Belas Artes, para responder ao inquérito expedido pelo Ministério da Educação, em torno do Plano Nacional de Educação, a ser elaborado, o pensador descreve os princípios pedagógicos gerais, a saber:

- 1º - A educação existe para o homem e não o homem para educação. A educação é um meio e não um fim.*
- 2º - A educação tem por fim levar o homem à plenitude de sua humanidade. A educação é uma ciência e uma arte.*
- 3º - A educação prepara o indivíduo para comunidade e esta para a pessoa. A educação é, simultaneamente, obra individual, coletiva e pessoal.*
- 4º - A educação hierarquiza as atividades naturais e sobrenaturais do homem. A técnica, a ação, a ciência, e a sabedoria, isto é, o homem e a natureza; o homem e a sociedade; o homem e o conhecimento; o homem e Deus constituem os quatro momentos capitais de uma educação integral.*
- 5º - As autoridades educativas são, na ordem natural, a família e o Estado; na ordem sobrenatural a Igreja; em ambas – a Pessoa. A escola é um grupo social subsidiário, se bem que autônomo, e não independente e completo (LIMA, 1943, p. 15-39).*

No plano dos princípios especiais, ou seja, dos princípios “[...] que devem orientar a tarefa pedagógica no Brasil, para o Brasil” (LIMA, 1943, p. 29), Lima destaca os princípios que, segundo ele, parecem exprimir o sentido a ser assumido pela educação para Nação Brasileira.

1º - O homem brasileiro é subordinado à sua nacionalidade em tudo que não contradiga ou desvirtue a sua humanidade. A Nação não é uma categoria absoluta e sim relativa.

2º - O Brasil constitui um todo que deve ser conservado. Toda educação, no Brasil, deve ter em vista manter a unidade nacional.

3º - A unidade nacional não suprime e apenas integra as variedades regionais. É preciso combinar harmoniosamente a autonomia pedagógica dos Estados com a autoridade centralizadora da União.

4º - A educação, no Brasil, está subordinada às condições mesológicas, biológicas, psicológicas e históricas de sua civilização. Toda imitação ou transposição pedagógica só é válida quando em harmonia com essas condições fundamentais.

5º - Para alcançar os seus fins, individuais e nacionais, deve a educação no Brasil ter um caráter: personalista, doméstico, corporativo, cristão. Toda forma de educação que contrariar esses postulados desserve [sic.] a formação do Brasil e do brasileiro (LIMA, 1943, p. 30-39).

Assim, Alceu revela ver no destino humano do professor uma tríplice missão de ordem científica, de ordem social e de ordem moral. De ordem científica, pois, como compreende o pensador, é dever do professor primeiro aprender para depois ensinar. De ordem social, porque o ato de ensinar é “[...] uma ação que repercute, de tal modo, na sociedade que esta não pode desinteressar-se daquela, nem pode o catedrático fechar-se orgulhosamente num círculo limitado de ação puramente intelectual” (LIMA, 1943, p. 232). Para Lima, o professor é um civilizador, porque por ele se processa, em grande parte, o trabalho de progresso social, que visa à elevação constante do nível de humanização da sociedade. De ordem moral porque, segundo Lima, a função moral do didata, além de mostrar que uma educação sem Deus é falha e sem fundamento, é a de mostrar que “[...] Deus se reflete, em cada homem, na luz de sua própria consciência e que educar não é apenas civilizar a sociedade e sim iluminar cada um de seus membros” (LIMA, 1943, p. 239).

Alceu argumenta que o docente não é apenas um transmissor de conhecimentos, mas também um formador de personalidades, estando nisso a maior grandeza de sua tarefa. Desse modo, destaca, assim como o faz Plínio Salgado, o papel da família na educação afirmando ser a instituição familiar a maior responsável pelas qualidades morais que definem o caráter individual da pessoa.

A família é, por natureza, a reveladora, a dignificadora, a aperfeiçoadora da vida humana em todas as suas possibilidades ocultas [...]. A função educativa é [...] função tão natural da família quanto sua função germinativa. É até função mais alta, não só porque lhe é característica, ao passo que a atuação proliferante é comum a todo ser vivo, mas ainda porque representa o exercício e a aplicação aos frutos do amor do que há de mais elevado e nobre na espécie – a consciência. Ao passo que a germinação é obra do instinto. A distância dignificadora que separa a consciência do instinto é a mesma que separa a função meramente prolífica da família de sua função educativa. A grande dignidade da família está em completar a obra do instinto pela consciência; está em não se limitar a dar a vida, mas ainda a integralizar essa vida dada, em levá-la à sua plenitude (LIMA, 1943, p. 256-257).

Alceu ainda aponta três outros grupos que diz considerar terem na tarefa educadora uma obrigação toda especial: A Igreja, a Escola e o Estado.

A Igreja, porque o homem é um ser ao mesmo tempo natural e sobrenatural. E o seu destino sobrenatural excede de tão longe seu destino natural, quanto o criador excede a criatura. Ora, cabe à Igreja, sociedade, perfeita como o Estado, cuidar do destino sobrenatural do homem [...]. Só a Igreja pode cristianizar o ser humano. A incorporação ao Cristo é tarefa fundamental da revelação e do aperfeiçoamento de virtualidades nativas do homem. A educação para vida sobrenatural é, pois, tarefa específica da Igreja [...].
A Escola devido à insuficiência da Família no exercício intelectual de sua função educativa.
O Estado porque cabe a ele amparar e estimular todas as iniciativas particulares honestas [...], cabe fazer as distinções necessárias entre as iniciativas úteis e as utilitárias [...]. Finalmente, cabe ao Estado o direito de exercer certa fiscalização sobre o modo como as famílias cumprem seus direitos pedagógicos (LIMA, 1943, p. 259-267).

Contudo, Lima adverte constantemente, em seus escritos, que a educação é um direito da família e que a escola a completa, substituindo-a somente no caso de insuficiência ou desaparecimento.

Logo, o pensador destaca a importância da mulher na tarefa educativa da família, afirmando ser indispensável, no mundo atual, um movimento social que restitua a mulher, sempre que possível, ao lar, devendo lembrar, segundo ele, que “[...] a mulher que renegue a sua natureza é muito pior que o homem em seus defeitos” (LIMA, 1940, p. 190).

Ele atribui à mulher grande parcela da tarefa educativa no lar por considerar ser ela mais forte que o homem em seu desprendimento pelos filhos, em sua tenacidade, em sua paciência, em seu espírito de renúncia.⁴⁷

Na obra educativa, mais que em qualquer outra, só o amor é fecundo e criador. Por isso há tanta afinidade entre a maternidade e a educação. As mulheres são professoras natas, em geral, porque têm por natureza a vocação da maternidade. Essa vocação é a mais bela possível, porque é uma colaboração direta da própria obra de Deus (LIMA, 1943, p. 296).

Lima (1940, p. 191) argumenta que a mulher se revela pelo seu espírito de servidora da vida e, para ele,

Servir à vida – é o destino orgânico da mulher e o fundo de sua natureza moral. Ela serve à vida, transmitindo-a a outros seres, na tarefa mais sublime de sua natureza; serve à vida, como educadora nata da infância, como conselheira do homem, como elemento insubstituível de reconciliação do homem com a existência.

Esse autor ressalta também que “[...] a mulher sente-se a si mesma como colaboradora da vida e compreende a esta como qualquer coisa que transcende infinitamente, e que é preciso servir com amor e obedecer com humildade e paciência” (LIMA, 1940, p. 192). Assim, de acordo

⁴⁷ Cf. LIMA, 1940.

com esse autor, tende mais sobre a mulher o dever de educação moral e religiosa de seus filhos.⁴⁸

Plínio Salgado, em sua obra, também ressalta as funções da mulher no lar, conferindo-lhe atribuições no que diz respeito à educação da prole. Tal aspecto será abordado no tópico seguinte.

4 Plínio Salgado: propostas educacionais para formação da Nação

Na esfera educacional, os valores ressaltados e difundidos pelo integralismo são a obediência e a disciplina, exigindo de seus membros um juramento de fidelidade e obediência à sua doutrina e ao Chefe Nacional.

Nessa direção, o integralismo afirma estar realizando “a renovação espiritual” e, para tanto, apresenta-se como redentor da massa popular, do povo que é, na concepção de Salgado, “o monstro inconsciente e estúpido”, o povo que é visto por esse pensador como o inapto, o despreparado, o imaturo, o incapaz, o inconsciente, o ingênuo.

Nesse ponto, convém lembrar do já visto nos Capítulos I e II, que o pensamento do Chefe Nacional, por muitas vezes, confunde-se com a doutrina integralista, porque, em grande, parte quem a estrutura e a organiza é mesmo Plínio Salgado.

Esse “povo-criança”, segundo o pensador, presa fácil de políticos desonestos, de falsas promessas, precisa ser educado, aliás, muito mais do que educado, esse povo precisa ser vigiado: “Em 30, a minha palavra foi a mesma de 32: é preciso educar, educar, educar. Hoje, acrescento outra palavra: educar e vigiar [...]. Hoje temos de educar como uma sentinela à porta da Grande Escola” (SALGADO, 1937b, p. 66).

Com a finalidade de “orientar” e “disciplinar a liberdade”, para educar vigiando, a obediência e a submissão, a subserviência e a “fidelidade aos superiores” são exigidas, desde muito cedo, por meio da “Cartilha do Pliniano”, na qual se encontram estabelecidos os deveres do

⁴⁸ Cf. LIMA (1940).

jovem integralista. Observa-se, em tal documento, que morrer pela pátria e pelo Chefe Nacional deve ser a maior ambição do jovem integralista.

Os escritos de Salgado alegam que o integralista deve jurar por Deus e por sua honra trabalhar para a Ação Integralista Brasileira executando o comando do Chefe e de seus superiores hierárquicos, cumprindo todos os seus compromissos a fim de manter-se como membro do movimento. As páginas desses documentos ressaltam que ao integralista não compete discutir as ordens de seus superiores hierárquicos, mesmo que absurdas porque isso gera desordem e anarquia:

O integralista nunca deixará de cumprir uma ordem de seus superiores, ainda quando a julgue errada, porque uma ordem certa e discutida torna-se mais perniciosa do que uma errada e cumprida, porque esta, pelo menos, prestigia o princípio de autoridade e revela em quem obedece, um trunfo moral sobre si próprio (SALGADO, 1955, v. X, p. 29).

Salgado aponta que a exigência da obediência justifica-se na medida em que se afirma que quem não sabe obedecer jamais saberá comandar. Fundamental é, segundo ele, que o integralista saiba obedecer, já que o integralismo é, também, uma “escola de comandantes” (SALGADO, 1955, v. X).

A obediência e submissão dos seus quadros são buscadas pela AIB como uma exigência moral, e asseguradas, inclusive, por meio de seus Estatutos. Nesse sentido, os arts. 7º, 8º e 9º do título II – Capítulo I, da Chefia Nacional, dos Estatutos da AIB são bastante esclarecedores:

Artigo 7 – É proibido, sob pena de exclusão automática, a qualquer integralista, comentar os atos do Chefe Nacional;

Artigo 8 – É vetado aos integralistas interpelar o Chefe Nacional sobre qualquer assunto relativo ao exercício de sua função, assim como dar opiniões sem haver para isso a necessária solicitação;

Artigo 9 – Para os integralistas a pessoa do Chefe é intangível;

A idéia de redenção pela abnegação, do sofrimento e do sacrifício é amplamente utilizada pelo movimento como meios para despertar a Nação e a alma de um povo: “A alma de um povo só se desperta com sacrifício e dor” (SALGADO, 1935a, p. 197). Criou-se uma mística do sofrimento, sendo preciso sofrer para alcançar a salvação nacional.

Apesar das perseguições, o integralista deve continuar a “marchar com firmeza” rumo ao futuro, engrossando a massa dos que já foram contagiados pelas “idéias fascinadoras” (SALGADO, 1937b, p. 88). Ao integralista é ensinado que ele não só deve suportar resignadamente esse sofrimento, mas também tirar dele prazer:

Aos verdadeiros integralistas não importa o término da luta, porque os inebria a própria luta [...]. Lutar: eis a grande alegria deste movimento. Encontrar dificuldades: eis a nossa volúpia. Sermos perseguidos: eis o motivo poemático. Sermos incompreendidos: eis um prazer singular que nos mostra uma superioridade deliciosa (SALGADO, 1937b, p. 6).

Portanto, para que seus membros se tornem “soldados” obstinados a defender a Nação, o integralismo visa à formação completa do homem, do ponto de vista físico, moral e intelectual e objetiva “[...] a realização plena de sua personalidade segundo sua natureza e seu destino. O papel, por conseguinte, da Educação, é dar ao homem meios para que essa realização se efetive [...]” (SALGADO, 1959, v. IX, p. 8), evitando, a todo custo, unilateralidade dos sistemas educacionais predominantemente esportivos, científicos etc.

Nessa direção, a idéia de “educação integral para o homem integral” apresenta-se como uma constante do discurso pliniano. Salgado, ao falar sobre a formação do integralista, afirma que o verdadeiro ideal educativo é o que se propõe a educar o homem todo, sendo o homem todo, a seu modo de ver, o conjunto do homem físico, do homem intelectual, do homem cívico e do homem espiritual.

Desse modo, Salgado argumenta que ao homem físico devem ser dados meios adequados ao cuidado da saúde; ao homem intelectual devem ser dadas escola e cultura; ao homem

espiritual devem ser ensinados os deveres com Deus, consigo e com o próximo; e ao homem cívico devem ser ensinados os deveres com a pátria.⁴⁹

Com a finalidade de transmitir a seus membros cultura e uma moralidade própria, compreendendo a importância da educação para “revolução de espírito”, o integralismo mantém uma rede de escolas que funciona nos núcleos Municipais e Distritais, podendo ser percebido claramente o doutrinamento integralista das crianças que freqüentam essas instituições.⁵⁰

O público-alvo da “revolução de espírito”, por meio da educação integral, é constituído pelas massas integralistas ou não e também pelas elites. Logo, o movimento integralista se processa num duplo sentido: o da arregimentação disciplinar das suas legiões e o da formação de suas elites.

Para a “arregimentação disciplinar”, promove-se a “doutrinação”. Essa se destina às “[...] massas integralistas ou não, com o fim de esclarecer a consciência pública sobre os grandes problemas sociais e políticos encarados pela AIB”. Com tal objetivo, o integralismo desenvolve “viva a propaganda por todo o Brasil” (SALGADO, 1959, v. IX, p. 149). A idéia de forjar o movimento é amplamente utilizada pela AIB.

A “formação das elites” se dá por meio dos “estudos integralistas” e dos “altos estudos integralistas”,⁵¹ organizados pelos “Departamentos de Estudos” que, por sua vez, são supervisionados pelo Departamento Nacional de Doutrina.

Os técnicos para os Departamentos de Estudos e os doutrinadores para a propaganda nacional da AIB são formados por meio dos “Estudos Integralistas”, enquanto as “elites” são

⁴⁹ Cf. SALGADO, 1959, v. IX.

⁵⁰ Ver anexo J, foto 8, p. 156.

⁵¹ Decreto que regulamenta a Instrução Doutrinária Entre Integralistas. Artigo I, assinado em 25 de maio de 1934. 1959. In: SALGADO, Plínio. (Org). 1959. *Enciclopédia do integralismo*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira. p. 150. v. IX.

formadas pelos “Altos Estudos”. Estes últimos “[...] visam apenas a cultura superior das elites integralistas ou a habilitação para funções que o Chefe Nacional lhes reservar”.⁵²

Os cursos de “Estudos Integralistas”, com duração regular de oito meses, são compostos por seis disciplinas: História Social Brasileira, Introdução à Sociologia Geral, Noções de Direito Corporativo, História das Doutrinas Econômicas, Noções Gerais de Organizações políticas e História Militar Brasileira.

Nos cursos de “Altos Estudos”, com duração de dez meses, compostos por cinco disciplinas, estuda-se Teoria do Estado, Organização Nacional Corporativa, História do Estado, Filosofia Social e Filosofia da Pedagogia.⁵³

Ao final desses cursos, os integralistas são submetidos a um “exame final de licenciamento” que “não admite notas ou gradações”, mas que os habilita à doutrina de propaganda”.⁵⁴

No processo de preparação para a revolução de espírito, a mulher desempenha importante papel, principalmente nos setores educacionais, pois, segundo Salgado, tem ela grande contribuição a dar, desde que seja de forma ordenada, na tarefa de educação da consciência nacional, encontrando a verdadeira esfera de função adequada ao sexo e aos seus deveres cristãos, no desempenho de funções do lar e da família, fundamentais para educação da prole (SALGADO, 1955, v. VIII).

Para desempenhar adequadamente seu papel, a cultura e o estudo não são a elas negado, pelo contrário, exige-se a cultura e o aperfeiçoamento de espírito, pois, de acordo com Salgado, somente a cultura pode conduzir a uma nova era, a uma revolução interior.

⁵² Decreto que regulamenta a Instrução Doutrinária Entre Integralistas. 1959. In: *Enciclopédia do integralismo*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira. v. IX. p. 150.

⁵³ Idem. Arts. 5º e 6º.

⁵⁴ Idem. Arts. 8º e 9º.

Nessa direção, para o sucesso pedagógico, de acordo com a visão integralista, o lar e a escola não podem marchar separados, pelo contrário, devem solidarizar-se permanentemente entendendo-se um com outro, visando sempre ao progresso social: “O primeiro dos grupos naturais é a família, essa pequena República onde o Homem exercita o magistério de sua dignidade e da sua responsabilidade” (SALGADO, 1959, v. I, p. 178).

Logo, na concepção integralista, torna-se indispensável o saneamento da família pela educação, pela assistência e pela propriedade do lar e da terra, cabendo às escolas integralistas o dever dominante de cultivar nos alunos o sentimento vivo da responsabilidade da família e do lar no conceito social. A escola deve ser, ainda, um prolongamento ou uma expressão da vida familiar, pelas atividades comuns a uma e outra. Nessa busca de entendimento recíproco é que deve a mulher exercer as funções a ela destinadas (SALGADO, 1955, v. VIII).

A presença oficial feminina na AIB, na qualidade de membros efetivos, que são chamados de blusas-verdes,⁵⁵ é definida institucionalmente a partir do Regimento da Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e Plinianos (SNAFP), aprovado em 10 de agosto de 1936, obedecendo aos princípios hierárquicos da agremiação.

A SNAFP é composta pelos Departamentos Feminino e dos Plinianos e ambos seguem as diretrizes gerais e disciplinares contidas no Estatuto da organização e subdividem-se nos Departamentos Nacional, Provincial, Municipal e Distrital.

O Departamento Feminino tem por objetivo “[...] orientar, dirigir, controlar e arregimentar as atividades Femininas no Movimento”.⁵⁶ Ao Departamento dos Plinianos cabe “[...] reunir,

⁵⁵ Ver anexo J, foto 11 e 12, p. 158.

⁵⁶ Regimento da Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e dos Plinianos. Departamento Feminino, art. 1º.

disciplinar e educar, através da escola ativa, todos os brasileiros, de ambos os sexos, até 15 anos de idade, de modo a realizar o seu aperfeiçoamento moral, cívico intelectual e físico”.⁵⁷

O Departamento Nacional Feminino é composto por cinco Divisões: Expediente, Cultura Física, Educação, Estudos e Ação Social. Cabe à Divisão de Expediente, que se subdivide nas seções de Estatística e Correspondência, Pessoal e Arquivo, “[...] manter e dirigir todo o serviço de Expediente do Departamento”.⁵⁸

Sob a responsabilidade da Divisão de Cultura Física fica a orientação às integralistas no que se refere ao desenvolvimento físico, assim como a manutenção de aulas de ginástica e prática dos esportes “apropriados ao sexo feminino”.⁵⁹

A Divisão de Educação, uma das mais importantes e atuantes dessa Secretaria, deve orientar as atividades femininas nos setores de Alfabetização, Enfermagem, Puericultura, Datilografia, Culinária, Corte e Costura, Boas Maneiras e Contabilidade Caseira e Economia Doméstica.⁶⁰

A “cultura” e “o aprimoramento do espírito” da mulher integralista são buscados por meio das ações da Divisão de Estudos. Essa Divisão, compreendida pelos setores de “Cursos e Conferências”, tem como objetivo não só “[...] promover e orientar cursos especializados de Sociologia, Filosofia e Pedagogia,⁶¹ [assim como,] promover sistematicamente [...]” conferências sobre Economia Social, Geografia Humana, Literatura, Arte e Formação Moral e Cívica.⁶²

⁵⁷ Regimento da Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e dos Plinianos. Departamento dos Plinianos, art. 1º.

⁵⁸ Regimento da Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e dos Plinianos. Departamento Feminino, IV-Das Divisões. Divisão de Expediente, art. 7º.

⁵⁹ Regimento da Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e dos Plinianos. Departamento Feminino, IV-Das Divisões. Divisão de Cultura Física, art. 8º.

⁶⁰ Regimento da Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e dos Plinianos. Departamento Feminino, IV-Das Divisões. Divisão de Educação, art. 9º.

⁶¹ Regimento da Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e dos Plinianos. Departamento Feminino, IV-Das Divisões. Divisão de Estudos, art. 10º, § 1º.

⁶² Regimento da Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e dos Plinianos. Departamento Feminino, IV-Das Divisões. Divisão de Estudos, art. 10º, § 2º.

Finalmente, é de competência da Divisão de Ação Social, por meio dos setores Lactários, Bandeirantes e Dispensários, “[...] aplicar no terreno social as atividades das integralistas, contribuindo assim de maneira eficiente e constante para o melhoramento material e moral das condições de vida da família brasileira”.⁶³

A Divisão de Ação Social, juntamente com a Divisão de Educação, ainda é amplamente utilizada pelo movimento integralista para divulgar a doutrina do Sigma. Por meio de suas atividades, realiza propagandas e doutrina quem a esses núcleos comparece.

Essas atividades de caráter político-ideológico que também se traduzem em práticas culturais e esportivas, devem formar a nova geração de mulheres brasileiras, consolidando, em primeira instância, um tipo de ação social que visa à defesa e à manutenção dos fundamentos da família cristã brasileira:

*[...] criar uma consciência feminina no Brasil, de acordo com os princípios da doutrina integralista, e uma atitude feminina ordenada, em todos os campos que lhes são próprios, despertando e habilitando assim a mulher brasileira para o cumprimento de sua missão na família e na pátria.*⁶⁴

Contudo, o aproveitamento das energias femininas pela AIB não só ocorre para “educação da consciência nacional”, como é apregoada, mas, sobretudo, para a formação de uma massa eleitoral integralista, principalmente a partir de 1935, quando o movimento transforma-se em partido. Tal aproveitamento engrossa a massa eleitoral por duas vias: pela “preparação e qualificação eleitoral” de adultos, por meio da alfabetização, e pela convocação das blusas-verdes ao exercício do voto.

⁶³ Regimento da Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e dos Plinianos. Departamento Feminino, IV-Das Divisões. Divisão de Ação Social, art. 11º.

⁶⁴ Regulamento da Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e dos Plinianos, criada em 1936.

Em 1937, por meio de uma de suas diretrizes enviadas a todas as Secretarias Provinciais, a SNAFP, após considerar “[...] de suma importância a cooperação feminina nos serviços de preparação e qualificação eleitoral [convoca] a mulher brasileira e, principalmente a mulher integralista, que sabe querer e trabalhar até ao sacrifício para as grandes causas [...]”, a conseguir, por meio do Departamento Feminino, “[...] a glória de alistar dois terços, pelo menos, dos eleitores da AIB”.⁶⁵

O documento “lembra à companheira” as dez providências a serem tomadas em todos os núcleos do País:

- 1- A qualificação urgente e imediata de todas as Blusas-Verdes não eleitoras e com qualidades para tal;*
- 2- A formação de uma massa eleitoral integralista, pela alfabetização rápida das companheiras analfabetas;*
- 3- Trabalhar para que o integralista analfabeto consiga apreender o mais depressa possível, a fim de poder fazer seu requerimento e obter o título de eleitor para as próximas eleições;*
- 4- Qualificação das pessoas das famílias dos nossos companheiros, simpatizantes e amigos;*
- 5- Organizar o serviço coletivo em turmas pequenas nas fábricas e a domicílio angariando, alfabetizando e facilitando assim as qualificações;*
- 6- Divisão do Município por zonas com uma encarregada para cada zona;*
- 7- Prestar serviços à Chefia Provincial na alfabetização rápida de todos os companheiros simpatizantes;*
- 8- Organizar o serviço coletivo em turmas pequenas ou se preciso individual, para a alfabetização;*
- 9- Lembrar a toda Blusa-Verde que ela tem o dever de responder pelo preparo de um analfabeto e pelo alistamento de um eleitor, no mínimo;*
- 10- Nas localidades onde estejam fechadas as nossas sedes, que cada lar de Blusa-Verde seja um centro eleitoral.*⁶⁶

Esse documento deixa claro que, por meio da “alfabetização rápida”, busca-se ensinar os brasileiros a ler e a escrever, não para “elevar o seu nível cultural” ou promover a sua “realização

⁶⁵ A Secretaria Nacional de Arregimentação Feminina e dos Plinianos e a campanha eleitoral. In: *Ação*, 17 de maio de 1937.

⁶⁶ Idem.

plena” como “homem integral” conforme é preconizado, mas para que ele possa obter seu título de eleitor.

Analisando a estrutura organizacional da AIB, pode-se observar que vários órgãos contribuem, em menor ou maior grau, para divulgação da doutrina, a saber: a Secretaria Nacional de Educação (Moral, Cívica e Física), a Secretaria Nacional de Doutrina e o Departamento Nacional de Estudantes.

A hierarquia e centralização do movimento também se encontram fortemente presentes no Departamento dos Plinianos, dividindo-se em grupos e em direção. A direção hierarquicamente em: Direção Suprema, Direções Superiores e Direções. Cabe ao Chefe Nacional a Direção Suprema dos Plinianos.

Os plinianos são constituídos por grupos de crianças e jovens, de ambos os sexos, cuja idade varia entre quatro e quinze anos, pertencendo às seguintes categorias: infantis (crianças de 4 a 6 anos), curupira (crianças de 7 a 9 anos), vanguardeiros (crianças de 10 a 12 anos) e os pioneiros (jovens de 13 a 15 anos).⁶⁷

O Departamento dos Plinianos, por meio da instrução, almeja:

*[...] desenvolver entre os jovens e as crianças integralistas o sentimento de civismo, aprimorando-lhes o caráter, promover o seu desenvolvimento físico, pela prática de jogos desportivos, excursões e passeios, e o desenvolvimento intelectual moral e profissional, ensinando-lhes todos os serviços úteis à coletividade, trabalhos domésticos, além da instrução primária e da educação moral e profissional, fazendo da menina uma futura mãe de família, consciente da sua nobre função de preparar a criança, formando-lhes o caráter, dar-lhe a energia e nobreza de sentimentos.*⁶⁸

⁶⁷ Ver anexo J, foto 13 e 14, p. 159.

⁶⁸ Secretaria Nacional de arregimentação Feminina e dos Plinianos. Departamento dos Plinianos, IV-Da Instrução, art. 38º

Esse departamento é constituído por um gabinete, composto por um chefe, um assistente e um ajudante de ordens; uma biblioteca e seis divisões com suas seções correspondentes: Divisão de Expediente, de Estudos, de Educação, de Escola de Férias, de Divertimento e de Escotismo.

Com exceção da Divisão de Expediente, as demais divisões estruturam-se analogamente à do Departamento Feminino, sendo organizadas da seguinte forma: a *Divisão de Estudos* abrange as seções de Jardins de Infância, Alfabetização, Escolas Profissionais e Cultura Geral; a *Divisão de Educação* compreende a Educação Integralista, Educação Esportiva, Educação Moral e Cívica, Educação Sanitária e Boas Maneiras; a *Divisão de Escolas de Férias* abrange as Escolas de Campo, de Montanha e à Beira-Mar; a *Divisão de Divertimentos* refere-se a parques infantis “play-ground”, cinemas, teatros e circos, feiras, exposições, excursões, visitas a estabelecimentos, fábricas e museus, jogos esportivos, recreativos e educativos. E, finalmente, a *Divisão de Escotismo*, que compreende uma seção *Técnica*, que abrange os serviços de Organizações, Operações e Instrução, e uma seção de *Serviço*, que compreende os de Disciplina e Justiça, Intendência e Saúde.

Nesses quadros, a mulher ocupa as funções a ela destinadas, sendo chamada a doutrinar somente mulheres, crianças e jovens, já que o integralista adulto é educado por meio da *doutrinação* que, via de regra, fica a cargo dos homens.

Cavalari (1999) preocupou-se em dar ênfase a esse papel de educadora desempenhado pelas mulheres na AIB e, em seu estudo intitulado “Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)”, procura apresentar a visão do integralismo em relação à divisão de funções sociais de acordo com o sexo.

A autora solicita aos leitores que atentem para o fato de que, apesar de tão decantada, a mulher ocupa, no movimento, um papel secundário sendo apontadas como naturais da mesma somente as funções desempenhadas no lar, na família e na escola, onde deve não só educar para

formar uma consciência nacional, como também para formar uma massa eleitoral integralista, principalmente, a partir de 1935, quando a AIB transforma-se em partido político (CAVALARI, 1999, p. 62).

No integralismo, a divisão sexual dos papéis socialmente determinados é justificada pela profunda diversidade psicológica existente entre homens e mulheres, residindo o traço característico do temperamento feminino no seu “alterocentrismo”, na sua “capacidade de dedicação aos seres vivos” ou “senso maternal”, cabendo-lhe a sensibilidade, o sacrifício e a renúncia; e do temperamento masculino no “egocentrismo”, cabendo ao homem o raciocínio, a análise e a abstração. Essa diversidade, conforme Salgado, se reflete no campo social indicando-lhes atribuições diferentes.

Todavia, o integralismo afirma não hierarquizar homens e mulheres, pelo contrário, diz considerar a mulher simplesmente diferente, nem superior, nem inferior ao homem. Essa diferença é posta, pelo movimento, como equilíbrio do mundo, como a estabilidade da vida humana, dependendo, a plenitude da vida social, dessa colaboração harmoniosa entre homens e mulheres. Conforme Salgado (1955, v. VIII), o homem e a mulher têm necessidades, aspirações, direitos e deveres absolutamente iguais, tanto no que concerne à sua subsistência física, como à interferência na vida político-social e às aspirações religiosas.

Por conseguinte, a mulher integral, que se realiza em sua plenitude biológica e espiritual, “[...] não é nem superior, nem inferior ao homem [...]”, é simplesmente diferente, subordinando-se a igualdade de direitos e deveres aos impositivos de suas respectivas diversidades (SALGADO, 1955, v. VIII, p. 270).

Salgado (1955, v. VIII, p. 259), ao abordar a mulher do século XX, cercada de “futilidades mundanas”, afirma estar ela perdendo, dia-a-dia, na civilização capitalista burguesa e sem Deus, todos os fundamentos da sua eficiência mental e da grandeza moral; afirma que nada

tem ela em comum com as “figuras admiráveis”, produzidas pelo cristianismo, de “[...] grandes mulheres, notáveis pelo intelecto, pela capacidade de trabalho, de ação e até mesmo pela atividade, de todas a mais difícil, que é a ciência e a arte de governar comunidades e povos” (SALGADO, 1955, v. VIII, p. 259).

Aponta, ainda, dois erros graves da civilização capitalista no que concerne ao papel da mulher:

Os dos que pretendem que ela seja um simples bibelot, um ser vivendo apenas em função de sua feminilidade física; e o dos que, no extremo oposto, querem que ela exerça todas as funções do homem na sociedade, desde as fábricas e os campos até (SALGADO, 1955, v. VIII, p. 289).

Para ele, a mulher do século XX precisa incansavelmente manter-se saudável, desenvolvendo suas faculdades intelectuais, aprimorando sua resistência e sua beleza corporal sem jamais negligenciar o espírito; deve encontrar dentro do realismo cristão, a fórmula higiênica de sua plena realização social, buscando sempre o equilíbrio perfeito entre corpo e espírito, sintonizados segundo os seus fins biológicos e os seus fins sobrenaturais. “É por meio do magistério da igreja que a mulher encontrará o segredo de sua felicidade e a direção do seu verdadeiro destino, diverso na forma e no desempenho do papel que cabe a cada sexo” (SALGADO, 1955, v. VIII, p. 296-299).

No tocante aos relacionamentos, Salgado (1955, v. VIII, p. 304), parafraseando Pio XI, diz que homem e mulher são destinados a complementarem-se mutuamente na família e no meio social, precisamente pela sua diversidade, a qual, portanto, deve ser mantida e favorecida na formação educativa, “[...] com a necessária distinção e correspondente separação proporcionada às diversas idades e circunstâncias”. Assinala, ainda, que uma das lamentáveis conseqüências do fato de não se estabelecer distinção entre o homem e a mulher leva ao ambiente doméstico a

convicção de que o homem não precisa da mulher no lar, o que desvaloriza cada vez mais a mulher.

De acordo com o cristianismo, posto por Salgado (1955, v. VIII) como única religião a dignificar a mulher, é lícito e necessário que a mulher exerça função social e política na defesa dos fundamentos da família cristã, devendo ser a sua ação social eminentemente educadora.

É enorme, dessa forma, segundo Salgado, o campo que se oferece à atividade da mulher, cabendo-lhe maternalmente influir na solução das graves questões de assistência, como médica, enfermeira, educadora sanitária; cabendo-lhe ser

[...] amparo e justiça em prol dos trabalhadores, não somente recompondo equilíbrios econômicos, porém sobretudo recompondo equilíbrios morais; dedicar uma parte do seu tempo ao apostolado cristão e ao levantamento das energias da pátria pelo culto das virtudes antigas e das preclaras tradições da honra nacional; comparecer às urnas, no exercício do direito do voto que lhe foi concedido para opor, com sua firme deliberação, uma barreira às doutrinas perversas que, sob a capa de falsas reivindicações sociais, pretendem destruir o fundamento cristão da Nacionalidade; responder ao insensato 'nós queremos' da turba inconsciente, com o 'nós podemos' expressivo da gloriosa resistência das Pátrias Cristãs resolvidas, a todo transe, a sobreviver, - eis o panorama de uma ação nobilíssima e que não se pode juntar a mulher neste século [...]. Nesse campo a mulher está cooperando com o homem sem masculinizar-se, pelo contrário, exercendo eloqüentíssima o seu papel feminino, porque a defesa da família e da Nação interessa a própria liberdade da mulher (SALGADO, 1955, v. VIII, p. 308).

Assim, observando o pensamento político e educacional dos três autores, exposto e sistematizado neste trabalho, é possível notar que, naquele contexto, diferenças entre falas singularizam e distinguem Jackson de Figueiredo, Alceu Amoroso Lima e Plínio Salgado. É possível perceber que não há, naquele período, um pensamento político homogêneo o suficiente para que possa ser chamado de pensamento político católico direcionado à “educação das massas”.

Mesmo na evocação da nação e do nacionalismo, na proclamação do papel da educação ou na convocação das massas para resistir aos apelos destrutivos da modernização que estava em curso no País, apresentou-se, no pensamento de cada autor, sensível variação tanto na forma quanto no conteúdo.

CONCLUSÃO

Uma breve conclusão para uma futura retomada

Este trabalho foi realizado com o objetivo de buscar identificar e sistematizar o pensamento político educacional de Plínio Salgado, no período em que ele ocupa o cargo de Chefe Nacional da Ação Integralista Brasileira, assim como distingui-lo do pensamento de Alceu Amoroso Lima e de Jackson de Figueiredo, representantes do laicato brasileiro.

A partir do estudo realizado, percebemos que, diante do quadro que se configura no Brasil após a Primeira Guerra Mundial, os três autores, Figueiredo, Lima e Salgado, passam a proferir críticas à modernização em curso no País e atribuem, nesse contexto, papel estratégico à educação na construção da sociedade que projetavam, cada qual a sua maneira.

Foi-nos possível observar que os autores, apesar de assumirem sua simpatia uns pelos outros, buscam definir de forma bastante clara os preceitos e limites de seus respectivos pensamentos, distinguindo-se evidentemente dos demais por meio das doutrinas as quais dedicam energia política.

Identificamos que Jackson, Alceu e Plínio buscam alternativas para “salvar” o Brasil, considerado em crise e, influenciados pelas idéias autoritárias disseminadas nos anos 20 e, principalmente, nos anos 30, defendem, cada qual a seu modo, a revolução do sistema em termos antiliberais, propondo uma forma de organização do sistema social e político em que sobressai o papel primordial de um Estado forte e centralizado.

Constatamos que a diversidade dos movimentos autoritários no Brasil e na Europa, entre as duas Guerras, faz do integralismo uma ideologia notavelmente eclética, cujas tendências ideológicas contraditórias poderiam ter provocado a cisão do movimento.

Nesse ponto, chegamos à conclusão de que os argumentos de Trindade (1979) são fortes e coesos. O autor aponta que o nacionalismo e o espiritualismo, dois elementos doutrinários de convergência no integralismo, associados à luta contra o liberalismo e o socialismo, permitiram a

coexistência num único movimento de orientações ideológicas justapostas. Assim, compreendemos que o papel conciliador do Chefe integralista, apesar das clivagens permanentes, teve o mérito de salvaguardar a unidade do movimento.

Constatamos que um dos pontos comuns entre os pensamentos dos autores diz respeito à defesa da reforma instituída pelo alto, ou seja, de modo que a ação política venha de “cima para baixo”, isso é, das elites do Governo agindo sobre o povo. Logo, Jackson, Alceu e Plínio enxergavam a democracia como um perigo e como uma grande ameaça à ordem, o que levou Alceu a encarar a proposta de extrema direita integralista como a saída mais conveniente para o caso brasileiro. Verificamos que Alceu e Plínio assumiam possuir inimigos e amigos em comum, o que os fazia considerar as soluções um do outro para os aspectos dos problemas político, social ou econômico do Brasil.

Notamos que a doutrina católica marca a vida e obra dos três autores que se proclamam fiéis a ela. Nesse sentido, Figueiredo e Lima afirmam defender a reforma pacífica e de apoio à ordem instituída, admitindo, segundo Jackson, em casos excepcionais, de grande crise do povo, a violência. Já Salgado defende a militarização dos quadros integralistas e cogita formar soldados obstinados a defender a nação e a soberania do Chefe, admitindo, inclusive, aliados como Gustavo Barroso, sempre predisposto à perseguição aos judeus. A esse emprego da violência, como meio de conter as massas, Alceu teceu críticas severas.

Constatamos que os três autores criticaram o materialismo por chocar-se, como argumentam, com os postulados espiritualistas e finalistas do catolicismo. Jackson e Alceu revelam assumir uma posição crítica em frente a tudo que diverge da doutrina católica. Salgado assim se comporta somente quando tal forma de agir lhe é conveniente. Para Jackson e Alceu, a autoridade só seria aceita se fosse envolvida por uma religiosidade especificamente subordinada à Igreja. Salgado, contrariamente, acreditava e defendia um Estado que jamais se subordinasse a

qualquer instituição. Esse comportamento levou Alceu a adotar uma posição cautelosa diante do integralismo. Para ele, quando a preeminência da consciência católica sobre a política fosse abalada, os católicos deveriam recusá-la.

Observamos que Alceu também teceu críticas: ao “hegelianismo latente” que revelou ter encontrado nas páginas de Plínio Salgado; ao estatismo de Miguel Reale,⁶⁹ que considerava “exagerado”; ao juramento de fidelidade incondicional ao Chefe Nacional, pois, segundo ele, nenhum católico consciente poderia fazer, porque tal juramento só deveria ser feito a Deus; e à militarização de mulheres e crianças.

Verificamos, contudo, que Alceu algumas vezes deixou-se levar pelo fascínio de Mussolini (bastante) e Hitler (menos), o que o fez encarar a AIB como um partido capacitado a assumir o Governo brasileiro e, mesmo que tenha se revelado sempre cauteloso em relação ao integralismo, sua atuação política serviu de modo objetivo à direita e rendeu dividendos ao movimento.

No campo educacional, percebemos que os autores, principalmente Figueiredo e Salgado, defendiam a idéia de, por meio da educação, serem transmitidos a adultos e crianças o respeito, a subordinação, a valorização da autoridade, a necessidade de adesão à ordem e à disciplina. Salgado também enxergou, na alfabetização de adultos e na convocação de blusas-verdes para desempenharem a função de educadoras, uma forma de engrossar a massa eleitoral da AIB. Alceu, por sua vez, buscou, segundo ele, finalidades mais superiores, preocupando-se em direcionar seus esforços em defesa da orientação e educação do povo no sentido de civilizá-lo.

Cumpre-nos ainda destacar que, de acordo com nossas impressões, a arregimentação de adeptos, a unificação e consolidação, tanto do integralismo quanto da Ação Católica, foram conseguidos graças a um conjunto de estratégias adotadas pelos representantes dos movimentos

⁶⁹ Ver anexo J, foto 5, p. 155.

que utilizaram o livro, o jornal, a revista, a palavra falada, as sessões doutrinárias, o rádio e, mais amplamente, a AIB que a ACB, a ritualização e a simbologia para alcançarem seus objetivos.

Desse modo, levando em consideração os pontos discutidos neste estudo, concluímos que, naquele contexto, modos diferentes de se pensar soluções para o Brasil, considerado em crise, impossibilitaram a existência de um pensamento político, católico e educacional homogêneo entre aqueles pensadores de corte autoritário. Esses intelectuais preocupavam-se em assumir posições e fazer distinguir seus pensamentos, traçando limites e expondo suas idéias. Criou-se, assim, um campo de disputas em que era necessário firmar posições, apresentado-se como de direita ou de esquerda, revelando inimigos e amigos.

Naquele período, Figueiredo, Lima e Salgado, de um modo ou de outro, assumiram a posição de direita, antiliberal ortodoxamente autoritária. Isso era o que havia em comum entre eles, no mais, cada detalhe fazia muita diferença.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Azevedo. O estado e a educação. *O Jornal*, 15 abr. 1931.

_____. 1938. *O Estado autoritário e a realidade nacional*. Rio de Janeiro: José Olympio.

AZZI, Riolando. A organização do laicito durante a restauração católica. In: LIMA, Alceu Amoroso. 2001. *Notas para a história do Centro Dom Vital*. Rio de Janeiro: Paulinas.

BARROSO, Gustavo. 1936. *O integralismo e o mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

BENJAMIN, Valter. 1987. Escavando e recordando. In: BENJAMIN, Valter. 1995. *Obras escolhidas II: rua de mão única*. Tradução de Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Brasiliense.

BRITO, Mário da Silva. 1964. *História do modernismo brasileiro: antecedentes da Semana de Arte Moderna*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. 1999. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)*. São Paulo: EDUSC.

CAUVILLA, Waldir. 1997. *O pensamento político de Alceu Amoroso Lima (Tristão de Athayde) na década de 30*. São Paulo: Mandruvá.

_____. 2000. *Alceu Amoroso Lima e a democracia: em busca da proporção*. 238 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CERQUEIRA, Eli Diniz; LIMA, Maria Regina Soares. O modelo político de Oliveira Vianna. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, p. 87, 30 jan. 1971.

CHASIN, José. 1999. *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio*. 2. ed. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem.

CHAUÍ, Marilena. Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira. In: CHAUÍ, Marilena; FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. *Ideologia e mobilização popular*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra/CEDEC, 1978.

CORBISIER, Margarida Cavalcanti de Albuquerque. Integralismo e educação do feminino. In: SALGADO, Plínio (Org.). 1959. *Enciclopédia do integralismo*. São Paulo: Clássica Brasileira. p. 63-69. v. IX.

CORDI, Cassiano. 1980. *A noção de Revolução em Jackson de Figueiredo*. 108 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

- COSTA, João Cruz. 1956. *Contribuição à historia das idéias no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- FREITAS, Marcos Cezar de. 1998. *Integralismo: fascismo cabloco*. São Paulo: Ícone.
- _____. 1999. *Da micro-história à história das idéias*. São Paulo: Cortez/ Bragança Paulista.
- IGLÉSIAS, Francisco. 1971. *História e ideologia*. São Paulo: Perspectiva.
- LAFETÁ, João Luiz. 2000. *1930: a crítica e o modernismo*. 2. ed. São Paulo: Editora 34.
- LEME, Dom Sebastião. 1916. *Carta pastoral a Olinda*. Petrópolis/RJ: Editora Vozes.
- LIMA, Alceu Amoroso. 2001. *Notas para a história do Centro Dom Vital*. Rio de Janeiro: Paulinas.
- MEDEIROS, Jarbas. 1978. *Ideologia autoritária no Brasil – 1930/1945*. Rio de Janeiro: FGV.
- MARIA, Júlio. 1950. *O catolicismo no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria Agir.
- MARTINS, Wilson. 1969. *O modernismo*. São Paulo: Edit. Cutrix.
- MERCADANTE, Paulo. 1980. *A consciência conservadora no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- PINTO, Heráclito Sobral. O realista político. In: FIGUEIREDO, Jackson de. 1944. *Correspondência*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Agir/ Imprensa Nacional.
- ROCHA, Hélio. 1950. *Integralismo é totalitarismo?* Rio de Janeiro: Edições Sino de Prata.
- SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; RIBEIRO COSTA, Vanda Maria. 2000. *Tempos de Capanem*”. São Paulo: Paz e Terra – Fundação Getúlio Vargas.
- SILVA, Olegário. In: LEME, Dom Sebastião (Org.). 1929. *In memoriam*. Rio de Janeiro: Centro D. Vital.
- TORRES, Alberto. 1938. *A organização Nacional*. São Paulo: Ed. Nacional.
- TRINDADE, Hélió. 1979. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: Difiel.
- VIANNA, Francisco José de Oliveira. 1982. Populações meridionais do Brasil e instituições políticas brasileiras. In: *Câmara dos Deputados – biblioteca do pensamento político republicano*. Brasília: Gráfica da Câmara.
- VIEIRA, Evaldo Vieira. 1981. *Autoritarismo e corporativismo no Brasil*. São Paulo: Cortez.

Publicações de Plínio Salgado

- SALGADO, Plínio. 1926. *O estrangeiro*. São Paulo: Edit. Panorama.
- _____. 1933a. Em marcha. In: _____. *Estudos integralistas*. São Paulo: Tip. Rio Branco. p. 3-11.
- _____. 1933b. *O que é o integralismo*. São Paulo: Edit. Star.
- _____. 1934a. *Carta aos camisas-verdes*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- _____. 1934b. *O sofrimento universal*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- _____. 1934c. *A voz do Oeste*. Rio de Janeiro: Livr. José Olympio.
- _____. 1935a. *Despertemos a Nação*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- _____. 1935b. *Psychologia da Revolução*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora.
- _____. 1936. *Obra coletiva*. São Paulo: Ed. Panorama.
- _____. 1937a. *Geografia sentimental*. Rio de Janeiro: Livr. José Olympio.
- _____. 1937b. *Páginas de combate*. Rio de Janeiro: Livr. José Olympio.
- _____. 1944. *A aliança do sim e do não*. Rio de Janeiro: Edit. Ocidente.
- _____. 1946. *Madrugada do espírito*. São Paulo: Editorial Guanumby.
- _____. 1948. *O cavaleiro de Itararé*. São Paulo: Edit. Panorama.
- _____. 1949. *O esperado*. São Paulo: Edit. Panorama.
- _____. 1950. *O integralismo perante a Nação*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira.
- _____. A vida de Jesus. In: SALGADO, Plínio. 1955. *Obras completas*. São Paulo: Edit. das Américas. p. 30-462. v. I, II, III.
- _____. Viagens pelo Brasil. In: SALGADO, Plínio. 1955. *Obras completas*. São Paulo: Edit. das Américas. p. 151-213. v. IV.
- _____. Poema da Fortaleza de Santa Cruz. In: SALGADO, Plínio. 1955. *Obras completas*. São Paulo: Edit. das Américas. p. 219-262. v. IV.

- SALGADO, Plínio. O nosso Brasil. In: SALGADO, Plínio. 1955. *Obras completas*. São Paulo: Edit. Das Américas. p. 267-381. v. IV.
- _____. A quarta humanidade. In: SALGADO, Plínio. 1955. *Obras completas*. São Paulo: Edit. das Américas. p. 15-161. v. V.
- _____. Carta de Natal. In: SALGADO, Plínio. 1955. *Obras completas*. São Paulo: Edit. das Américas. p. 109-111. v. V.
- _____. Direitos e deveres do homem. In: SALGADO, Plínio. 1955. *Obras completas*. São Paulo: Edit. das Américas. p. 165-421. v. V.
- _____. Primeiro Cristo! In: SALGADO, Plínio. 1955. *Obras completas*. São Paulo: Edit. das Américas. p. 123-259. v. VI.
- _____. O Rei dos Reis. In: SALGADO, Plínio. 1955. *Obras completas*. São Paulo: Edit. Das Américas. p. 263-322. v. VI.
- _____. Palavras novas dos tempos novos. In: SALGADO, Plínio. 1955. *Obras completas*. São Paulo: Edit. das Américas. p. 181-330. v. VII.
- _____. Madrugada do espírito. In: SALGADO, Plínio. 1955. *Obras completas*. São Paulo: Edit. das Américas. p. 331-462. v. VII.
- _____. A mulher no século XX. In: SALGADO, Plínio. 1955. *Obras completas*. São Paulo: Edit. das Américas. p. 221-311. v. VIII.
- _____. O conceito cristão de democracia. In: SALGADO, Plínio. 1955. *Obras completas*. São Paulo: Edit. das Américas. p. 313-411. v. VIII.
- _____. Manifesto de Outubro de 1932. In: SALGADO, Plínio. 1955. *Obras completas*. São Paulo: Edit. das Américas. p. 94-111. v. IX.
- _____. Preliminares do “Manifesto – Programa” da “Ação Integralista Brasileira”. In: SALGADO, Plínio. 1955. *Obras completas*. São Paulo: Edit. das Américas. p. 151-155. v. IX.
- _____. Manifesto de 1943. In: SALGADO, Plínio. 1955. *Obras completas*. São Paulo: Edit. das Américas. p. 327-332. v. IX.
- _____. A Doutrina do Sigma. In: SALGADO, Plínio. 1955. *Obras completas*. São Paulo: Edit. das Américas. p. 173-236. v. X.
- _____. Páginas de combate. In: SALGADO, Plínio. 1955. *Obras completas*. São Paulo: Edit. das Américas. p. 237-249. v. X.

- SALGADO, Plínio. Discursos. In: SALGADO, Plínio. 1955. *Obras completas*. São Paulo: Edit. das Américas. p. 250-432. v. X.
- _____. Pio IX e seu tempo. In: SALGADO, Plínio. 1956. *Obras completas*. São Paulo: Edit. das Américas. p. 355-429. v. XI.
- _____. O espírito da burguesia. In: SALGADO, Plínio. 1956. *Obras completas*. São Paulo: Edit. das Américas. p. 11-176. v. XV.
- _____. Mensagem às pedras do deserto. In: SALGADO, Plínio. 1956. *Obras completas*. São Paulo: Edit. das Américas. p. 177-398. v. XV.
- _____. O ritmo da história. In: SALGADO, Plínio. 1956. *Obras completas*. São Paulo: Edit. das Américas. p. 1-346. v. XVI.
- _____. A inquietação espiritual na literatura brasileira. In: SALGADO, Plínio. 1956. *Obras completas*. São Paulo: Edit. Das Américas. p. 265-375. v. XVII.
- _____. “Oriente” (Impressões de viagem). In: SALGADO, Plínio. 1956. *Obras completas*. São Paulo: Edit. das Américas. p. 293-401. v. XVIII.
- _____. Críticas e prefácios. In: SALGADO, Plínio. 1956. *Obras completas*. São Paulo: Edit. Das Américas. p. 133-406. v. XIX.
- _____. 1956. Discurso às estrelas. In: SALGADO, Plínio. 1956. *Obras completas*. São Paulo: Edit. Das Américas. p. 1-83. v. XX.
- _____. Sentimentais. In: SALGADO, Plínio. 1956. *Obras completas*. São Paulo: Edit. das Américas. p. 249-373. v. XX.
- _____. 1957a. *Doutrina e tática comunista*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira.
- _____. 1957b. *Literatura e política*. São Paulo. Edit. das Américas.
- _____. 1958. *O integralismo na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira.
- _____. A minha doutrina. In: SALGADO, Plínio (Org.). 1959. *Enciclopédia do integralismo*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira. p. 177-181. v. I.
- _____. Para se compreender este Livro. In: SALGADO, Plínio (Org.). 1959. *Enciclopédia do integralismo*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira. p. 7-14. v. IX.

Artigos redigidos por Plínio Salgado e publicados no Jornal A Razão

- SALGADO, Plínio. O horror das responsabilidades. *A Razão*, 1º jul. 1931a.

- SALGADO, Plínio. A verdadeira concepção do Estado. *A Razão*, 4 set. 1931b.
- _____. Rumor da procela. *A Razão*, 18 set. 1931c.
- _____. Passado e futuro. *A Razão*, 20 set. 1931d.
- _____. Do liberalismo ao comunismo. *A Razão*, 2 dez. 1931e.
- _____. A Aliança Liberal e a Revolução. *A Razão*, 4 jan. 1932a.
- _____. Federação e sufrágio. *A Razão*, 26 jan. 1932b.
- _____. Rumos à ditadura (VIII). *A Razão*, 14 fev. 1932c.
- _____. Rumos à ditadura (IX). *A Razão*, 16 fev. 1932e.
- _____. Rumos à ditadura (XI). *A Razão*, 18 fev. 1932d.
- _____. Construção nacional. *A Razão*, 22 abr. 1932f.
- _____. Construção nacional. *A Razão*, 23 abr. 1932g.
- _____. Tipos de ditadura. *A Razão*, 1º set. 1932h.

Publicações de Jackson de Figueiredo a partir de 1914

- FIGUEIREDO, Jackson de. 1915a. *Garcia Rosa* (ensaio). Rio de Janeiro: Tipografia Revista dos Tribunais.
- _____. 1915b. *Xavier Marques* (ensaio). Rio de Janeiro: Tipografia Revista dos Tribunais.
- _____. 1917a. *Algumas reflexões sobre a filosofia de Farias Brito* (ensaio filosófico). Rio de Janeiro: Tipografia Revista dos Tribunais.
- _____. 1917b. *Incenso e oiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Revista dos Tribunais.
- _____. 1917c. *Pelo Brasil* (conferência). Sul de Minas: Tipografia Muzambinho.
- _____. 1918a. *Crepúsculo interior* (versos). Rio de Janeiro: Tipografia Revista dos Tribunais.
- _____. 1918b. *Em defesa de Sergipe* (política). Aracaju: [s.n.].
- _____. 1919a. *Boa imprensa* (conferência em Muzambinho). Rio de Janeiro: Tipografia Revista dos Tribunais.
- _____. 1919b. *Discurso às professoras de Muzambinho*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Commercio do Rio.
- _____. 1920. *Uma palavra a meditar* (separata “Jornal do Povo”). Aracaju: [s.n.].
- _____. 1921a. *Do nacionalismo da hora presente* (política). Rio de Janeiro: Edições da Livraria Católica e Impresso na Tipografia Anuário do Brasil.
- _____. 1921b. *Humilhados e luminosos* (perfis). Rio de Janeiro: Anuário do Brasil.

- FIGUEIREDO, Jackson de. 1921c. *Revisão ou revolução* (política). Belém/ Pará: [s.n.].
- _____. 1922a. *A Reação do bom senso* (política). Rio de Janeiro: Tipografia Anuário do Brasil.
- _____. 1922b. *As idéias gerais de Fidelino Figueiredo* (conferência Realizada na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro/ separata do “Boletim da Classe de Letras”. Academia das Ciências de Lisboa). Coimbra: Impresso da Universidade. v. XV.
- _____. 1922c. *Pascal e a inquietação moderna* (ensaio filosófico). Rio de Janeiro: Tipografia Anuário do Brasil. (Coleção Eduardo Prado).
- _____. 1923. *Pontes de oiro* (separata do Diário da Manhã). Aracaju: [s.n.].
- _____. 1924a. *Affirmações* (política). Rio de Janeiro: Edições do Centro Dom Vital/Tipografia Anuário do Brasil. (Coleção Eduardo Prado).
- _____. 1924b. *Auta de Souza* (crítica). Rio de Janeiro: Editora do Centro Dom Vital/Impresso na Tipografia Anuário do Brasil. (Coleção Eduardo Prado).
- _____. 1924c. *Literatura reacionária* (política). Rio de Janeiro: Tipografia Anuário do Brasil. (Coleção Eduardo Prado).
- _____. 1925a. *A Columna de fogo*. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital.
- _____. 1925b. *Durval de Moraes e os poetas de nossa Senhora*. Rio de Janeiro: Edição do Centro Dom Vital. Tipografia Anuário do Brasil. (Coleção Eduardo Prado).
- _____. 1929. *Cartas*. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital.
- _____. 1944. *Correspondência*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Agir/ Imprensa Nacional.

Artigos redigidos por Jackson de Figueiredo

- FIGUEIREDO, Jackson de. 1919c. *Boa Imprensa*. Rio de Janeiro. Typ. Revista dos Tribunais, p. 12.
- _____. Palavras que devem ser meditadas. *A Ordem*, Rio de Janeiro, v.1, n. 2, p. 19, set. 1921d.
- _____. Catholicismo e política. *A Ordem*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 6, p. 82, jan. 1922d.
- _____. A lição desta hora. *A Ordem*, Rio de Janeiro. v.1, n. 7, p. 81, fev. 1922e.
- _____. Nem só declamar. *A Ordem*, Rio de Janeiro. 2 ed. v. 6, n. 34, p. 91, jan. 1932.

Publicações de Alceu Amoroso Lima

- LIMA, Alceu Amoroso. 1922. *Afonso Arinos*. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil.
- _____. 1927. *Estudos*, 1ª série. Rio de Janeiro: Terra de Sol.
- _____. 1928a. *Estudos*, 2ª série. Rio de Janeiro: Terra do Sol.
- _____. 1930a. *Estudos*, 3ª série. Rio de Janeiro: A Ordem. 2 v.
- _____. 1931a. *Debates pedagógicos*. Rio de Janeiro: Schmidt.
- _____. 1931b. *Estudos*, 4ª série. Rio de Janeiro: Centro D. Vital.
- _____. 1932. *Problemas da burguesia*. Rio de Janeiro: Schmidt.
- _____. 1933. *Estudos*, 5ª série. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. 1936a. *Indicações políticas: da Revolução à Constituição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. 1936b. *O espírito e o mundo*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- _____. 1939. *Política*. 3. ed. Rio de Janeiro: Getúlio M. Costa.
- _____. 1940a. *Idade, sexo e tempo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora.
- _____. 1943. *Humanismo pedagógico*. Rio de Janeiro: Stella Editora.
- _____. 1946. *Voz de Minas*. 2. ed. rev. Revista. Rio de Janeiro: Agir.
- _____. 1955. *Contribuição à história do modernismo* (“O Pré-Modernismo”). Rio de Janeiro: Agir. v. I.
- _____. 1961. *Introdução à economia moderna*. 3. ed. Rio de Janeiro: Agir.
- _____. 1966. *Estudos literários*. Rio de Janeiro: Aguilar. v. I.
- _____. 1967. *Sobre a encíclica papal “Populorum progressio”*. Belo Horizonte: publicação da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.
- _____. 1968. *Introdução à literatura brasileira*. 4. ed. Rio de Janeiro: Agir.
- _____. 1969a. *Adeus à disponibilidade e outros adeuses*. Rio de Janeiro: Livraria Agir.
- _____. 1969b. *Meio século de presença literária*. Rio de Janeiro: José Olympio.

- ATHAYDE, Tristão de; MOTA, Lourenço Dantas. 1983. *Diálogo*. São Paulo: Brasiliense.
- _____. 2000. *Memórias improvisadas*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio.

Artigos publicados em *O Jornal* (Rio de Janeiro)

- ATHAYDE, Tristão de. “Retrato ou caricatura?”, in Vida Literária. *O Jornal*, 6 jan. 1929a.
- _____. “Formação espiritual do Brasil”, in Vida Literária. *O Jornal*, I, 11 ago. 1929b.
- _____. “Formação espiritual do Brasil”, in Vida Literária. *O Jornal*, II, 18 ago. 1929c.
- _____. “Modernismo intencional”, in Vida Literária. *O Jornal*, 1º set. 1929d.
- _____. “Ciência e cientificismo”, in Vida Literária. *O Jornal*, 19 abr. 1931c.
- _____. “Thor e Pan”, in Vida Literária. *O Jornal*, 17 mar. 1940b.
- _____. “Três ases”, in Vida Literária. *O Jornal*, 14. mai. 1944.

Outros

- LIMA, Alceu Amoroso. Obedecendo. *A Ordem*, Rio de Janeiro, ano VIII, v. I , n. 1. dez. 1928b.
- _____. Revolução ou regeneração. *Jornal do Brasil*, 19 out. 1930b.
- _____. Catholicismo e integralismo. *A Ordem*, Rio de Janeiro, ano 14, v.12, n. 58. dez. 1934.
- _____. Na encruzilhada. *Folha de São Paulo*, 25 mar. 1938.

ANEXO A – Documentos integralistas

- Estatutos da Ação Integralista Brasileira. Aprovados no I Congresso Integralista, Vitória – ES, 1934, Monitor Integralista. Rio, 2(6), maio de 1934.
- Estatutos da Ação Integralista Brasileira. Aprovados no II Congresso Integralista, Petrópolis, 1935.
- Estatutos da Associação Brasileira de Cultura (AIB), 1937.
- Departamento de doutrina (Regulamento), Monitor Integralista, 2(6), maio de 1934.
- Departamento de Organização Política (Regulamento), Monitor Integralista, 2(6), Rio, maio de 1934.
- Departamento de Propaganda (Regulamento), Monitor Integralista, 2(6), maio de 1934.
- Departamento de Finanças (Regulamento), Monitor integralista, 2(6), maio de 1934.
- Departamento de Cultura Artística (Regulamento), Monitor Integralista, 2(6), maio de 1934.
- Departamento de Justiça (Regulamento), Monitor Integralista, 2(6), maio de 1934.
- Departamento de Milícia (Regulamento), Monitor Integralista, 2(6), maio de 1934.
- Protocolos e Directivas da Ação Integralista Brasileira (I), Monitor Integralista, 2(6), maio de 1934.
- Secretaria Nacional de Corporações e Serviços Eleitorais (Regulamento), Monitor Integralista, 4(15), outubro de 1936.
- Secretaria Nacional de Doutrina e estudos (Regulamento), Monitor Integralista, 4(15), outubro de 1936.
- Secretaria Nacional de Educação- Moral, Cívica e Física (Regulamento), Monitor Integralista, 4(15), outubro de 1936.
- Secretaria Nacional de Finanças (Regulamento), Monitor Integralista, 4(15), outubro de 1936.
- Secretaria Nacional de Propaganda (Regulamento), Monitor Integralista, 4(15), outubro de 1936.
- Secretaria Nacional de Arregimentação e dos Plinianos (Regulamento), Monitor Integralista, 4(15), outubro de 1936.
- Secretaria Nacional de Cultura Artística (Regulamento), Monitor Integralista, 4(15), outubro de 1936.
- Secretaria Nacional de Assistência Social (Regulamento), Monitor Integralista, 4(15), outubro de 1936.
- Secretaria Nacional de Imprensa (Regulamento), Monitor Integralista, 4(15), outubro de 1936.
- Secretaria Nacional das Relações com Exterior (Regulamento), Monitor Integralista, 4(15), outubro de 1936.
- Protocolos e Rituais da Ação Integralista Brasileira (II), (Regulamento), Monitor Integralista, 5(18), maio de 1937.
- Regulamento de Conduta do Camisa Verde. Doc. Nº 20, São Paulo, AIB, Prov. De São Paulo.
- Manifesto Programa de Janeiro de 1936, Série A, nº 3, Rio, AIB, 1936, 21p.

ANEXO B – Periódicos integralistas

A Voz do Estudante – Salvador/ BA
 A Cidade – Recife/ PE.
 A Falange – Poços de Caldas/ MG.
 A Fauna – Maragogipe/ BA.
 A Gazeta – Jabuticabal/ SP.
 A Idéia – Aracati/ CE.
 A Lucta – Porto Alegre/ RS.
 A Marcha – Catanduva/ MG.
 A Marcha – Petrópolis/ RJ.
 A OFFENSIVA – Rio de Janeiro/ RJ.
 A Província – Maceió/ AL.
 A Província – Niterói/ RJ.
 A RAZÃO – Curitiba/ PR.
 A RAZÃO – Espírito Santo do Pinhal/ SP.
 A RAZÃO – Fortaleza/ CE.
 A RAZÃO – Garanhuns/ PE.
 A RAZÃO – Órgão Oficial do Núcleo Integralista de Garanhuns. Garanhuns/ PE.
 A RAZÃO – Pouso Alegre/ MG.
 A Reforma – Juiz de Fora/ MG.
 A Região – Cafelândia/ RS.
 A Revolução – Porto Alegre/ RS.
 A Verdade – Santo Ângelo/ RS.
 A Voz d'Oeste – Ouro Preto/ MG.
 Acção – Recife/ PE.
 Acção – São Luís/ MA.
 Acção – SP.
 Aço Verde – Sta. Rita do Sapucaí/ MG.
 Alvorada – Belo Horizonte/ MG.
 Alvorada – Blumenau/ SC.
 ANAUÊ – Dom Pedrito/ RS.
 ANAUÊ – Joinville/ SC.
 ANAUÊ – Órgão do Município de Joinville. Joinville/ SC.
 ANAUÊ – Órgão Oficial do Núcleo Integralista de Mogi-Mirim. Mogi Mirim/ SP.
 Brasil novo – São João del Rei/ MG.
 Camisa Verde – Ouro Fino/ MG.
 Cidade de Ituiutaba - Ituiutaba/ MG.
 Curupira – Três Corações/ MG.
 Espumas – Niterói/ RJ.
 Flama Verde – Florianópolis/ SC.
 Fogo Verde – Raul Soares/ SP.
 Idade Nova – Vitória/ ES.
 Jaraguá – Jaraguá do Sul/ SC.
 Monitor Integralista – Órgão Oficial da Ação Integralista Brasileira. Rio de Janeiro/ RJ.

O Bandeirante – Caxias do Sul/ RS.
O Bandeirante – Serra Grande/ AL.
O Braço Verde – Camaru/ PE.
O Democrata – Petrópolis/ RJ.
O Estado Integral – Franca/ SP.
O Imparcial – Salvador/ BA.
O Integralista – Curitiba/ PR.
O Integralista – Porto Alegre/ SC.
O Integralista – São Luís/ MA.
O Juvenil – Juiz de Fora/ MG.
O Pliniano – Joinville/ SC.
O Pliniano – Pedra Branca/ MG.
O Popular – Alagoinhas/ BA.
O Povo – Rio de Janeiro.
O Santelmo – Guaratinguetá/ SP.
O Serrinhense – Serrinha/ BA.
O Sigma – Aracaju/ SE.
O Sigma – Itambacuri/ SP.
O Sigma – Juiz de Fora/ MG.
O Sigma – Pádua/ RJ.
Província do Amazonas – Manaus/ AM.
Quarta Humanidade – Itajubá/ MG.
Revista PANORAMA – São Paulo/ SP.
Rumo ao Sigma – Ponte Nova/ SP.
Século XX – Rio de Janeiro.
Sigma – Goiás/ GO.

ANEXO C – “Manifesto de Outubro de 1932 (doutrina integralista)”

Concepção do homem e do universo

Deus dirige o destino dos povos. O Homem deve praticar sobre a terra as virtudes que o elevam e o aperfeiçoam. O homem vale pelo trabalho, pelo sacrifício em favor da Família, da Pátria e da Sociedade. Vale pelo estudo, pela inteligência, pela honestidade, pelo progresso nas ciências, nas artes, na capacidade técnica, tendo por fim o bem estar da nação e o elevamento moral das pessoas. A riqueza é bem passageiro, que não engrandece ninguém, desde que não sejam cumpridos pelos seus detentores os deveres que rigorosamente impõe, para com a Sociedade e a Pátria. Todos podem e devem viver em harmonia, uns respeitando e estimando os outros, cada qual distinguindo-se nas suas aptidões, pois cada homem tem uma vocação própria e é o conjunto dessas vocações que realiza a grandeza da Nacionalidade e a felicidade social.

Os homens e as classes, pois, podem e devem viver em harmonia. É possível ao mais modesto operário galgar uma elevada posição financeira ou intelectual. Cumpre que cada um se eleve segundo sua vocação. Todos os homens são susceptíveis de harmonização social e toda superioridade provém de uma só superioridade que existe acima dos homens: a sua comum e sobrenatural finalidade. Esse é um pensamento profundamente brasileiro, que vem das raízes cristãs da nossa história e está no íntimo de todos os corações.

Como entendemos a nação brasileira

A nação brasileira deve ser organizada, uma, indivisível, forte, poderosa, rica, prospera e feliz. Para isso precisamos de que todos os brasileiros estejam unidos. Mas o Brasil não pode realizar a união íntima e perfeita de seus filhos, enquanto existirem Estados dentro do Estado, partidos políticos fracionando a Nação, classes lutando contra classes, indivíduos isolados, exercendo a ação pessoal nas decisões do governo; enfim todo e qualquer processo de divisão do povo brasileiro. Por isso, a Nação precisa de organizar-se em classes profissionais. Cada brasileiro se inscrevera na sua classe. Essas classes elegem, cada uma de per si, seus representantes nas Câmaras Municipais, nos Congressos Provinciais e nos Congressos Gerais. Os eleitos para as Câmaras Municipais elegem o seu presidente e o prefeito. Os eleitos para os congressos Provinciais elegem o governador da província. Os eleitos para os Congressos Nacionais elegem o Chefe da Nação, perante o qual respondem os ministros de sua livre escolha.

O princípio de autoridade

Uma nação para progredir em paz, para ver frutificar seus esforços, para lograr prestígio no Interior e no Exterior, precisa ter uma perfeita consciência do Princípio de Autoridade. Precisamos de Autoridade capaz de tomar iniciativas em benefício de todos e de cada um; capaz de evitar que os ricos, os poderosos, os estrangeiros, os grupos políticos exerçam influência nas decisões do governo, prejudicando os interesses fundamentais da Nação.

Precisamos de hierarquia, de disciplina, sem o que só haverá desordem. Um governo que saia da livre vontade de todas as classes é representativo da Pátria: como tal deve ser auxiliado, respeitado, estimado e prestigiado. Nele deve repousar a confiança do povo. A ele devem ser facultados os meios de manter a justiça social, a harmonia de todas as classes, visando sempre os superiores interesses da coletividade brasileira. Hierarquia, confiança, ordem, paz, respeito, eis o de que precisamos no Brasil.

O nosso nacionalismo

O cosmopolitismo, isto é, a influencia estrangeira, é um mal de morte para o nosso Nacionalismo. Combatê-lo é o nosso dever. E isso não quer dizer má vontade para com as Nações amigas, para com os filhos de outros países, que aqui também trabalham objetivando o engrandecimento da Nação Brasileira e cujos descendentes estão integrados em nossa própria vida de povo. Referimo-nos aos costumes, que estão enraizados, principalmente em nossa burguesia, embevecida por essa civilização que esta periclitando na Europa e nos estados Unidos. Os nossos lares estão impregnados de estrangeirismo, as nossas palestras, o nosso modo de encarar a vida, não são mais brasileiros. Os brasileiros das cidades não conhecem os pensadores, os escritores, os poetas nacionais. Envergonham-se também do caboclo e do negro de nossa terra. Adquiriram hábitos cosmopolitas. Não conhecem todas as dificuldades e todos os heroísmos, todos os sofrimentos e todas as aspirações, o sonho a energia, a coragem do povo brasileiro. Vivem cobri-lo de baldões e de ironias, a amesquinhar as raças de que proviemos. Vivem a engrandecer tudo o que é de fora, desprezando todas as iniciativas nacionais. Tendo-nos dado um regime político inadequado, preferem diante dos desastres da Pátria, acusar o brasileiro de incapaz. Cépticos, desiludidos, esgotados de prazeres, tudo o que falam esses poderosos ou esses grandes e pequenos burgueses, destila um veneno que corrói a alma da mocidade. Criaram preconceitos étnicos originários de países que nos querem dominar. Desprezaram todas as nossas tradições. E procuram implantar a imoralidade de costumes. Nós somos contra a influência perniciosa dessa pseudo-civilização, que nos quer estandardizar. E somos contra a influência do comunismo, que representa o capitalismo soviético, o imperialismo russo, que pretende reduzir-nos a uma capitania. Levantamo-nos, num grande movimento nacionalista, para afirmar o valor do Brasil e de tudo que é útil e belo no caráter e nos costumes brasileiros; para unir todos os brasileiros num só espírito: o tapuio amazônico, o nordestino, o sertanejo das províncias nortistas e centrais, os caiçaras e piraquaras, vaqueiros, calús, capixabas, calungas, paroáras, garimpeiros, boiadeiros e tropeiros de Minas, Goiás, Mato Grosso; colonos, sitiantes, agregados, pequenos artífices de São Paulo; ervateiros do Paraná e Santa Catarina; os gaúchos dos pampas; o operariado de todas as regiões; a mocidade das escolas; os comerciantes; industriais, médicos, os advogados, os engenheiros, os trabalhadores de todas as vias-férreas; os soldados, os marinheiros – Todos os que ainda tem no coração o amor de seus maiores e o entusiasmo pelo Brasil. Temos de invocar nossas tradições gloriosas, temos de nos afirmar como um povo unido e forte, que nada mais poderá dividir. O nacionalismo para nós não é apenas o culto da Bandeira e do Hino nacional; é a profunda consciência das nossas necessidades, do caráter, das tendências, das aspirações da Pátria e do valor de um povo. Essa é uma grande campanha que vamos empreender.

Nós os partidos e o Governo

Nós brasileiros unidos, de todas as Províncias, propomo-nos a criar uma cultura, uma civilização, um modo de vida genuinamente brasileiros. Queremos criar um direito público nosso, de acordo com as nossas realidades e aspirações, um governo que garanta a unidade de todas as províncias, a harmonia de todas as classes, as iniciativas de todos os indivíduos, a supervisão do Estado, a construção nacional. Por isso o nosso ideal não nos permite entrar em combinações com partidos regionais, pois não reconhecemos esses partidos; reconhecemos a nação.

Enquanto não virmos o Brasil organizado, sem o mal dos partidarismos egoístas, o Estado Brasileiro exprimindo classes, dirigindo a Nação pelo cérebro das suas elites, não descansaremos, na propaganda que nos impomos.

A nossa Pátria não pode continuar a ser retalhada pelos governadores de Estados, pelos partidos, pelas classes em luta, pelos caudilhos. A nossa Pátria precisa de estar unida e forte, solidamente

construída, de modo a escapar ao domínio estrangeiro, que a ameaça dia a dia, e salvar-se do comunismo internacionalista que está entrando no seu corpo, como um cancro. Por isso, não colaboramos com nenhuma organização partidária, que vise dividir os brasileiros. repetimos a frase do lendário Osório, quando escrevia dos campos do Paraguai, dizendo que não reconhecia partidos, porque eles dividiam a Nação e esta deve estar coesa na hora do perigo. Juramos hoje, união, fidelidade uns aos outros, fidelidade ao destino desta geração. Ou os que estão no poder realizam o nosso pensamento político, ou nós, da Ação Integralista Brasileira, nos declaramos proscritos, espontaneamente, da falsa vida política da Nação, até ao dia em que formos um número tão grande, que restauraremos os nossos direitos de cidadania, e pela força desse número conquistaremos o Poder da República. Por isso, marcharemos através do futuro e nada haverá que nos detenha, porque marcham conosco a consciência da Nação e a honra do Brasil.

O que pensamos das conspirações e da politicagem de grupos e facções

Declaramo-nos inimigos de todas conspirações, de todas as tramas, conjurações, conchavos de bastidores, confabulações secretas, sedições. A nossa campanha é cultural, moral, educacional, social, às claras, em campo raso, de peito aberto, de cabeça erguida. Quem se bate por princípios não precisa combinar coisa alguma nas trevas. Quem marcha em nome das idéias nítidas, definidas, não precisa de máscaras. A nossa Pátria está miseravelmente lacerada de conspiratas. Políticos e governos tratam de interesses imediatos, por isso é que conspiram. Nós pregamos a lealdade, a franqueza, a opinião a descoberto, a luta no campo das idéias. As confabulações dos políticos estão desfibrando o caráter do povo brasileiro. Civis e militares giram em torno de pessoas, por falta de nitidez de programas. Todos os seus programas são os mesmos e esses homens estão separados por motivos de interesses pessoais e de grupos. Por isso, uns tramam contra os outros. E, enquanto isso, o comunismo trama contra todos. Nós pregamos a franqueza e a coragem mental. Somos pelo Brasil Unido, pela família, pela Propriedade, pela organização e representação legítima das classes; pela moral religiosa; pela participação direta dos intelectuais no governo da República; pela abolição dos Estados dentro do Estado; por uma política benéfica do Brasil na América do Sul; por uma campanha nacionalista contra a influência dos países Imperialistas, e, sem tréguas, contra o comunismo russo. Nós somos a Revolução em marcha. Mas a revolução com idéias. Por isso franca, leal e corajosa.

A questão social como a considera a Ação Integralista Brasileira

A questão social deve ser resolvida pela cooperação de todos, conforme a justiça e o desejo que cada um nutre de progredir e melhorar. O direito de propriedade é fundamental para nós, considerado no seu caráter natural e pessoal. O capitalismo atenta hoje contra esse direito, baseado como se acha no individualismo desenfreado, assinalador da fisionomia do sistema econômico liberal-democrático. Temos de adotar novos processos reguladores da produção e do comércio, de modo que o governo possa evitar os desequilíbrios nocivos à estabilidade social. O comunismo não é uma solução, porque se baseia nos mesmos princípios fundamentais do capitalismo, com a agravante de reduzir todos os padrões a um só e escravizar o operariado a uma minoria de funcionários cruéis recrutados todos na burguesia. O comunismo destrói a religião para melhor escravizar o ser humano aos instintos; destrói a iniciativa de cada um, mata o estímulo, sacrifica uma humanidade inteira, por um sonho, falsamente científico, que promete realizar o mais breve possível, isto é, daqui duzentos anos no mínimo. O que nós desejamos dar ao operário, ao camponês, ao soldado, ao marinheiro é a possibilidade de subir conforme a sua vocação e seus desejos. Pretendemos dar meios a todos para que possam galgar; pelas suas qualidades, pelo trabalho e pela constância, uma posição cada vez melhor: tanto na sua classe

como fora dela e até no governo da Nação. Nós não ensinamos ao operário a doutrina da covardia, da desilusão, do ódio, da renúncia, como o comunismo, ou a anarquia; a doutrina da submissão, do ostracismo inevitável, da conformação com as imposições dos políticos, com a democracia liberal. Nós ensinamos a doutrina da coragem, da esperança, do amor à Pátria, à Sociedade, à Vida, no que esta tem de mais belo e de conquistável, da ambição justa de progredir, de possuir os bens, de elevar-se, de elevar a família. Não destruimos a pessoa, como o comunismo; nem a oprimimos, como a liberal-democracia; dignificamo-la. Queremos o operário, com garantia de salários adequados às suas necessidades interessando-se nos lucros conforme o seu esforço e capacidade; de frente erguida, tomando parte em estudos de assuntos que lhes dizem respeito; de olhar iluminado, como um homem livre; tomando parte nas decisões do governo, como um ente superior. Acabados os partidos, os regionalismos; organizada a Nação, participando os trabalhadores no governo pelos seus representantes legítimos; exercida a fiscalização pelo Estado Integralista, sobre todas atividades produtoras, estarão abertas as portas a todas aptidões. As classes organizadas garantirão aos seus membros, em contratos coletivos, valerão as necessidades de trabalho ou produção de cada um, de modo a não mais submetemos, como até agora tem sido, os que estão desempregados, às humilhações dos pedidos de emprego, tantas vezes recebidos com desprezo pelos que a quem procuram, o que ocasiona justas revoltas. Livrar o operário e a pequena burguesia da indiferença criminosa dos governos liberais. Salvá-los da escravidão do comunismo, transfigurar o trabalhador, herói da nova Pátria, no homem superior; iluminado pelos nobres ideais de elevação moral, intelectual e material, esses são nossos propósitos. Ao Estado compete a proteção de todos.

A família e a nação

Tão grande é a importância que damos à Família. Ela é a base da felicidade da terra, das únicas venturas possíveis. Em que consiste a felicidade do Homem? Nessas pequeninas coisas, tão suaves, tão simples: o afago de uma mãe, a palavra de um pai, a ternura de uma esposa, o carinho de um filho, o abraço de um irmão, a dedicação dos parentes e dos amigos. Solidariedade no infortúnio, nas enfermidades, na morte, que nenhum estado, na sua expressão burocrática ou jurídica, jamais evitará, em nenhum tempo. Comunhão nas alegrias, nos triunfos, nas lutas, conforto de todos os instantes, estímulo de todos os dias, esperança de perpetuidade no sangue e na lembrança afetiva, eis o que é uma família, fonte perpétua de espiritualidade e de renovação, ao mesmo tempo projeção da personalidade humana. Tirem a família ao homem e fica o animal; façam dele a peça funcionando no Estado e teremos o autômato, infeliz, rebaixado, da sua condição superior. Que afeto, que conforto, que consolação poderá dar o Estado a esse "ente-econômico", na hora das grandes aflições, ou na hora da morte? Quem o animará, na hora das mágoas, que serão tão inevitáveis no regime da burocracia comunista, como em qualquer outro regime? No instante supremo, não bastam a ciência, a vida pública, a vida social, a vida coletiva, o egoísmo individualista; é preciso que o coração entre na vida do homem e fale essa linguagem, que não é a de compaixão de um estranho, nem a da filantropia formalista, nem a do amparo oficial nem a de uma absurda socialização de afetos: - mas a linguagem profunda das afinidades longamente estimuladas e alimentadas. O Homem não pode transformar-se em uma abelha ou num térmita. O Homem e sua família procederam o Estado. O Estado deve ser forte para manter o Homem íntegro e a sua família. Pois a família é que cria as virtudes que consolidam o Estado. O Estado mesmo é uma grande família, um conjunto de família. Com esse caráter é que ele tem autoridade para traçar rumos à Nação. Baseado no direito da família é que o estado tem o dever de realizar a justiça social, representando as classes produtoras. Pretendemos, nesta hora grave para a família brasileira, inscrever a sua defesa em nosso programa. É, para defender a família do

operário, do comerciante, do industrial, do fazendeiro, do camponês, do comerciário, do médico, do farmacêutico, do advogado, do engenheiro, dos magistrado, do cientista, do artista, do professor, do funcionário, do soldado e do marinheiro, contra a desorganização, a prostituição e a ruína, que desejamos o estado Forte, baseado nas forças vivas da Nação.

O município, centro das famílias, célula da nação

O município é uma reunião de famílias. O homem e a mulher, como profissionais, como agentes de produção e de progresso, devem inscrever-se nas classes respectivas, a fim de que sejam por estas amparados, nas ocasiões de enfermidade e desemprego. Dessa maneira, os que trabalham e produzem estão garantidos pela sua própria classe, não dependem de favores de chefes políticos, de caudilhos, de diretórios locais, de cabos eleitorais. É a única maneira de se tornar o voto livre e consciente. As classes elegem seus representantes às Câmaras Municipais, como dissemos, e estas elegem seu presidente e prefeito.

Os municípios devem ser autônomos em tudo o que respeita a seus interesses peculiares, porque o município é uma reunião de moradores que aspiram ao bem estar e ao progresso locais. A moralidade administrativa pode ser fiscalizada pelas próprias classes, pois o que determinava a desmoralização da Câmaras Municipais, no sistema liberal, era a politicagem, o apoio com que contavam os chefes políticos locais dirigentes da política estadual; extintos os partidos, o governo municipal repousará na vontade das classes. Dentro destas, nenhuma influência estranha poderá ser exercida, porque todos se sentem amparados pela própria classe a que pertencem. Não haverá jeito algum de se fazerem perseguições políticas, porque o governo local estará livre de injunções de homens que, morando fora do município, se metem nos seus negócios, como tem sido comum. O município, portanto, será administrado com honestidade, será autônomo e estará diretamente ligado aos desígnios nacionais.

O Estado integralista

Pretendemos realizar o Estado Integralista, livre de todo e qualquer princípio de divisão: partidos políticos; estadualismos em luta pela hegemonia; lutas de classes; facções locais; caudilhismos; economia desorganizada; antagonismos de militares e civis, antagonismos entre milícias estaduais e o exército; entre o governo e o povo; entre o governo e os intelectuais; entre estes e a massa popular. Pretendemos fazer funcionar os poderes clássicos (Executivo, Legislativo e Judiciário), segundo os impositivos da Nação Organizada, com bases nas suas Classes Produtoras, no Município e na Família. Pretendemos criar a suprema autoridade da Nação. Pretendemos mobilizar todas as capacidades técnicas, todos os cientistas, todos os profissionais, cada qual agindo na sua esfera, para realizar a grandeza da Nação Brasileira. Pretendemos tomar como base da Grande Nação, o próprio homem da nossa terra, na sua realidade histórica, geográfica, econômica, na sua índole, no seu caráter, nas suas aspirações, estudando-o profundamente, conforme a ciência e a moral. Desse elemento biológico e psicológico, deduziremos as relações sociais, com normas seguras de direito, de pedagogia, da política econômica, de fundamentos jurídicos. Como cúpula desse edifício, realizaremos a idéia suprema, a síntese de nossa civilização: na filosofia, na literatura, nas artes que exprimirão o sentido do nosso espírito nacional e humano. Pretendemos criar com todos os elementos raciais, segundo os imperativos mesológicos e econômicos, a Nação Brasileira, salvando-a dos erros da civilização capitalista e dos erros da barbárie comunista. Criar uma única expressão, o Estado Econômico, o Estado Financeiro, o Estado representativo e o Estado Cultural. Pretendemos levantar as populações brasileiras, numa união sem precedentes, numa força jamais atingida, numa esperança jamais imaginada. Pretendemos lançar as bases de um sistema educacional para garantia da

subsistência da Nação no futuro. Pretendemos insuflar energia aos moços, arrancá-los da descrença, da apatia, do ceticismo, da tristeza em que vivem; ensinar-lhes a lição da coragem, inculcando-lhes a certeza do valor que cada um tem dentro de si, como filho do Brasil e da América. Movimentar as massas populares numa grande afirmação de rejuvenescimento. Sacudir as fibras da Pátria, erguê-la da sua pressão, do seu desalento, da sua amargura, para que ela caminhe, dando começo à Nova Civilização, que, pela nossa força, pela nossa audácia, pela nossa fé faremos partir do Brasil, incendiar nosso continente, e influir mesmo no Mundo. Para isso, combateremos os irônicos, os "blasés", os desiludidos, os descrentes, porque nesta hora juramos não descansar um instante, enquanto não morrermos ou vencermos, porque conosco morrerá ou vencerá uma Pátria.

Esses são os rumos da nossa marcha!"

Publicado em *Obras Completas*. p. 94-111. v. IX

ANEXO D – Doze princípios da doutrina integralista

Existem muitos brasileiros que combatem o Integralismo sem conhecê-lo. Alguns de má-fé, outros por ignorância. Para estes, aqui vão algumas teses defendidas pelo Integralismo. Estamos certos de que a leitura do que abaixo vai escrito levará muitos patrícios bem intencionados aos documentos fundamentais da doutrina criada por Plínio Salgado, transformando-os, dentro em pouco, em novos defensores da trilogia Deus, Pátria e Família. Ei-los, portanto:

1 - O integralismo exige que a mocidade não se entregue aos prazeres materiais, mas dignifique a sua Pátria no trabalho, no estudo, no aperfeiçoamento moral, intelectual e físico.

2 - O integralismo não concede o direito de se denominarem “revolucionários” aqueles que revelarem incultura e simples temperamento de aventureiros ou de insubordinados.

3 - O integralismo declara verdadeiros heróis da Pátria: os chefes de família, zelosos e honestos; os mestres; os humildes de todos os labores, das fábricas e dos campos, que realizam pelo espírito, pelo cérebro, pelo coração e pelos braços a prosperidade e grandeza do Brasil.

4 - O integralismo considera inimigos da Pátria todos os que amarem mais os sofismas, as sutilezas filosóficas e jurídicas do que o Brasil, ao ponto de sobrepô-los aos interesses nacionais; os que forem comodistas; preguiçosos mentais; vaidosos; alardeadores de luxo e de opulência; opressores de humildes, indiferentes para com os cidadãos de valor moral ou mental; os que não amarem as suas famílias; os que pregarem doutrinas enfraquecedoras da vitalidade nacional; os “blasés”; os céticos; os irônicos, míseros palhaços desfibrados.

5 - O integralismo quer a Nação unida, forte, próspera, feliz, exprimindo-se no lineamento do Estado, com superior finalidade humana.

6 - O integralismo não pretende erigir o Estado em fetiche, como o socialismo; nem tampouco reduzi-lo a um fantoche, como o liberalismo. Ao contrário de um e de outro, quer o Estado vivo, identificado com os interesses da Nação que ele representa.

7 - O integralismo não admite que nenhum Estado se superponha à Nação ou pretenda dominar politicamente os outros. Não admite que o regionalismo exagerado e dissociativo se desenvolva em qualquer ponto do território da Pátria.

8 - O integralismo, pela constante ação doutrinária e apostolar, não permite que os demagogos incultos ou de má-fé explorem a ingenuidade das turbas, muito menos que a imprensa subordine a sua diretriz a interesses de argentários ou poderosos em detrimento da Nação.

9 - O integralismo dará um altíssimo relevo aos pensadores, filósofos, cientistas, artistas, técnicos, proclamando-os supremos guias da Nação.

10 - O integralismo quer a valorização das corporações de classe, como se fazia na Idade Média, onde os grupos de indivíduos eram valorizados;

11 – O **integralismo** quer a valorização das corporações de classe, como se fazia na Idade Média, onde os grupos de indivíduos eram valorizados;

12 – O **integralismo** não é um partido; é um Movimento. É uma atitude nacional. É um despertar de consciências.

É a marcha gloriosa de um Povo!

Publicado em *Obras Completas*, v. IX.

ANEXO E – Diretrizes integralistas

Diretrizes doutrinárias, baixadas pela Secretaria Nacional de Doutrina e Estudos, que devem ser lidas e meditadas por todos quantos se interessam pelo movimento de renovação do Brasil:

- I. O Integralismo compreende o Mundo de um modo total, e pretende construir a Sociedade, segundo a hierarquia de seus valores espirituais e materiais, de acordo com as leis que regem os seus movimentos e sob a dependência da realidade primordial, absoluta e suprema, que é DEUS;
- II. Essa hierarquia, na qual se funda o princípio e o exercício da Autoridade, faz prevalecer o Espiritual sobre o Moral, o Moral sobre o Social, o Social sobre o Nacional e o Nacional sobre o Particular;
- III. O Integralismo considera a Autoridade como força unificadora que assegura a convergência e o equilíbrio das vontades individuais, e realiza a integração total das energias da Nação em razão do bem coletivo;
- IV. O Integralismo considera a Sociedade como a união moral e necessária de seres humanos, vivendo harmonicamente, segundo seus superiores destinos;
- V. O Integralismo compreende a Nação como uma grande sociedade de famílias, vivendo em determinado território, sob o mesmo Governo, sob a impressão das mesmas tradições históricas e com as mesmas aspirações e finalidades;
- VI. O Integralismo compreende o Estado como uma instituição essencialmente jurídico-política, detentora do princípio da soberania para realizar a unidade integral da Nação, coordenando e orientando numa diretriz única todos os grupos naturais que a constituem e todas as forças vitais que a dinamizam;
- VII. Portando, na concepção integralista, o Estado se reveste da Suprema Autoridade da Nação, controlando e orientando todo o seu dinamismo vital, e subordinando-se em tudo aos imperativos da hierarquia natural das coisas, da harmonia social e do bem comum da Nação;
- VIII. O Integralismo reconhece no homem um ser dotado de personalidade intangível, com direitos naturais na tríplice esfera de suas legítimas aspirações materiais, intelectuais e morais;
- IX. Incumbe ao Estado a obrigação de prover as condições necessárias à satisfação integral dessas legítimas aspirações da personalidade humana, respeitando-as e favorecendo a sua mais ampla expansão, norteando-se sempre pelos imperativos da harmonia social e dos superiores destinos do homem;
- X. O Integralismo, proclamando assim os direitos intangíveis da personalidade humana, insiste na obrigação impreterível que cabe a todo indivíduo de, respeitando-as e favorecendo a sua mais ampla expansão, norteando-se sempre pelos imperativos da harmonia social e dos superiores destinos do homem. O Integralismo, proclamando assim os direitos intangíveis da personalidade humana, insiste na obrigação impreterível que cabe a todo indivíduo de cumprir à risca todos os deveres que resultam de sua vida em sociedade; declara, portanto, todo indivíduo subordinado, na esfera de suas atividades, aos interesses superiores da coletividade,

que, por sua vez, condicionam e favorecem a legítima expansão de sua personalidade e a satisfação de suas mais nobres aspirações;

- XI. Para o Integralismo, a Família é a primeira e a mais importante das instituições sociais, pois que, por sua natureza ao mesmo tempo biológica e moral, é o nascedouro da vida social e o repositório de suas mais lúdimas tradições. Cumpre, pois, ao Estado fazer tudo para manter indissolúvel o vínculo que a constitui, proteger e favorecer a sua integridade, respeitar seus direitos intangíveis e lastrear a sua autonomia e a comunhão de afetos com bases econômicas sólidas, por meio de uma legislação familiar justa e esclarecida, ao invés de abandoná-la, como até aqui, à mingua de toda estabilidade e segurança e sem nenhuma possibilidade de cumprir a sua alta missão social de educação integral da criança e de seu encaminhamento na vida;
- XII. O Integralismo reclama, portanto, para a Família, devido a sua nobre e delicadíssima função social, os direitos que lhe confere a instituição do “bem de família” e do “salário familiar” na ordem econômica, e do “voto familiar” na ordem política, como justo reconhecimento de sua alta benemerência social e nacional. Na defesa dos direitos da Família, o Integralismo não pode esquecer a grande família indígena, os nossos índios, que, então, deverão ser integrados na civilização pela ação dos missionários Integralistas e sob a proteção do Estado;
- XIII. O Integralismo considera a educação intensiva e integral do povo como um dever fundamental do Estado, no interesse de sua própria estabilidade e progresso material e moral. Por isso, o Integralismo defende um programa amplamente educativo: ensino unificado e gratuito nos graus primários e secundários, com obrigatoriedade de matrícula e frequência; intensificação do ensino técnico; barateamento do ensino superior; levantamento do nível sócio-econômico e moral do professorado brasileiro; criação de universidades inspiradas nos princípios de uma filosofia integral; criação de cursos populares e de alta cultura; estímulo às pesquisas científicas, às belas artes e à literatura em suas diferentes modalidades, respeitados sempre os limites impostos pelos imperativos de ordem moral, social e nacional; liberdade e estímulo à iniciativa particular em todos os ramos de ensino, sujeitando-a, porém, à indispensável fiscalização por parte do Estado, no sentido de serem respeitados os mesmos imperativos. O Integralismo, mantendo a justa liberdade científica e didática, condena formalmente a liberdade descontrolada de cátedra;
- XIV. Na execução deste vasto e intenso programa educativo, o Estado jamais poderá ultrapassar a legítima esfera de seus direitos, aniquilando ou mesmo coarctando os direitos primordiais da família e da religião sobre a educação das novas gerações; ao invés, procurará enfeixar a participação dessas grandes forças morais da Nação, num espírito do franco entendimento e da mais ampla cooperação, a fim de que desta ação conjunta resulte uma formação realmente integral das novas gerações, consentâneas com as tradições e sentimentos do povo brasileiro. Nas demais questões que se relacionam com os interesses vitais e supremos da Nação, o Integralismo promoverá sempre idêntica atitude do Estado com respeito aos direitos e interesses fundamentais da família e da religião.
- XV. Fiscalização direta do Estado sobre o cinema, a televisão, o teatro, a imprensa, o rádio, todos os veículos do pensamento que estão hoje atentando contra a liberdade, forçando o povo a submeter-se aos caprichos de capitalistas

internacionais, de burgueses materialistas, de espírito anárquico e de agentes do comunismo internacional. Amparar os artistas nacionais, de modo que possam, com independência, terem a liberdade de ser brasileiros; auxiliar todos os empreendimentos artísticos; proteger o cinema nacional; sanear a imprensa, elevando-a e libertando-a dos interesses particulares que a oprimem – tudo isso será uma obra grandiosa do Integralismo.

- XVI. O Integralismo, visando promover o aperfeiçoamento moral e espiritual da Nação, declara-se pelo espiritualismo contra todos os materialistas de pensamento e de ação, que, acobertados pelo liberalismo, vêm exercendo a sua obra nefasta de desintegração de todas as forças vivas da Pátria;
- XVII. Dentro deste critério, o Integralismo se propõe a respeitar integralmente a liberdade de consciência e garantir a liberdade de culto desde que não constituam ameaça à paz e à harmonia social;
- XVIII. O Integralismo manterá todas as reivindicações religiosas consubstanciadas na Constituição Federal de 16 de Julho de 1934 e, posteriormente, fará respeitar os princípios cristãos em todos os detalhes da legislação nacional;
- XIX. O princípio do Integralismo em matéria de cooperação religiosa é o do regime de concordata, sem perda de autonomia das partes e visando sempre a grandeza nacional dentro do ideal cristão da sociedade;
- XX. O Integralismo mantém o princípio de rigorosa unidade sindical, num regime político integral, porquanto neste os sindicatos deverão proporcionar integralmente às respectivas classes os meios necessários à satisfação de seus legítimos interesses materiais, culturais, morais e espirituais;
- XXI. Uma vez organizado o Estado Integral, este não poderá permitir que se formem, fora do seu círculo de ação, quaisquer forças de ordem político-social ou econômica que o possam ameaçar. Nestas esferas da vida nacional, tudo deve ser controlado e orientado pelo Estado Integral;
- XXII. O Integralismo quer a direção da economia nacional pelo governo, evitando que o agiotarismo depaupere as forças da produção, que o trabalho seja reduzido a uma simples mercadoria, sujeita à lei da oferta e da procura, que o intermediário asfixie o produtor e esmague o consumidor: que o capitalismo internacional os escravize, cada vez mais, aos grupos financeiros de Londres e Nova Iorque, não transferindo, como faz o Estado Liberal Democrático, a Soberania Econômica da Nação ao Capitalismo burguês que permite a orgia dos trusts, cartéis, monopólios, espoliações de toda a sorte, através dos juros onerosos, do jogo da bolsa, das manobras com as quais o capitalismo atenta contra o princípio da propriedade. Essa atitude do Estado Integralista não se deve confundir com o absurdo do comunismo em que o governo se torna o único proprietário, o único capitalista, o único patrão;
- XXIII. O Integralismo defende o direito de propriedade até o limite imposto pelo bem comum, estabelecendo, ao lado do direito, também o dever do proprietário. O Integralismo reconhece na iniciativa privada o fator mais fecundo da produção econômica; porém, para salvaguardar das ambições particularistas o bem estar e a liberdade do povo brasileiro, fará a nacionalização dos serviços que, por sua natureza, não podem ser explorados com fins lucrativos, mas que se destinam ao desenvolvimento da economia nacional e interesse público, tais como: estradas de ferro, navegação, minas, fontes de energia e aparelhamento bancário;

- XXIV. O Integralismo dá plena eficiência e restitui a dignidade ao voto, transportando-o para as corporações, onde o indivíduo é garantido moral e materialmente. No Estado Integral, tornam-se desnecessários os partidos, pois todos os brasileiros colaborarão, no grupo a que pertencerem, para a formação do Poder Público. O Integralismo não fere a democracia, extinguindo os partidos. Pelo contrário: a democracia verdadeira é aquela que não se escraviza às mentiras do democratismo, que originam as oligarquias prepotentes. Todo partido político traz o fermento de uma ditadura disfarçada. O democratismo ilude as turbas, tornando o voto uma coisa desprezível. A verdadeira representação nacional é a que se efetua através das profissões organizadas, dos grupos naturais, das associações culturais e científicas do país, não mais como expressão quantitativa, mas como índice qualitativo da nação. O Integralismo é pela organização corporativa do Brasil.
- XXV. O Município é uma reunião de famílias. A origem do município na Família tornou-o sagrado, intangível, em tudo o que disser respeito a seus interesses peculiares. Esses interesses, porém, como os individuais, não podem exorbitar, ao ponto de se ferirem a si próprios. Assim, o Integralismo, mantendo a autonomia do município, subordina-a aos interesses da região ou da Nação, em tudo o que se relacione com serviços de caráter geral e técnico.
- XXVI. O Integralismo quer a centralização política e descentralização administrativa, de modo que uma pluralidade de meios realize uma unidade de fins. As Províncias devem ter autonomia administrativa, compondo-se todas as forças das regiões brasileiras no todo nacional, sem prejuízo para os seus valores próprios. A fórmula do Integralismo é: “Diferenciação na Unidade”.

PELO BEM DO BRASIL
ANAUÊ!

Publicado em *Obras Completas*, p. 113-126. v. IX

ANEXO F – Símbolos integralistas

O Sigma

O Sigma é o sinal simbólico do Movimento Integralista; é uma letra grega que corresponde ao nosso “S”, e indica soma; é usada para indicar a soma dos infinitamente pequenos; e também era a letra com a qual os primeiros cristãos da Grécia indicavam o nome de Cristo (Soteros). Ele lembra que o nosso Movimento é no sentido de integrar todas as Forças Sociais do País na suprema expressão da Nacionalidade, daí a nossa luta para implantar o Estado Integral.

A saudação “Anauê”

A palavra “Anauê!” é um vocábulo Tupi, que servia de saudação e de grito dos nossos indígenas. É uma palavra afetiva que quer dizer “Você é meu irmão” (Dicionário Montona). Como o Integralismo é a Grande Família dos Camisas-Verdes, e um Movimento Nacionalista, de sentido nativista, Anauê foi a palavra consagrada em louvor do Sigma. É a exclamação da saudação integralista. Serve ainda para exaltar, afirmar, consagrar e manifestar alegria.

A bandeira integralista

A bandeira do Movimento Integralista é simbolizada por uma bandeira azul e branca com as seguintes características: em campo azul real, uma esfera branca, ao centro da qual se destaca um Sigma maiúsculo em cor preta.

O azul da bandeira simboliza a atitude do pensamento integralista. Evoca distâncias, mostrando que o Integralismo não se submete aos limites políticos que nos têm amesquinhado, mas tem um grande ideal que é a integridade do Brasil e a projeção de sua grandeza entre os povos do Universo.

A esfera branca mostra a pureza de sentimentos e a sinceridade dos propósitos integralistas. A cor branca é ainda a resultante da mistura de todas as cores, e o Sigma nela inscrito significa, como está dito acima, é a integralização de todas as Forças Sociais na suprema expressão da Nacionalidade.

O lema integralista “Deus, Pátria e Família”

O Integralismo adotou como lema, as palavras “Deus, Pátria e Família”, que foram as últimas palavras proferidas pelos lábios do Presidente Afonso Pena, em seus últimos instantes de vida. Afonso Pena morreu em pleno exercício do seu mandato presidencial (1906/1909), vítima do surto de gripe espanhola que então assolava o País.

Os integralistas aproveitaram estas últimas palavras do ex-Presidente, para usar como lema, pois se encaixam adequadamente nos princípios que norteiam a Doutrina do Sigma: Deus (que dirige o destino dos Povos), Pátria (Nosso lar) e Família (Início e fim de tudo).”

ANEXO J



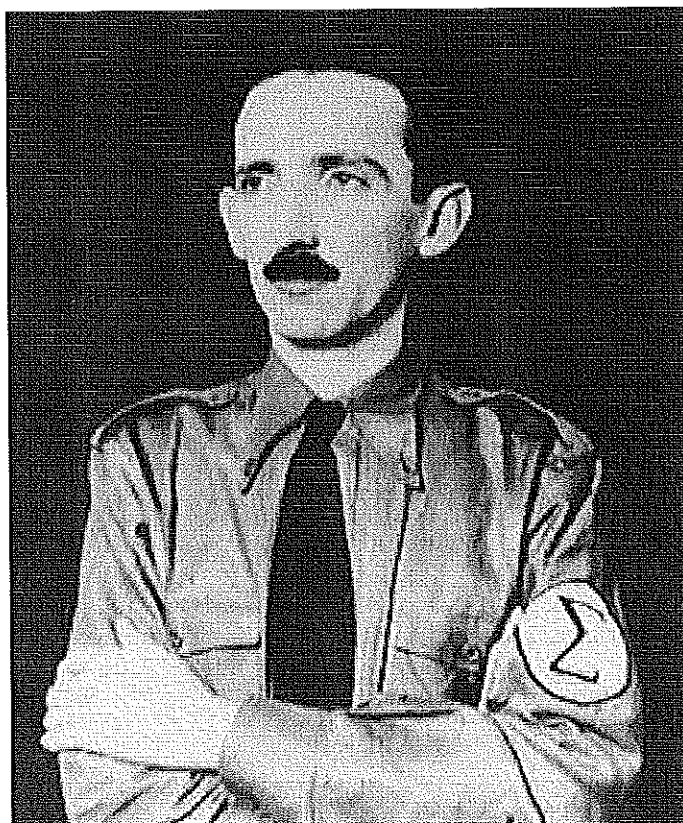
1 – Jackson de Figueiredo



2 – Alceu Amoroso Lima



3 – Alceu Amoroso Lima/ Academia Brasileira de Letras



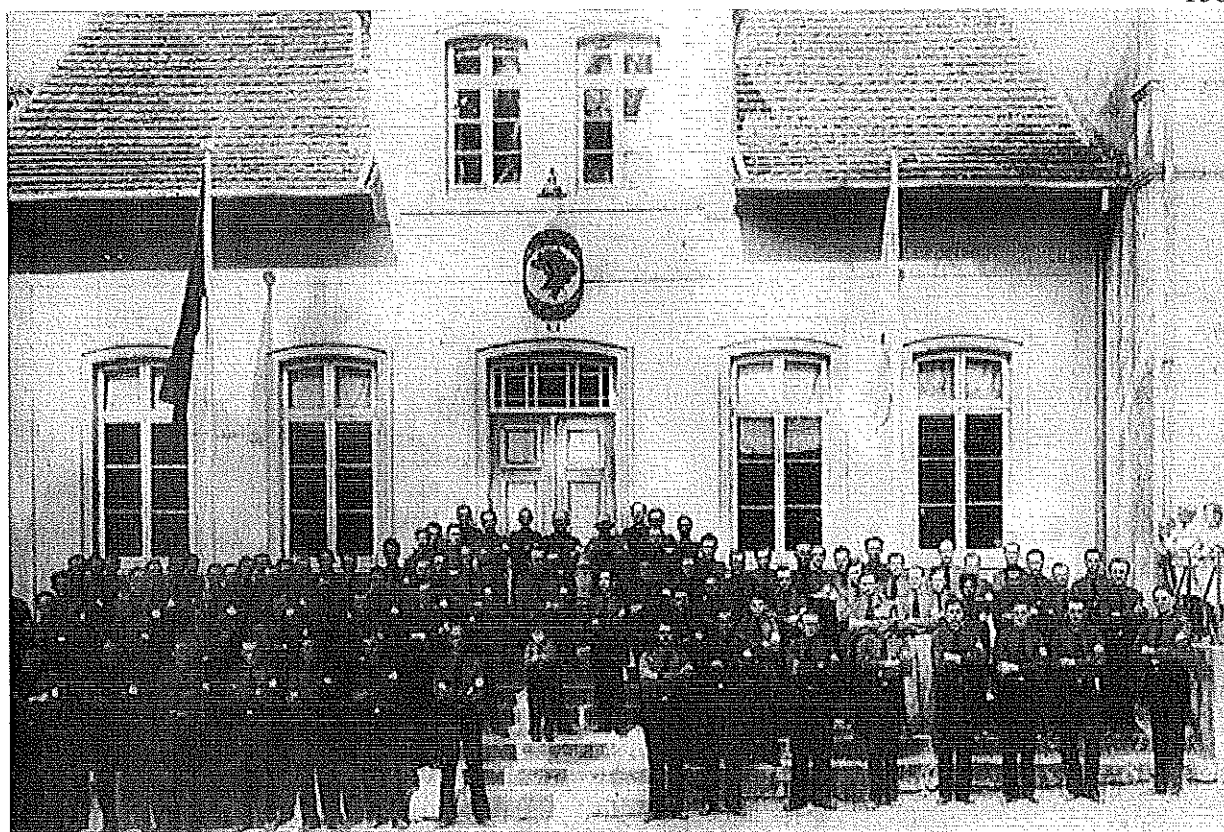
4 – Plínio Salgado, Chefe Nacional



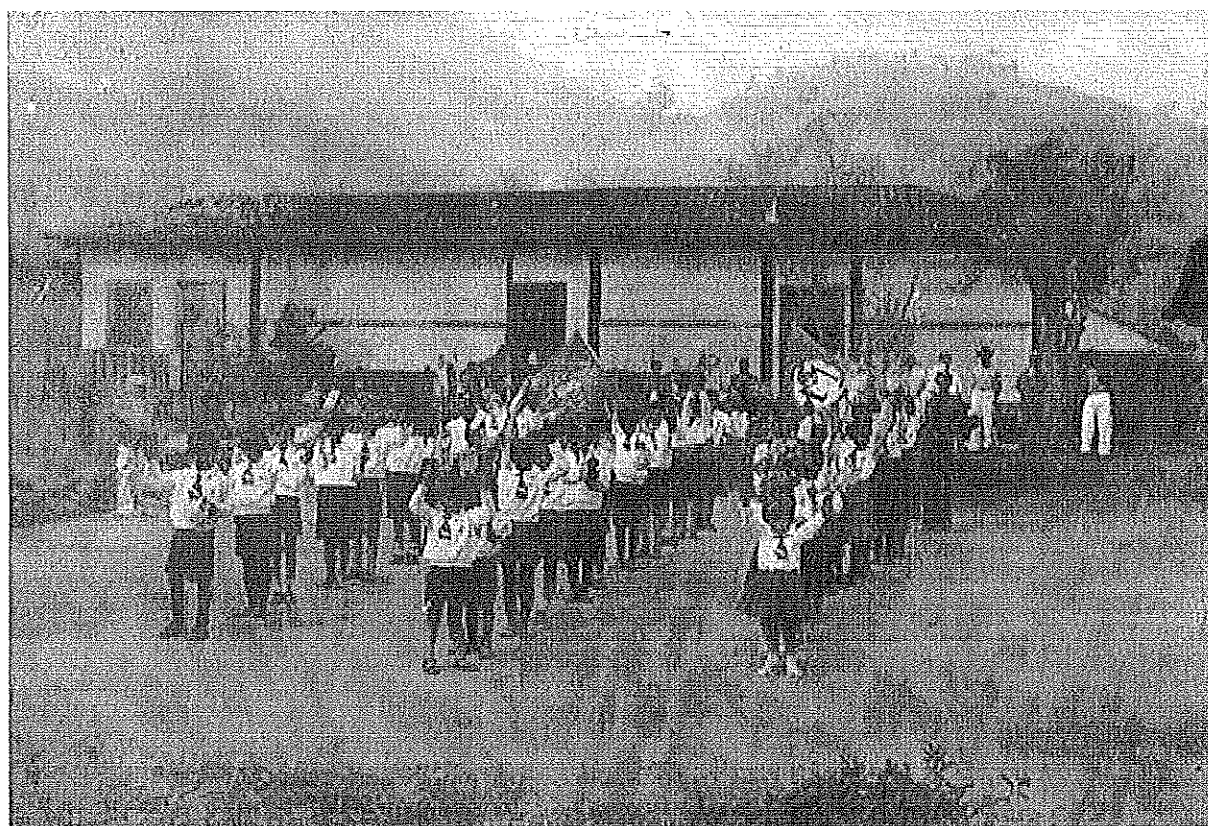
5 – Miguel Reale, Secretário Nacional de Doutrina e Estudos



6 – Gustavo Barroso, Secretário Geral de Educação Moral, Cívica e Física



7 – Núcleo integralista de Blumenau, SC



8 – Escola integralista do Núcleo da Saudade, Sapucaí, RJ



9 – Integralistas e o povo, Joinville, SC



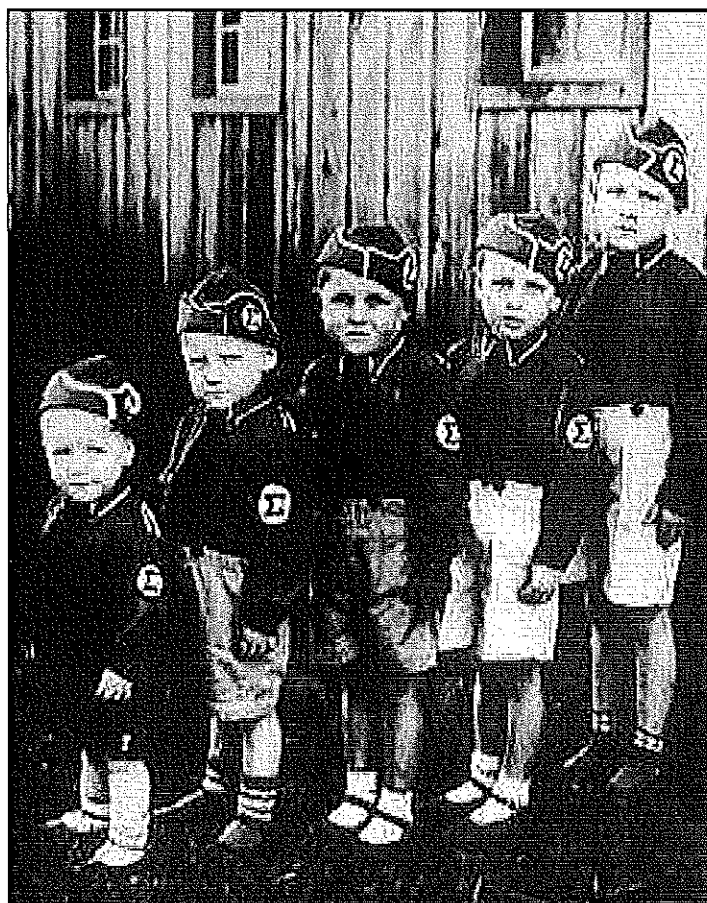
10 – Desfile na Capital Federal com Plínio Salgado - RJ



11 – Mulheres integralistas e crianças no município de Matão, interior de São Paulo



12 – Blusas-verdes



13 – Pequenos Plinianos



14 – Pequenos Plinianos de Uberlândia, MG - 1937